

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA**

FABIO VEDOVATO

**(COM)PARTILHANDO MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS DE
PROFESSORES NA INTERFACE COM OS PATRIMÔNIOS
CULTURAIS**

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

FABIO VEDOVATO

**(COM) PARTILHANDO MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS DE
PROFESSORES NA INTERFACE COM OS PATRIMÔNIOS
CULTURAIS**

Banca de Exame de Defesa, do mestrando apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Pública

Orientador(a): Dr^a Cyntia Simioni França.

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/9

V416c Vedovato, Fabio
Compartilhando memórias de experiências de professores na interface com os Patrimônios Culturais. / Fabio Vedovato. -- Campo Mourão, 2021.
156 f. : il.; Color.

Orientador: Dr^a Cyntia Simioni França.
Dissertação (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP), 2021.
Área de Concentração: História Pública.

1. História Pública. 2. Patrimônio Cultural. 3. Grupos Sociais. I. França, Cyntia Simioni. (orient). II. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo Mourão, PR. III. UNESPAR. IV. Título.

FABIO VEDOVATO

**(COM) PARTILHANDO MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS DE
PROFESSORES NA INTERFACE COM OS PATRIMÔNIOS
CULTURAIS**

BANCA EXAMINADORA

Dr(a). Cyntia Simioni França. – (UNESPAR), Campo Mourão

Dr. Jorge Pagliarini Junior– (UNESPAR), Campo Mourão

Dr(a). Nara Rúbia De Carvalho Cunha – UFU - Uberlândia

Data de Aprovação

26/07/2021

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa de mestrado é feita percorrendo vários caminhos e nessa trajetória tive a grata alegria de compartilhar experiências e aprender muitos ensinamentos que não ficaram restritos apenas a esta pesquisa em si, mas para a minha vida. Dessa forma, não poderia ter chegado tão longe sem o precioso apoio de várias pessoas. Agradeço, em especial, a minha orientadora - professora Doutora Cyntia Simioni França, por todo carinho, amor, paciência, empenho e experiência para me nortear nesse percurso de mestrado, passando segurança para a condução da pesquisa, sempre me orientando e conversando não apenas neste trabalho, mas em todas as dúvidas que foram se apresentando durante as disciplinas do mestrado. Não foi apenas uma orientação acadêmica, foi um ensinamento para a vida toda, o qual vou levar sempre comigo em meu coração. Muito obrigado, ainda, por ter me ajudado a refletir e reelaborar questões importantes da pesquisa, sem nunca me desmotivar. Além disso, por ter segurado a minha mão nos momentos de pânico e tristeza, especialmente, aqueles vividos na pandemia e me ensinou que uma pesquisa não é feita apenas de leitura e escrita, mas também de diálogos e partilhas de experiências.

Agradeço a minha família, a minha irmã Luciana, que há algum tempo não está próxima de mim, mas sempre esteve presente em toda a minha vida e que há alguns anos tornou-se a minha inspiração de vida, pelo seu exemplo de luta e por me ensinar que a educação é algo que transforma os nossos sonhos em outros sonhos maiores. A minha querida mãe, Dona Lucia, que foi pai e mãe ao mesmo tempo e que, com toda a sua simplicidade, amor e muitas dificuldades, educou seus dois filhos para a vida, sem perder a sua ternura e força. Sempre buscou nos proporcionar os melhores momentos de nossas vidas buscando sempre o nosso melhor. Agradeço muito a minha família, que sempre me incentivou, mesmo quando o caminho não parecia tão fácil, mas estiveram ao meu lado. Se hoje consegui concluir o mestrado, foi graças ao apoio de vocês.

Um reconhecimento em especial, agradecer é pouco, comparado com tudo que você já fez por mim Edi, que durante essa trajetória do mestrado, em vários momentos difíceis eu queria desistir, porém seus conselhos, sua delicadeza e tempo para me escutar, foi um suporte primordial para seguir firme no mestrado, compartilhou dos meus sonhos e das minhas dificuldades e se empenhou por me ver realizado e feliz.

Agradeço a todos os professores que dispuseram do seu tempo para compartilhar suas experiências vividas e foram protagonistas dessa pesquisa junto com este pesquisador: Frida, Clarice Lispector, Ana Terra, Frida Kahlo, Belchior, Da Vinci, Paulo Autran, Lua Mee e Alberto Caeiro que estiveram abertos aos diálogos e me encorajaram a superar vários momentos de dificuldades no decorrer dessa pesquisa e, assim, teceram comigo uma produção de conhecimento pela via colaborativa.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos do mestrado por momentos únicos de discussões de textos, por trocas de diálogos e pela solidariedade em momentos espinhosos de nossas aulas de mestrado. Aos companheiros do grupo de estudos *Odisseia* e Mosaico que há quase dois anos estamos caminhando juntos nas leituras benjaminianas, sempre dialogando e compartilhando experiências das reflexões dos textos.

Agradeço ao professor Doutor Jorge Pagliarini Junior, um grande amigo que sempre me incentivou a buscar o mestrado. À professora Doutora Nara Rúbia de Carvalho Cunha (que mesmo não a conhecendo pessoalmente, parece que somos velhos amigos), por ter se dedicado a fazer a leitura do trabalho de maneira tão carinhosa e respeitosa e pelos conselhos valiosos durante todo o caminho do mestrado.

Por isso, agradeço a todos, pois acredito que ninguém caminha e vence sozinho. Obrigado!!

RESUMO

VEDOVATO, Fabio. **(Com)partilhando memórias de experiências de professores na interface com os Patrimônios Culturais**. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, ano 2021.

Resumo. Compartilho uma pesquisa que buscou conhecer como os professores se relacionam com os patrimônios culturais, na cidade de Campo Mourão, no interior do estado do Paraná. É uma experiência que dialoga pelo itinerário de uma História com o público. (SANTHIAGO, 2016). O aporte teórico-metodológico de referência desta pesquisa pautou-se nas ideias de Edward Palmer Thompson e Walter Benjamin. Quanto ao conceito de patrimônio cultural, foi ampliado à medida que não ficou restrito aos bens físicos, mas a uma concepção que abrange as práticas subjetivas como saberes e fazeres nas suas mais variadas formas e expressões coletivas, permitindo novas possibilidades de interpretação do patrimônio, acolhendo a diversidade da existência humana e a pluralidade cultural dos grupos sociais (POULLOT, 2009; CHOAY, 2001). Para colocar em ação a pesquisa, foram elaborados quatro Percursos Dialógicos que instigassem os professores a rememorem as suas experiências vividas em diferentes tempos e espaços na interface com os seus patrimônios culturais. Os Percursos de Diálogos foram construídos com diferentes linguagens para potencializar a tessitura dos professores, entre elas: escritas (poesias, cartas, textos), imagens (cartões postais e fotografias), objetos pessoais e o uso de diferentes tecnologias. Os professores produziram conhecimento histórico tecido por meio do diálogo com as suas memórias, expressas em narrativas escritas e visuais. Tais narrativas foram reelaboradas pelo pesquisador em imagens monadológicas, ou seja, mônadas, aporte teórico-metodológico inspirado no filósofo Walter Benjamin (2007). O trabalho desenvolvido no diálogo com os professores nos possibilitou uma reflexão conjunta (ROVAI, 2018) por uma via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016). No caminho desta pesquisa, construída por vários braços, a partir das experiências vividas dos professores na cidade e com os patrimônios culturais, procurei superar a hierarquização entre a teoria e a prática, entre conhecimento e experiência, racionalidades e sensibilidades, memórias voluntárias e involuntárias, passado e presente (BENJAMIN, 1985; THOMPSON, 1981; GALZERANI, 2008). Percebo que rememorar as experiências vividas é compreender que homens e mulheres experimentam suas experiências como sentimento e lidam com esses sentimentos por meio da cultura (THOMPSON, 1981). Mais do que isso, a rememoração benjaminiana nesta pesquisa assumiu a dimensão política de modo a romper ao apagamento e silenciamento das leituras plurais da cidade, especialmente, dos patrimônios culturais.

Palavras-chave: patrimônio cultural, memória e história pública.

ABSTRACT

Abstract. I share a survey that aimed at learning how teachers relate to cultural heritage, in Campo Mourão, in the countryside of the state of Paraná. It is an experience that converses through the itinerary of a History with the public. (SANTHIAGO, 2016). The theoretical-methodological reference of this research was based on the ideas of Edward Palmer Thompson and Walter Benjamin. As for the concept of cultural heritage, it was expanded, as it was not restricted to physical goods, but to a concept that comprehends subjective practices such as knowledge and practices in their most varied fashions and collective expressions, allowing new possibilities of interpretation of heritage, embracing the diversity of human existence and the cultural plurality of social groups (POULOT, 2009; CHOAY, 2001). To put the research into action, four Dialogical Pathways were created so as to instigate teachers to recall their experiences lived in different times and spaces in the interface with their cultural heritage. The Dialogical Pathways were built with different languages in order to enhance the variety of teachers, including: writing (poetry, letters, texts), images (postcards and photographs), personal belongings and the use of different technologies. The teachers produced historical knowledge which were woven through dialogue with their memories, expressed in written and visual narratives. Such narratives were re-elaborated by the researcher in monadological images, that is, monads, a theoretical-methodological contribution inspired by the philosopher Walter Benjamin (2007). The work developed in the dialogue with teachers provided us with a collaborative reflection (ROVAI, 2018) through shared authority (FRISCH, 2016). In the path of this research, which was built by several people, based on the lived experiences of the teachers in the city and with cultural heritage, I tried to overcome the hierarchy between theory and practice, between knowledge and experience, rationalities and sensitivities, voluntary and involuntary memories, past and present (BENJAMIN, 1985; THOMPSON, 1981; GALZERANI, 2008). I realize that to recall lived experiences is to understand that men and women experience their experiences as feelings and they deal with these feelings through culture (THOMPSON, 1981). More than that, Benjamin's recollection in this research took on the political dimension in order to break with the erasure and silencing of the plural readings of the city, especially of cultural heritage.

Keywords: cultural heritage, memory and public history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Campo Mourão-PR.	31
Figura 2 - Mudanças pragmática patrimonial.....	57
Figura 3 - Cartão Postal Folia de reis	103
Figura 4 - Cartão Postal A feira	103
Figura 5 - Cartão Postal Existe o pulsar do sangue	104
Figura 6 - Cartão Postal Parque do lago	104
Figura 7 - Cartão Postal Um espaço multicultural	105
Figura 8 - Cartão Postal Rua da casa da minha vó	105
Figura 9 - Cartão Postal Doces lembranças	106
Figura 10 - Cartão Postal Cidade das artes	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- MUDANÇA PARADIGMÁTICA.....	66
QUADRO 2 - 1º PERCURSO DE DIÁLOGOS	73
QUADRO 3 - 2º PERCURSO DE DIÁLOGOS	75
QUADRO 4 - 3º PERCURSO DE DIÁLOGOS	78
QUADRO 5 - 4º PERCURSO DE DIÁLOGOS	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Como nasce a pesquisa: a ideia de transver o mundo dos Patrimônios Culturais	12
História Pública: caminhos múltiplos.....	19
CAPÍTULO 1- O CAMINHO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO PELA VIA DA AUTORIDADE COMPARTILHADA	29
1.1 Campo Mourão: o lugar do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa	31
1.2 O Aporte Teórico-metodológico que sustenta a pesquisa	39
1.3 Expressando os diálogos com Edward Palmer Thompson.....	39
1.4 Dialogando e desvelando Walter Benjamin	45
1.5 Por que trabalhar nessa pesquisa com memórias benjaminianas?.....	50
1.6 Contextualizando a temática Patrimônio Cultural.....	60
1.7 A Construção dos Percursos Dialógicos.....	69
1.8 Focalizando os “Percursos Dialógicos”	71
<i>1.8.1 1º Percurso Dialógico: experiências vividas em Campo Mourão</i>	<i>71</i>
<i>1.8.2 2º Percurso de diálogos: Patrimônio cultural de Campo Mourão: Relação entre sujeitos e objetos.....</i>	<i>73</i>
<i>1.8.3 3º Percurso de diálogos: Patrimônio cultural de Campo Mourão: Experiências vividas</i>	<i>77</i>
<i>1.8.4 4º Percurso de diálogos: Cidade e experiências: Releituras do vivido</i>	<i>79</i>
1.9 Uma produção de conhecimento pela via de mão dupla	81
<i>1.9.1 A produção das Mônadas e os seus múltiplos sentidos.....</i>	<i>84</i>
CAPÍTULO 2- A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO COLETIVO, DIALÓGICO E INTERATIVO	88
2.1 O conjunto das mônadas.....	90
2.2 Mônadas do primeiro Percurso Dialógico	92
2.3 Diálogos do pesquisador com as mônadas	99
2.4 Mônadas escritas do segundo Percurso Dialógico	106
2.5 Mônadas visuais do segundo Percurso Dialógico	113
2.6 Dialogando com o segundo Percurso Dialógico.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128

REFERÊNCIAS	135
ANEXO 1 – CONVITE	141
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO PARA UTILIZAÇÃO DE MATERIAL INTELECTUAL	143
ANEXO 3 - 2º PERCURSO DE DIÁLOGOS.....	144
ANEXO 4 - 3º PERCURSO DE DIÁLOGOS.....	151
ANEXO 5 - 4º PERCURSO DE DIÁLOGOS.....	156

INTRODUÇÃO

Aprendi com Rômulo Quiroga (um pintor boliviano):

A expressão reta não sonha.

Não use o traço acostumado.

A força de um artista vem das suas derrotas.

Só a alma atormentada pode trazer para a voz

um formato de pássaro.

Arte não tem pensa:

o olho vê, a lembrança revê e a imaginação transvê

é preciso transver o mundo

Isto seja: Deus deu a forma. Os artistas desformam.

É preciso desformar o mundo

Tirar da natureza as naturalidades.

Fazer cavalo verde, por exemplo

Fazer noiva camponesa voar — como em Chagall

Agora é só puxar o alarme do silêncio que eu saio por aí a desformar.

[...].

BARROS, Manoel de. Livro sobre Nada. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Como nasce a pesquisa: a ideia de transver o mundo dos Patrimônios Culturais

Andando pela cidade de Campo Mourão, situada no interior do estado do Paraná, busco transver o mundo como nos convida Manoel de Barros, olho para os patrimônios culturais e me questiono: Quais grupos sociais eles representam? Quais os sentidos que a população mourãoense atribui aos seus patrimônios culturais? Como os moradores se relacionam com seus patrimônios culturais? Que sentimentos, atitudes e vínculos afetivos e sociais os professores têm estabelecido com os patrimônios culturais locais?

O poeta nos inspira a acionar o alarme do silêncio e desformar as coisas. Aqui, aproveito para convidar o caro(a) leitor (a) para conhecer leituras plurais dos patrimônios culturais sob a lente dos professores que vivem e ressignificam os patrimônios culturais em seu cotidiano, para além dos discursos oficiais do Estado ou de determinados grupos sociais pertencentes à elite mourãoense. Os questionamentos desse trabalho surgiram durante a minha pesquisa de iniciação científica realizada na minha trajetória acadêmica no curso de História (UNESPAR), quando estudei a constituição da cidade de Campo Mourão pela ótica das famílias pioneiras da cidade. Refleti sobre a construção histórica da relação entre moradores e o processo de urbanização da cidade, bem como as narrativas e as apropriações históricas da relação entre sociedade. Dessa forma, a pesquisa de iniciação científica problematizou maneiras como os discursos ambientais são apropriados pelos sujeitos que participaram do processo de colonização da região de Campo Mourão, ocorrido entre 1960 e 1970, por meio de realização de entrevistas. Esse trabalho acadêmico me fez questionar a respeito da história oficial, pois, a partir das narrativas dos pioneiros, percebe-se a necessidade de reconhecer outros sujeitos, dentro de uma trama histórica da cidade.

Nasci em Campo Mourão, porém, comecei a morar aqui a partir de 1994, quando meus pais resolveram mudar-se para a cidade, em uma tentativa de oferecer melhores condições educacionais para mim e minha irmã Luciana, mais “velha”, que logo terminou o “ensino médio” e ingressou na universidade e hoje é doutora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - Foz do Iguaçu. Muito da minha inspiração e força em sempre estudar na rede pública de ensino partiu de minha irmã, a qual tenho como um exemplo de inteligência e força.

Por eu ser o filho mais novo, tive a oportunidade de viver algumas experiências com a cidade em meu tempo adolescente, convivendo no período do colégio muito com a prática de esporte: o basquete, esporte que joguei pelo colégio e pelo município de Campo Mourão. Esse

fato me aproximou ainda mais da cidade, pois, quando fiz parte do time de basquete da cidade, passei a representá-la para fora do estado do Paraná.

Outro ponto que me colocou em contato direto com a cidade foi o fato de ter trabalhado por cinco anos na Fundação de Cultura de Campo Mourão – FUNDACAM, fato esse que me proporcionou novas experiências com os mourãoenses. Nesse período, tive a oportunidade de conhecer melhor a cidade e vivenciar o dia a dia com vínculos sociais mais diretos. Dessa forma, o meu contato com os moradores da cidade de Campo Mourão tornou-se mais próximo, pois tive a possibilidade de conhecer novos bairros e sujeitos. A FUNDACAM desenvolvia várias práticas culturais, e uma que eu gostava muito eram as atividades envolvendo a participação das pessoas que moravam nos bairros. Todo final de semana, junto com os membros da secretaria de cultura, íamos aos bairros da cidade para realizar a apresentação de vários espetáculos de circo, dança, banda municipal e os grupos de teatro local, envolvendo atividades com os moradores durante o dia todo e, assim, eu ia conhecendo novos lugares da cidade e diferentes realidades das pessoas. Passei a conhecer e construir vínculos identitários com a cidade e a entender também que a cidade não era formada apenas por sua região central. Comecei a perceber a periferia com toda aquela vida pulsante, na qual os moradores tinham experiências ímpares e uma força de se relacionar com a cidade muito além de uma simples melhoria na condição de vida, mas buscavam viver as suas experiências coletivas na cidade. Os moradores da periferia viviam a cidade com todas as suas alegrias, prazeres e contradições sociais. Porém, sempre ficava a pergunta: o que a cidade oferece cotidianamente para esses moradores?

Quando comecei a lecionar em Campo Mourão, tive a oportunidade de trabalhar em colégios estatuais na região periférica da cidade e observar de perto as mazelas sociais existentes nessas regiões como: falta de serviços de saúde, empregos, moradias e segurança e que o espaço do colégio era muitas vezes o acolhimento e porto seguro para muitos estudantes. Dessa forma, quando comecei a conhecer e viver mais a cidade, passei também a questionar esse viver e as inquietações sobre o que esse local oferece para todos os seus mourãoenses. Isso passou a ser algo rotineiro em minha vida.

Essa inquietação continuou me acompanhando, e para “tirar da natureza as naturalidades” como o poeta nos fala, procuro desnaturalizar as histórias contadas sob o viés dos discursos oficiais e de grupos sociais elitistas, a visão de cidade harmônica e ausente de conflitos e de tensões sociais. Para isso estou dando continuidade em meus estudos no programa

de mestrado em História Pública com uma pesquisa que alarga a reflexão, buscando conhecer como os professores relacionam-se com os seus patrimônios culturais. A proposta inicial era realizar oficinas em espaços públicos com os moradores (anciãos) vinculados às associações de bairros da cidade, para compreender as suas relações sociais com os patrimônios culturais. Porém, esse ano de 2020 provavelmente ficará marcado na história, visto que, devido à pandemia mundial de COVID-19, tivemos que mudar nosso estilo de vida e nos adaptarmos às mudanças sociais que não estávamos acostumados e buscamos compreender que o distanciamento social até o momento é a maneira mais segura para nos protegermos do coronavírus.

Considerando a necessidade de distanciamento social, além da redução de mobilidade pelo comércio local sancionada pelo Decreto nº8444, de 17 de março de 2020, a pesquisa passou por mudanças significativas em relação ao desenvolvimento metodológico.

Fui ao encontro de outros sujeitos para participar da pesquisa, tendo em vista que não podia continuar com os moradores anciãos, por todos esses fatores apontados e, também, ao fazer um levantamento da possibilidade de realizar a pesquisa a distância com eles, identifiquei que a maioria não tinha computador para realizar os percursos de diálogos que seriam elaborados pelo pesquisador. Além disso, eles apresentaram muitas dificuldades para a comunicação por diferentes meios tecnológicos, o que seria improvável dialogar com esses sujeitos da pesquisa.

O trabalho de fazer pesquisa com os professores então surgiu da pandemia de COVID-19, que chegou no Brasil em março de 2020 e gerou um distanciamento social como medida de tentar nos proteger desse vírus e, de uma hora para outra, nossas relações sociais se modificaram. Em particular nunca havia presenciado isso antes, e a cada momento que vamos à rua, o medo e o pânico são os sentimentos mais presente. Viver dessa forma altera nossas experiências nos espaços coletivos e a relação com o outro a cada dia fica mais distante.

Por isso, a pesquisa tomou outra direção, em constantes preocupações com prazos e se vendo em um difícil dilema de como desenvolvê-la, saber que poderia contar com a minha orientadora foi tranquilizador, pois a sua experiência e sua sensibilidade foi de extremo valor para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. Dialogando constantemente com a professora Cyntia, chegamos à conclusão de que precisávamos dar um novo norte para a investigação. Mesmo distante, creio que foi o período que mais conversamos por videoconferência para encontrar uma saída para a pesquisa. Pensando quem seriam as pessoas

que poderiam participar da pesquisa, escolhemos os professores como os artistas¹ para compor essa nova paisagem de pesquisa, bem como desformar e transver seus patrimônios culturais num exercício dialético².

Entrei em contato com vários professores da educação básica pelo e-mail, convidando-os para participar da pesquisa. Alguns professores telefonei e outros recebi indicação de colegas que acenaram o desejo de participar e fui criando uma rede de contatos. Com algumas ligações feitas para alguns professores que já conhecia como companheiros de trabalho educacional, alguns já aposentados mostraram que estavam mais tranquilos (disponibilidade de tempo) para participar.

Encontrei nove professores que aceitaram o desafio de construir conhecimento histórico coletivamente e de modo colaborativo com este pesquisador (THOMPSON, 1981; FRISCH, 2016). Eles serão apresentados por pseudônimos ligados a nomes de artistas, sendo eles: Frida, Clarice Lispector, Ana Terra, Frida³ Kahlo, Belchior, Da Vinci, Paulo Autran, Lua Mee e Alberto Caeiro.

Como um dos caminhos do mestrado em História Pública, esta pesquisa perpassa uma história feita com o público (SANTHIAGO, 2016), mas devido à pandemia, ficamos “sem um público presencial” e decidimos dialogar com o público (professores) de modo virtual. Então, foram criadas algumas ferramentas virtuais, como um e-mail para o grupo dos professores e um grupo de *WhatsApp*, para que nosso canal de comunicação fosse mais intenso e próximo. Foi uma tarefa árdua nesta pesquisa substituir o contato com as pessoas até porque penso que nos diálogos coletivos também nos constituímos, mas tentamos de todas as maneiras suprir o distanciamento social, fazendo contato diário, tirando dúvidas, encaminhando poesias e estimulando a conversa por e-mail e no grupo.

¹ A utilização do termo artista nasce a priori da interpretação da própria poesia “as Lições de R.Q, de Manoel de Barros. Compreendo os artistas como sujeitos que exercem várias belas-artes. Especialmente por esse pesquisador ter tido contato com o mundo teatral, fato esse que me proporcionou entender que o artista carrega em si tudo o que há de belo. Sujeito capaz de interpretar uma obra musical, teatral, cinematográfica, coreográfica; ator, cantor, dançarino, artista de cinema, um ser pluricultural. Os professores dessa pesquisa seriam então nossos artistas, sujeitos capazes de transformar, deformar e transver o mundo pelo ato de ensinar e ao mesmo tempo de aprender.

² “O conceito de dialética é aqui extraído por Benjamim da linguagem hegeliana-marxista: ele tenta dar conta da imagem salvadora que se propõe à superação Aufheben das contradições entre o passado e o presente, a teoria e a prática” (LOWY, 2005, p.63). Diferente de Marx, o filósofo não concebe separadamente a tese, a antítese e a síntese em tempos separados.

³ Nesta pesquisa apresento dois pseudônimos parecidos, mas não iguais. Duas professoras optaram pelo nome artístico da Frida Kahlo e, para manter os nomes, já que foram suas escolhas, então um pseudônimo será o nome Frida Kahlo, para a outra professora apenas Frida.

Uma das aproximações, após o aceite dos professores pelo telefone, foi encaminhar um convite⁴ formal por e-mail com a poesia de “As Lições de R. Q, de Manoel de Barros” que está na introdução da pesquisa. Tal poesia nos faz questionar e se contrapor às formas determinadas a priori, as retas cartesianas e os modelos sociais impostos em nossa formação humana e escolar, contestando uma lógica de “transmissão” de conhecimento, formatada por modelos rígidos, por um viés mecanicista e determinista, proposto por um sistema fechado, que desconsidera o fazer-se dos sujeitos em seu cotidiano e aparta a relação entre sujeito e objeto no modo de produção de conhecimento histórico (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 2007). Busco “transver o mundo” nesta pesquisa, fugindo da lógica racional cartesiana, do mundo previsível por regras, das teorias suplantadas nas empirias, de uma concepção de produção de conhecimento como lógica de laboratório que pode ser repetível e como “verdade” absoluta (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 2007).

Nesse sentido, a pesquisa buscou dialogar com os saberes e fazeres dos professores na interface com seus patrimônios culturais, considerando as suas inquietações, incompletudes, sensibilidades (GAY, 1988) para transver as formas impostas, as amarras em relação aos patrimônios culturais oficializados. No diálogo com as experiências dos professores, procurei “transver o mundo” dos patrimônios culturais, ou seja, trazer leituras plurais pela ótica dos professores, livre dos modelos pré-estabelecidos e demarcados pela escrita de uma história produzida por narrativas elitistas e/ou da historiografia oficial da cidade.

Meu objetivo foi também contribuir com as discussões no campo patrimonial, entretecendo as experiências vividas dos professores para compreender as suas relações e os sentidos atribuídos aos seus patrimônios culturais.

Para contemplar esse objetivo, elaborei quatro percursos de diálogos que instigassem a reflexão dos professores sobre suas experiências vividas (no tempo, no espaço) e os possibilitassem ressignificar as suas experiências na relação com seus patrimônios culturais (GONÇALVES, 2003; CHOAY 2001). Procurei flagrar no diálogo com as memórias dos professores, os conflitos, os silêncios, as exclusões, as resistências, os esquecimentos e as contradições sociais, bem como as leituras plurais dos patrimônios culturais dos mourãoenses. (BENJAMIN, 1985; THOMPSON, 1981; 1988).

⁴ O convite está no anexo I

Entendo que o trabalho com as memórias é carregado de conhecimentos, saberes, sentidos, significados e sensibilidades; relaciona-se com o vivido. Memória é lembrança, mas também esquecimento (BENJAMIN, 1985; PAIM, 2005, CUNHA, 2016).

A historiadora Françoise Choay (2001), explica que não podemos esquecer que o patrimônio faz parte de um processo histórico, localizado historicamente em um dado tempo e espaço, resultado de escolhas e intencionalidades, envolve relações de poder e disputas de memórias.

É importante destacar que o patrimônio cultural deve ser entendido a partir dos significados que a comunidade local atribui aos mesmos e não apenas das políticas públicas patrimoniais. Um patrimônio cultural para uma comunidade pode não ter significado para outra, as escolhas são feitas pelos sentidos que cada indivíduo ou grupo social atribui a ele (POULOUT, 2009; CHOAY, 2001).

Segundo Reginaldo Gonçalves (2003, p. 5), o patrimônio cultural “precisa encontrar ressonância junto ao seu público”, reconhecimento da comunidade dos:

bens materiais ou intangíveis que elas mesmas produzem como manifestação de sua cultura e de seu entendimento de mundo. Isso significa que as políticas culturais devem considerar que a ideia de patrimônio implica não apenas na concepção de posse dos bens materiais e simbólicos, mas nos sentidos e valores constituídos pelas relações e experiências coletivas. (ROVAI, 2016, p. 248).

A apropriação do patrimônio cultural não acontece de forma homogênea, pois envolve sentidos que realçam o sentimento de pertencimento a uma dada coletividade no presente. Portanto, o patrimônio cultural faz parte de um conjunto de processos dinâmicos e mutáveis que se consubstanciam em construção, (re) criação, interação e relação baseadas na diversidade. (POULOUT, 2009; CHOAY, 2001) Nesse sentido, os patrimônios culturais mourãoenses transformam-se a partir de processos criativos e individuais, a partir das relações que as pessoas estabelecem com eles no presente.

Em diálogo com a historiadora e professora Junia Sales Pereira (2012, p. 168), entendo que, mais do que “preservar um objeto como testemunho de um processo histórico é necessário valorizar os saberes que o produzem, permitindo a vivência de tradição, saberes, saber-fazer, conhecimentos, celebrações, práticas, sonoridades, etc, no tempo presente”.

Uma das problemáticas que se insere a pesquisa é acolher as memórias dos professores para compreender como eles se relacionam com os patrimônios culturais e não simplesmente focar a análise na preservação do objeto (patrimônio cultural) em si. O que interessa são os sentidos que os professores atribuem os patrimônios culturais tombados e, ao mesmo tempo, conhecer as experiências vividas na relação com seus patrimônios culturais. Isso significa dizer que a pesquisa não é sobre o patrimônio cultural (objeto), mas o foco desloca para as tramas sociais (sujeitos).

Nesse sentido, este trabalho vai ao encontro da problemática delineada pelo filósofo Walter Benjamin (1994), ao estudar a sociedade do final do século XIX e XX, dedica suas produções sobre o avanço da modernidade capitalista e destaca que tivemos uma mudança na percepção espaço-temporal e, com isso, um esfacelamento das relações sociais, a perda das experiências coletivas e o apagamento da memória. Assim, problematizo: “qual o valor de nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais a vincula a nós?” (BENJAMIN, 1985, p. 115). Dialogando com Benjamin, a nossa preocupação é compreender quais as experiências coletivas que os professores têm com os patrimônios culturais.

Isso porque o patrimônio não está apenas presente nos lugares: ruas, casas, igrejas, santuários, praças, parques, feiras e mercados. Ele expressa todas as manifestações culturais, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver, por isso, patrimônio é vida. O patrimônio abarca as danças, as músicas, as artes, as esculturas, as credences, as cantigas de roda, as celebrações artísticas, os causos e as lendas. Não podemos esquecer também os livros, as poesias, as brincadeiras, as rezas, os benzimentos e os cultos, os rituais religiosos e as festas populares. Os modos de fazer, os saberes e dizeres populares fazem parte do cotidiano e nos constitui como pessoas na relação com as experiências coletivas. Essas experiências do vivido podem ser lembradas pelas lembranças afetivas que estabelecemos com o patrimônio cultural. (SOUZA, 2007).

O professor Upiano Meneses, pesquisador de história nos campos de cultura material e visual, patrimônio cultural, museus e museologia entre outras, nos traz uma discussão pertinente sobre os valores atribuídos pela sociedade a seus patrimônios culturais. Ele entende que os valores que são atribuídos ao patrimônio cultural podem ser: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos (MENESES, 2012). Os valores cognitivos são aqueles de fruição intelectual, quando, a partir do bem, é possível produzir conhecimento histórico, quando ele é tomado como documento histórico. Já os valores formais podemos entender como os atributos

nos objetos capazes de aguçar a apreensão mais profunda do sujeito, por meio da percepção sensorial com o mundo externo. Os valores afetivos estão relacionados às vinculações subjetivas, “envolve mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social”. Podem ser entendidos como valores históricos quando relacionados à memória e identidade. Quanto aos valores pragmáticos, estão ligados às condições de uso que qualificam as práticas no lugar. E, por fim, os valores éticos estão associados às interações sociais, em que o bem é apropriado, quando o direito à cultura é o direito à diferença e ao diálogo em relações que nem sempre são pacíficas. É importante destacar que estes valores não existem isoladamente e que muitas vezes se agrupam, tendo em vista que as pessoas podem atribuir vários sentidos ao patrimônio cultural (MENESES, 2012).

Com o intuito de dialogar com as experiências vividas dos professores na relação com seus patrimônios culturais, desenvolvemos uma pesquisa pelo viés da autoridade compartilhada (FRICH, 2016). Assim, produzimos conhecimentos históricos tecido por relações dialógicas, colaborativas e coletivas (THOMPSON, 1981). Esse modo de conceber a produção de conhecimento encontra abrigo na História Pública. Essa relação será contada na próxima seção.

História Pública: caminhos múltiplos

Ao iniciar esse caminho de reflexão, nos deparamos com a tarefa espinhosa de definir um conceito de História Pública, pois existem muitos sentidos tanto no âmbito internacional quanto no nacional, entre eles uma plataforma de ação, observação e reflexão, um objeto de estudo ou uma subárea da História como tantas outras dentro da historiografia (SANTHIAGO, 2016).

Além de buscar os significados sobre História Pública, temos uma árdua missão na qual nos deparamos com outros questionamentos recorrentes no debate dos estudiosos brasileiros em História Pública: somente o historiador está autorizado a fazer História ou outros “públicos” também participariam da construção da História? Se é que há uma resposta para essa questão, em um momento que surge um mestrado em História Pública fora dos grandes centros intelectuais do país, em uma cidade no “interior” do Paraná, com pouco mais de noventa e cinco mil habitantes.

Busco entender a história pública ancorada em um campo interdisciplinar, com uma pluralidade de vozes, saberes, fazeres e reflexões teóricas. Não pertence ou é institucionalizada apenas na História, ainda que tenha na disciplina sua base. O refletir sobre a história pública está imbricado em um “grande guarda-chuva conceitual” (SANTHIAGO, 2016, p. 26).

A dimensão prática da História Pública é por vezes evocada para despertar sensibilidades e produzir diálogos entre as experiências vividas das pessoas, sendo essas permeadas por relações tensas e conflituosas dos seres sociais.

Particularmente, entendo a História Pública em várias perspectivas: a) como uma forma do historiador dialogar com diferentes públicos “não-especialistas” sobre um dado conhecimento histórico; b) a possibilidade de produzir conhecimento histórico fora do espaço acadêmico, de forma crítica, participativa e interativa com o público; e c) como divulgação histórica pelos mais diversos recursos tecnológicos, entre elas, nas redes sociais.

A história pública tem muitos endereços, caminhos e formas. Talvez incida nesses vários percursos da História Pública, ora o nascer dos meios científicos, ora não, em se galgar como “científica” sem ter os rigores cartesianos, tornando, dessa maneira, a “ciência” histórica mais próxima do diálogo com o público e promissora por esse viés.

Meu primeiro contato com a História Pública foi com os textos para prova de mestrado e relatei algo familiar entre a História Pública, a História Cultural e História Oral. Percebi, durante a leitura dos textos, que a História Pública sempre esteve em diálogo com as diferentes correntes historiográficas.

Nesse caminho, o surgimento da História Pública perpassa por algumas discussões sobre o que vem a ser a História Pública e ganha ares no âmbito internacional. Nos Estados Unidos, ela surge devido à falta de emprego para os profissionais licenciados na área de história nas universidades norte-americanas, os quais desejavam ocupar cadeiras de professores universitários ou dentro dos quadros educacionais do país, porém, devido à grande quantidade de profissionais trabalhando dentro das áreas educacionais (escola e universidade), não supria a demanda dos profissionais formados. É por volta dos anos 1970 que a História Pública estadunidense passa a ser uma iniciativa ligada à empregabilidade de historiadores, como uma alternativa de trabalho em espaços como museus, rádios, televisão, arquivos, empresas governamentais ou não, sendo assim, uma carreira alternativa. (SANTHIAGO, 2016; 2019; FRISCH, 2016).

Jill Liddington (2011, p. 34) entende que a história pública se refere ao “método histórico fora da academia” (...) Historiadores públicos estão a trabalho sempre que, dentro de suas qualificações profissionais, são parte do processo público”.

Existem muitas reflexões sobre o aparecimento de novos caminhos para a produção do “conhecimento histórico”, entre elas: o site norte-americano do *National Council on Public History* (Conselho Nacional de História Pública), que dá a dimensão de um dos aspectos que justifica a discussão da história pública nos Estados Unidos, ao destacar os postos de trabalho e atuação disponíveis para historiadores formados para práticas de trabalho não-universitários, ou que não têm como propósito o trabalho com a área do ensino. Nessa perspectiva, vamos observar uma grande gama de profissionais formados em história ocupando outras atividades, um novo campo de trabalho, em que o historiador assume a figura de mediador público ou intelectual público, desenvolvendo práticas profissionais como comentarista de rádio, telejornais, cineastas, espaços museológicos responsável por fazer curadorias, arquivos públicos, secretarias de cultura, entre outros.

Um dos meus questionamentos ao modelo norte americano de história pública está pautado no campo de divulgação histórica, disseminada por sites como o *National Council on Public History* e em (Conselho Nacional de História Pública). Site esses que durante uma pesquisa para buscar mais leituras para entender a História Pública, algo me despertou a atenção para as publicações, que a meu ver fica “aquém” das reflexões apresentadas em pesquisas científicas, pois me parece muito mais preocupado em publicações quantitativas do que qualitativas.

Por outro lado, temos a vertente de origem inglesa britânica, em que o termo *História Pública*, a partir da década de 1970, preocupa-se com as relações e o diálogo entre a produção acadêmica e não acadêmica. A escola britânica apresenta discussões sobre a memória coletiva e o dever de memória, os usos do passado e por conta disso, a disciplina história assume o centro de debates públicos com repercussões políticas e sociais acessíveis a todos e leituras compreensíveis.

O interesse pela História Pública nos últimos dez anos tem levado a um aumento na vasta produção editorial, audiovisual, museológica, entre outras, que mobiliza saberes históricos articulando com saberes populares, vindos de diversos setores da sociedade que também são sujeitos ativos na escrita das suas histórias. De certa maneira, não se trata de uma

nova disciplina, mas de um conjunto de práticas de fazer história pública e das formas de se difundir o conhecimento histórico (ALMEIDA; ROVAI; 2012).

Nesse sentido, o conceito de História Pública não é tão recente, a preocupação com a narrativa que acolhesse a cultura popular (“os excluídos da história”), já era preocupação de certos historiadores da chamada nova esquerda inglesa (*New Left*, em inglês), tendo como um dos representantes Edward Palmer Thompson. com formação acadêmica, que dentro de suas obras nos apresenta com leveza, sem perder a densidade teórica, a sua relação como pesquisador que dialoga com o público, para além dos espaços acadêmicos.

No Brasil, desde meados dos anos de 1980 e 1990, temos produções relacionadas aos campos da História Oral e História Cultural, nos trabalhos com memórias e identidade. Mas os debates intitulados como História Pública têm ganhado visibilidade entre os historiadores brasileiros, a partir dos últimos dez anos, entendendo também que trabalhar com história oral não é fazer história pública. Um dos primeiros trabalhos a nível nacional em um curso foi realizado na Universidade de São Paulo-USP, mais especificamente, o “Curso de Introdução a História Pública”, idealizados por Juniele Rabêlo de Almeida em parceria com Marta Gouveia de Oliveira Rovai, no ano de 2011, na Universidade de São Paulo - USP. Foram realizadas várias oficinas que refletiam sobre o papel da história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico de maneira responsável e integrada para amplas audiências, por meio de arquivos, centros de memória, museus, televisões, rádios, editoras, jornais, revistas e outros meios possíveis. Dando continuidade às reflexões desse curso, Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai escreveram a obra *Introdução à História Pública*, trazendo possibilidades de práticas de história pública por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e caminhos de difusão do conhecimento histórico (ALMEIDA; ROVAI; 2012).

No ano seguinte, foi formada a Rede Brasileira de História Pública para aprofundar as discussões sobre esse movimento de reflexão e ação. Os pesquisadores que constituem a rede entendem que cada pesquisador escolhe os seus itinerários de diálogos, como nos lembra o historiador, um dos precursores do movimento no Brasil, Ricardo Santhiago (2016). Para o autor, a história pública tem duas palavras, mas remete a muitos significados e percursos, ela pode

enveredar por quatro caminhos, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público que prioriza a discussão com o público; a história feita com o público é aquela entendida como uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central; a história feita pelo público que

incorpora formas não institucionais de história e memória; e história e público que abarcaria a o que me parece reflexividade e reflexividade do campo” (SANTHIAGO, 2016, p. 28).

A história pública feita “*com, para, pelo, e, com o público*”, independentemente de cada itinerário de percurso, não há de modo algum como abstrair de um ou outro elemento; ou seja, não há produção de história sem que exista a produção de um público para essa história. O que cabe indagar aqui, sobretudo, é: quais são as condições dessa produção de história? Penso que o trabalho com história pública, mesmo sendo algo “novo”, traz à tona velhas discussões dentro do campo da historiografia: quem, como e para quem é que se constrói a história? Ou ainda, o maior desafio, como produzir conhecimento histórico tecido por relações dialógicas e colaborativas pelo viés da perspectiva da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016)?

Por outro lado, encontramos historiadores defendendo a ideia de que são os únicos os “legitimadores” da produção do conhecimento histórico. Essa “legitimidade serve para que e para quem? “Legitimar” determinado conhecimento histórico significa compreendê-lo como verdade única e inquestionável? O trabalho com história pública, de certa forma, questiona se os demais públicos estariam desprovidos da “legitimidade de autoridade” da produção de conhecimento histórico. Nesse sentido, em uma pesquisa acadêmica, ao trabalhar com as memórias das pessoas da comunidade, estas seriam apenas consideradas como objeto de pesquisa? E o público seria entendido apenas como consumidores de uma história disseminada nos livros didáticos ou não, produzidos pelos historiadores “profissionais credenciados”? Ou o público seria mero incentivador dessa forma de saber por considerá-la fundamental para a sociedade, sempre interessada em aprender com seu passado? O público leitor em suas práticas de leituras não poderiam ser produtores de conhecimentos históricos? É possível uma história pública em que o público, em vez de consumir os resultados de um processo, seriam sujeitos do processo de produção de conhecimento, ou seja, ao invés de falar sobre os grupos e comunidades, os historiadores em suas pesquisas acadêmicas falariam com eles e estimulariam uma reflexão coletiva de suas histórias? Se assim considerarmos essa última questão, em uma pesquisa acadêmica, ao invés de assunto da história, o público que dialogaríamos seria considerado produtor de conhecimento histórico?

Essas seriam questões a serem debatidas ou (re)significadas à luz da história pública, visto que a relação entre os historiadores e seus públicos ainda é algo que necessita de diálogo com regimes historiográficos distintos. Talvez um caminho profícuo seria considerar alguns elementos importantes para esse debate. Primeiramente compreender a história pública como:

posicionamento intelectual e político de observação da realidade. Mais do que isso, uma opção pela organização, pela mediação e pela divulgação de conhecimentos que, muitas vezes, estão fora do território da academia e que ultrapassa o currículo escolar. Diferente da crença ingênua em uma ciência história neutra, distante e apolítica, no ensino de história em que os fatos falam por si e na restrita concepção de que só é possível pensar os acontecimentos em espaços formais de educação, a História Pública é compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes, que devem circular da forma mais democrática possível. (ROVAI, 2018, p. 187).

O segundo apontamento, considero importante o pressuposto teórico-metodológico da aceção de história pública que produza conhecimento histórico pelo viés da autoridade compartilhada e, assim, “transcender as restrições de dicotomias como produção/consumo, historiador/plateia, pesquisa/produto” (FRISCH, 2016, p. 60). A via da autoridade compartilhada pressupõe a construção do conhecimento histórico de maneira dialógica, interativa e colaborativa (entre acadêmicos e não acadêmicos) (FRISCH, 2016).

O terceiro elemento a destacar é que compartilho da ideia de Juniele Rabêlo e Marta Rovai que fazer história pública não é simplesmente:

ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente.” (ALMEIDA; ROVAI; 2011; p. 8)

Nesse sentido, a história pública é um encontro de diferentes públicos, um diálogo de conhecimentos historiográficos, profissionais, educacionais, experienciais, populares, tradicionais, docentes, discentes, porém não desprovido do exercício dialético (THOMPSON, 1981). Então, é possível uma história que fala e aberta a escuta de outros sujeitos, memórias e narrativas?

É inspirado neste último questionamento que essa pesquisa envereda pelo caminho da história feita com o público (SANTHIAGO, 2016), no qual a ideia de autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) foi colocada em ação no diálogo com as experiências vividas dos professores de Campo Mourão na relação com seus patrimônios culturais.

A ideia de público aqui assumida nessa pesquisa é baseada no pensamento de Hannah Arendt, desenvolvido em sua obra *a Condição Humana* (2000). A autora trata o conceito de

público, a partir de dois sentidos: primeiro, aquilo que se torna visível - o que vem a público-, que pode ser visto e ouvido por todos. “A presença de outros que veem o que vemos e que ouvem o que ouvimos garante-nos realidade do mundo e de nós mesmo” (2000, p. 39). Esse conceito remete à ideia da intersubjetividade e pluralidade humana. O segundo sentido está vinculado à ideia do mundo compartilhado entre os homens, uma vez que para a autora o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDDT, 2000, p. 62).

Essa acepção de público a autora fundamenta a partir da pólis grega do século V a.C., no entanto, ela percebe que na modernidade o espaço público foi privatizado e o privado tornou-se público. Esse processo pode ser um sintoma negativo provocado pelo avanço das relações de produção capitalista na modernidade. O filósofo Walter Benjamin e o sociólogo Richard Sennet compartilham desse pensamento e se preocupam com tal fato, visto que as experiências coletivas estão se esgarçando, as tradições se perdendo e os sujeitos modernos não encontram mais sentidos coletivos no mundo comum (comunidade local).

Essa noção de público instiga-nos a enfrentar os paradoxos da modernidade capitalista e vai ao encontro das preocupações desta pesquisa no sentido de compreender como os professores se constituem no espaço público (na/com a cidade)? Que experiências coletivas são vividas pelos professores na relação com seus patrimônios culturais? Os professores compartilham ainda em Campo Mourão de um mundo comum?

No que tange a respeito da produção compartilhada do conhecimento (FRISCH, 2016), entendo que os professores serão os protagonistas dessa tessitura coletiva de conhecimentos históricos na interface com os patrimônios culturais. Uma História Pública que seja construída não *sobre* os professores ou *sobre* os patrimônios culturais, mas *com* os professores no diálogo *com* suas experiências vividas na relação *com* seus patrimônios culturais. “Não se trata de apenas criar um público e alcançar as audiências, mas é uma postura diante do outro, que não é objeto de pesquisa, mas também como sujeito da investigação” e da reflexão de suas próprias experiências na relação com seus patrimônios culturais. (SANTHIAGO, 2016; 2018).

O conhecimento histórico nessa pesquisa foi construído no diálogo com os professores, enveredado por uma história colaborativa (FRISCH, 2016; THOMPSON, 1981). Acolher as experiências vividas por eles na cidade de Campo Mourão, mergulhadas nas memórias individuais e coletivas, foi uma oportunidade de aprendizagem para a minha trajetória acadêmica e pessoal, pois aprendi que a “autoridade compartilhada” é assumir que “nós não

somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado” (FRISCH, 2016, p. 62).

Conhecer os modos de pensar e viver dos professores no espaço com e na cidade/patrimônios culturais foi importante para apresentar uma escrita da História a contrapelo (BENJAMIN, 1985) daquela que é oficializada pelos discursos dominantes do município.

O patrimônio cultural é um dos caminhos de diálogo com a História Pública, pois ele traz consigo uma gama de relações como as disputas de memórias e de identidades, dos saberes e de fazeres culturais. Saberes que convivem entrelaçados em uma atmosfera de disputas, mas que visam, sobretudo, a promoção de um conhecimento que não deve ter apenas no recinto acadêmico sua validade e legitimação. Há um esforço em tornar o conhecimento histórico cada vez mais acessível e democratizado aos diferentes públicos, permitindo-os fazer usos desses conhecimentos no âmbito da vida prática. Essa produção de conhecimento histórico colabora com a formação histórica e cidadã dos indivíduos, pois estimula-os a interpretar e reinterpretar o mundo que vivem, principalmente na busca por relações sociais mais solidárias e humanas (GALZERANI, 2008).

Minha visão como pesquisador sobre História Pública parte da “Ciência Histórica”, mas não fico preso aos rigores “científicos positivistas, historicistas e marxistas”, questionados por Thompson (1981) em sua obra “Miséria da Teoria”. Também tenho a impressão que “nós historiadores ditos profissionais” sempre fizemos ou nos aproximamos da História Pública quando realizamos pesquisas que envolvem o trabalho da História Oral⁵ pelo viés da História Cultural, pois produzimos conhecimento histórico em diálogo com as experiências de vida.

Considerando essas reflexões, aproximo do pensamento do historiador Edward Palmer (THOMPSON, 1981; 1998) que propôs pensar a sociedade por meio das experiências, pois entende que homens e mulheres experimentam suas experiências como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura. A cultura é um conjunto de significados (com) partilhados e construídos pelos sujeitos em seu cotidiano, sendo tanto expressão da sociedade como também instituinte da esfera social. Os sujeitos se constituem e são constituídos pelas experiências vividas em seu cotidiano, seja no mundo do trabalho, do lazer, nos espaços familiares e

⁵ Embora tenha uma discussão sobre as proximidades e diferenças entre História Pública e História Oral, esse não é meu interesse aqui de reflexão.

religiosos, nos seus diálogos com seus pares, entre outras possibilidades, sempre de modo relacional e dialogal (THOMPSON, 1981)

Assim, nesta pesquisa, acredito na importância de considerar os professores como sujeitos que se constituem historicamente nas experiências individuais e coletivas, que envolvem relações tensas, conflituosas e práticas de resistências no espaço da cidade. (THOMPSON, 1981).

Para Thompson (1981), a experiência reinsere os sujeitos no curso da história:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e realizações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Nesse sentido, busco compreender como os professores se constituem na relação com os patrimônios culturais mourãoenses. As experiências aqui consideradas serão aquelas vinculadas a uma dimensão de longa duração (desde os primórdios de vida do professor), situadas historicamente (THOMPSON, 1981).

Uma produção de conhecimento histórico que leva em conta as experiências dos sujeitos da pesquisa vai ao encontro de uma perspectiva de história pública como um:

posicionamento político- e não se confunda este termo com partidatismo ou doutrinação-, responsabilidade e compromisso em relação à produção, divulgação e circulação sobre os acontecimentos históricos, entendidos não mais na sua dimensão exclusiva da macro-história e nem do privilégio de poucos, mas em experiências cotidianas que são valorizadas e significam as vidas de pequenos e grandes (FONTE; ROVAI, 2018, p. 186).

Interessa-me compreender os múltiplos sentidos que os professores atribuem aos patrimônios culturais bem como conhecer “quem são os sujeitos que partilham seus saberes e fazeres” (ROVAI, 2018, p. 248).

Nos últimos anos, a aproximação entre o patrimônio cultural e a História Pública como nos lembra Viviane Trindade Borges (2018, 2019) ampliou o leque de novas possibilidades, como a inclusão de outros patrimônios e, com eles, outros sujeitos, colocados à margem daquilo tido como “digno” de ser escrito pela História.

O patrimônio não depende exclusivamente do desejo e decisão das políticas públicas patrimoniais, mas do significado e o reconhecimento que eles têm para a comunidade em que foi constituído. Assumo nesta pesquisa a História Pública como um movimento de ação e reflexão coletiva que permite levantar questões sociais silenciadas pela historiografia oficial da cidade (ALAMEIDA; ROVAI, 2012; ROVAI, 2018).

A pesquisa assume o itinerário de uma história colaborativa: “o público, em vez de consumir os resultados de um processo, tomaria parte nele ativamente”. Essa linha dialoga com outras tendências historiográficas na qual o envolvimento com grupos e comunidades são entendidos não como assunto da história, mas com seus agentes e produtores” (SANTHIAGO, apud MAUAD, 2016, p. 91) Os autores que ofereceram ferramentas de diálogos com a História Pública por esse viés é o filósofo Walter Benjamim e o historiador Edward Palmer Thompson (1981) que subsidiarão o modo de produção de conhecimento histórico dessa pesquisa com seus aportes teórico-metodológicos.

CAPÍTULO 1- O CAMINHO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO PELA VIA DA AUTORIDADE COMPARTILHADA



Fonte: A praça e o chafariz- Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

[..] Lembrar da casa da gente, das irmãs, dos irmãos e dos pais da gente.
Lembrar que estão longe e ter saudades deles...
Lembrar da cidade onde se nasceu, com inocência, e rir sozinho. [..]

Olhos parados. (Manoel de Barros, 1990)

[...] Tenho sensações muito parecidas com a cidade de Campo Mourão, principalmente ao falar da minha vó, da rua da sua casa, daquele bairro. Das ruas que caminhávamos. Sabe, às vezes, quando passeio de bicicleta pela ciclovia, minhas impressões me enganam, e por alguns poucos segundos, eu acredito que estou indo para a casa dela, que vou chegar lá e encontrá-la, que ela vai rapidinho pegar a chaleira, fazer o café e servir com o pão que ela fazia. Parece que sinto o perfume do pão quentinho.

Campo Mourão costuma me pregar essas peças, não sei se é porque tenho tantas saudades, ou se essas ruas cheias de histórias é que criam esses sentimentos. Acontecem assim, de repente, se estou dirigindo e passo em frente à praça, me vejo criança de novo correndo em volta do chafariz.

Se vou ao bosque caminhar ou passar um tempo, fico imaginando como teria sido aquele lugar, como era o lago que minha vó dizia que era um mangue. Parece que a forma como Campo Mourão me toca é para lembrar e matar a saudade de tantas coisas boas. Mas também me toca mostrando que a vida não parou, que o tempo está passando, que as pessoas entram e saem de nossas vidas e vamos guardando-as, suas histórias, suas experiências.

Por isso, em Campo Mourão existem muitos pedacinhos que contam histórias, que fazem recordar e fazem seguir. A cidade me toca e é tocada por mim e por qualquer pessoa, cada um deixa também sua marca nela. São essas marcas que vemos, que sentimos e que guardamos como experiência⁶.

Frida Kahlo, Campo Mourão, 07 de agosto de 2020.

⁶ Esse fragmento de memória faz parte do quarto percurso dialógico em que a Frida Kahlo responde a Flor de Lótus como ela é tocada pela cidade de Campo Mourão.

1.1 Campo Mourão: o lugar do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa

Ao entrar em contato com o fragmento de memória da Frida Kahlo de como ela é tocada em Campo Mourão, é possível perceber que, ao andar pela cidade, a professora vive diferentes sensações. A cidade é vetora de múltiplas significações. O valor que ela atribui a cidade é estético, no sentido grego, *Aisthésis*, ligado à percepção (MENESES, 2012). A cidade aguça a percepção de Frida Kahlo e estimula a uma apreensão mais profunda de produção de sentidos, ampliados e alimentados pelas suas memórias, pressupondo tempos dilatados. “A estética, assim, é uma mediação que nos faz humanos” (MENESES, 2012. p. 36). Sobressalta-se nessa narrativa da professora os vínculos afetivos com a cidade e percebo que ela se apropria da cidade incorporando à sua experiência vivida, destaca-se uma relação de pertencimento e de identidade com a cidade.

As experiências da professora Frida Kahlo com o município de Campo Mourão lembram um pouco das minhas experiências que tenho com essa cidade. Quando adolescente, a minha família decide mudar para a cidade em busca de condições melhores de estudo e trabalho. A cidade se apresenta cheia de oportunidade. Tudo era novidade: amizades começando e novos professores. Com o passar do tempo, caminhos foram se abrindo como o basquete e os vários períodos de estágio. Campo Mourão era uma cidade maior em relação àquela que eu morava e nossa rotina familiar mudou, o tempo passou a caminhar mais rápido e atribulado, convivíamos menos com meus familiares, a criação de vínculos com os novos amigos começavam a ser maior e nos primeiros anos na cidade eu me perdia ao andar nela.

A professora Clarice Lispector⁷ me lembra que a cidade tem “ruas largas e amplas [...] mesmo não sendo uma cidade grande[...]. O que mais me impressiona são as cores que ela traz, principalmente no inverno: vermelho, violeta, amarelo, laranja.... seus ipês roxos e rosas ah... como são lindos! As andorinhas com seu ballet”.

A cidade de Campo Mourão, para meus familiares, apresentava-se como um lugar de desenvolvimento econômico perante as demais cidades que compõem a chamada região da Comcam, pois, quando não encontrávamos produto, mercadorias ou até mesmo para área da saúde tínhamos que procurar em Campo Mourão e sempre encontrávamos tudo que precisávamos na cidade. Hoje me pergunto: será mesmo que encontrávamos? Será apenas os

⁷ As memórias de Clarice Lispector fazem parte do quarto percurso dialógico em que a professora responde a carta da Flor de Lótus contando os diversos modos e sensações vividas na cidade de Campo Mourão.

bens econômicos que nos satisfazem para vivermos em uma cidade? Durante meu tempo de infância, sempre foi vista como uma cidade grande, mesmo sem saber muito bem o que era uma cidade grande. Imaginário esse que depois de adulto com as minhas experiências culturais na região periférica da cidade passou a ser questionável: que cidade é essa? Oportunidade para quem? Todas as pessoas têm direito a usufruir a cidade?

No que diz respeito às questões geográficas, ela está localizada na Região Sul do país, no interior do estado do Paraná. Encontra-se dentro da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Está situado na zona geográfica do Terceiro Planalto Paranaense, entre os rios Ivaí e Piquiri.

A cidade de Campo Mourão possui uma área de 749,637 km², e está localizada no Terceiro Planalto, 456 km da capital do Estado, Curitiba. Apresenta uma população que, de acordo com o censo demográfico do IBGE realizado em 2019, é de 94.859 mil habitantes. Campo Mourão apresenta ainda um último distrito que é Piquirivaí, com uma densidade demográfica de 115,05 hab./Km² (IBGE, 2019).

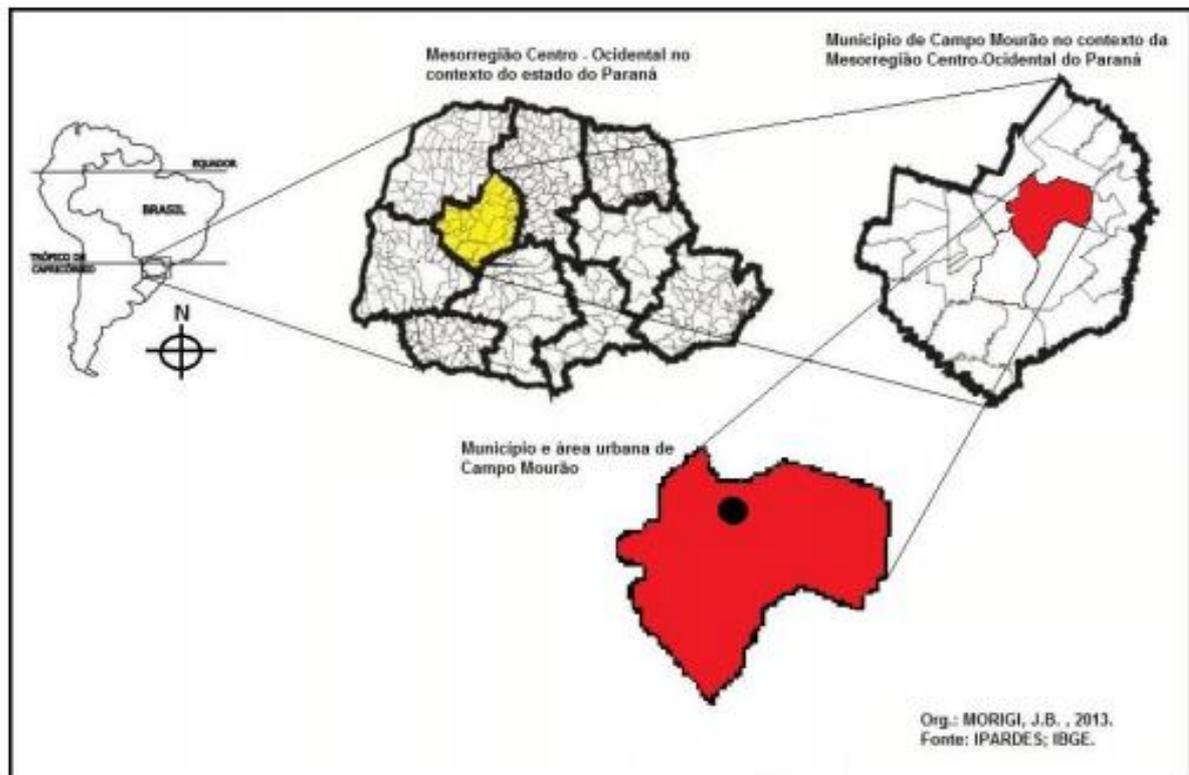


Figura 1 - Localização do município de Campo Mourão- PR.

Fonte: IPARDES; IBGE,2011.

Organizado por. MORIGI, Josimari de Brito, 2013.

Sua economia gira em torno da agroindústria. A cidade faz parte da Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão (COMCAM), que abrange um total de vinte e cinco municípios, apresentando, em alguns momentos, como polos econômicos e de saúde para os demais municípios que compõem a comunidade da Comcam.

A colonização dessas terras é datada desde 1903, com a passagem das primeiras famílias por essa região. Em um primeiro momento, está relacionado à frente de expansão, caracterizada por um primeiro contato com o território, mas não tinha o propósito de colonizar. Tal frente é tratada como o primeiro momento de “reocupação⁸” do espaço. O segundo momento de tentativa de “reocupação” dessas terras, está relacionado à frente pioneira, que tem por características relacionar-se aos primeiros grupos de indivíduos na região de Campo Mourão. A mesorregião de Campo Mourão, compreendida no Norte Novíssimo do Paraná, fazia parte da Província de Guairá, sendo habitada por povos indígenas das tribos Kaingang, Guarani e Xetá. Mas foi na passagem do século XIX para o XX, com a vinda de expedicionários de Guarapuava para criar gado, que as terras de Campos do Mourão foram “reocupadas” (MARTINS, 1995).

Inicialmente, a frente de expansão estabeleceu na região mourãoense, a partir da incursão de expedições de guarapuavanos que obtiveram do governo o registro de terras nessa localidade, com pretensões de criar gado. Mas essa frente apresentou-se pouco expressiva demograficamente, implantada precariamente em áreas acessíveis. Com relação à frente pioneira, inicia-se a partir do século XX, com a implementação de política governamental.

Com a vinda das primeiras famílias, “pecuaristas, fazendeiros” na região de Campo Mourão, por volta do ano de 1903, temos a fixação de moradia da família Pereira. Após a chegada dessa família, várias outras vieram habitar esse local e parte desses indígenas foram dizimados ou expulsos de suas terras, fato que ainda continua presente na história local na contemporaneidade.

A professora Ana Terra nos conta⁹ sobre as terras férteis e destaca não apenas o “desenvolvimento econômico” da região baseado na

agricultura, bem como a base de sua sociedade formada em grande parte por migrantes gaúchos e catarinenses cujos pioneiros chegaram na região no século XIX. A cidade de Campo Mourão é conhecida por

⁸ Reocupação porque os indígenas já habitavam essa terra.

⁹ Esse fragmento de memória faz parte do quarto percurso dialógico em que a professora Ana responde a carta da Flor de Lótus contando sobre a cidade de Campo Mourão.

vários eventos culturais, dentre eles se destacam o turismo religioso como A Rota da Fé; atividades ao ar livre com caminhadas, trilhas ecológicas; cicloturismo; diversão na água principalmente na Usina Mourão; o Concurso Pinóquio de Causos e Mentiras o qual diverte a plateia ao mesmo tempo que incentiva o folclórico conto de “causos” e o principal evento que é a Festa Nacional do Carneiro no Buraco a qual ocorre todos os anos em julho, no Parque de Exposições Getúlio Ferrari com a duração de cinco dias, a principal atração é realizada no domingo onde é servido o prato típico o qual dá o nome à festividade. Dois rituais antecedem o almoço: o espetáculo “Guardião do Fogo”, onde se conta a história da criação do Carneiro no Buraco; e o “Ritual do Fogo”, que consiste no acendimento dos buracos onde a carne será cozida. (Ana Terra).

É nessa Campo Mourão que os professores moram e trabalham em diferentes escolas, tanto na região central como na periferia da cidade. Apresento a seguir o grupo de professores que compartilharam comigo, nessa pesquisa, as suas experiências de vida. Trago os professores de carne e osso para que possam conhecê-los na sua inteireza humana (GALZERANI, 2008) e acreditamos em um modo de produção de conhecimento histórico que não aparta os sujeitos e nem o pesquisador das suas experiências de vida (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 1985; 2007).

Esse caminho de construção de conhecimento dialoga com a perspectiva da história pública pelo viés da autoridade compartilhada em que acredita: a) no envolvimento com grupos e comunidades, não simplesmente como assunto da história, mas agentes e produtores de conhecimento (SANTHIAGO, apud MAUAD, 2016); b) em uma perspectiva de história pública que não é simplesmente criar um público e alcançar audiências amplas, mas uma mudança de postura diante do outro, que não é objeto, mas também sujeito da investigação, da reflexão de suas próprias experiências vividas. (SANTHIAGO, 2018); c) na necessidade de romper com perspectivas historiográficas que esvazia as experiências dos sujeitos das pesquisas (THOMPSON, 1981), pois, se apartarmos sujeito e objeto em seu lugar, se “coloca a classe universal em estado de penúria e alienação, faz-se desaparecer a diferença qualitativa entre elas, o que arruína a própria concepção de indivíduo. Sua autonomia se estilhaça, e as pessoas submetidas à confirmação social e desprovidas de sua ipseidade transformam-se em seres sem sonho e sem história.” (MATOS, 1989, p. 20).

Considero os professores como sujeitos e não como objeto de pesquisa (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 1985). Quero ressaltar a diferença entre sujeito e objeto de pesquisa, pois este último é um tanto frio e muitas vezes remete a ideia de “coisa”, como se a pesquisa estivesse

sendo feita de maneira quantitativa, apresentando questionários e respostas formuladas, ou seja, dados dos sujeitos/professores. Longe de uma perspectiva teórico-metodológica cartesiana/instrumental, esta pesquisa é um diálogo “com” os professores e não “sobre” os professores (CONTRERAS, 1994; FRANÇA, 2016; CUNHA, 2015).

Compartilho o modo de produção de conhecimento histórico de Edward Palmer Thomson (1981) e de Walter Benjamin (1987; 2007), endossando que a relação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa é tecida por relações dialógicas e interativas.

Com o intuito de preservar os nomes e deixar os professores mais à vontade em suas produções, além da questão da ética¹⁰, optamos pela adoção de pseudônimos com nome de artistas. A inspiração veio do poema “As Lições de R. Q”, de Manoel de Barros, enviado no convite aos professores, pois reconhecemos que eles são artistas dedicam-se a arte de ensinar, além disso, penso que o artista é aquele sujeito que consegue transver/deformar o mundo. Assim, sugerimos aos professores escolherem pseudônimos relacionados ao campo artístico, ou seja, um artista que teria uma relação próxima com a sua vida ou com quem se identificasse.

A seguir, convido caro (a) leitor (a) a conhecer os professores que, no diálogo com este pesquisador, produziram a composição desta tela (pesquisa).

Ana Terra é uma professora muito extrovertida. Em seus momentos de lazer, gosta de ler, assistir a filmes e brincar com seus netos. Nasceu na cidade de Santa Bárbara do Sul, Rio Grande do Sul. Sua família chegou à região de Campo Mourão na década de 1970, através da compra de uma propriedade rural na região da Campina do Amoral, hoje município de Luiziana. Frequentava a cidade de Campo Mourão em um período de sua infância, no qual vinha para a cidade com seus pais. Sua formação é em Geografia e atuou como docente durante trinta anos na educação básica da rede estadual de ensino de Campo Mourão. Agora que já conseguiu sua aposentadoria, possui especialização *Latu Sensu* em Didática e Metodologia de Ensino.

Seu pseudônimo, Ana Terra, é uma personagem que integra o primeiro volume da obra *o Tempo e o Vento* do escritor Érico Veríssimo. Em sua obra, o escritor retrata aspectos do Sul do Brasil, assim como em outras obras. Em seus escritos, como livros, minisséries e contos,

¹⁰Todos os professores desta pesquisa assinaram o termo de livre consentimento de direitos autorais para a essa pesquisa, conforme o anexo 2.

destaca a cultura do povo “gaúcho”, ou seja, do Rio Grande do Sul, com suas crenças, valores e tradições. Temos algo em comum, ambos nascidos no Rio Grande do Sul.

Clarice Lispector é uma professora inspirada por momentos alegres com sua família e possui um gosto refinado de leitura. Nasceu em Campo Mourão, pois era o único hospital próximo à Bourbonia, distrito de Barbosa Ferraz. Formada em História, atuou como professora durante trinta e três anos na cidade de Campo Mourão. Possui especialização *Latu Sensu* em História Sociedade e Meio Ambiente e atualmente está aposentada. Escolheu o pseudônimo Clarice Lispector, pois a considera uma escritora fantástica, direta, sagaz e forte.

Frida é uma professora que possui múltiplas habilidades na culinária, destacando-se na costura e é uma exímia botânica em seu cultivo com as plantas. Nasceu na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais, é formada em história e veio para Campo Mourão em meados de 2011, acompanhar o marido, que é concursado na UTFPR. Formada em História, trabalha como professora há dez anos em Campo Mourão, como também em instituições particulares. A escolha desse pseudônimo está relacionada pela história de vida da Frida, por ter sido uma mulher tão forte. Escolheu seu pseudônimo sem demora, visto que tal personagem apresenta um ideal de lutas pelos movimentos sociais, feministas, discussões de gêneros e lutas por igualdades sociais que tanto fazem parte da vida dessa professora.

Belchior é um professor assíduo, telespectador de documentários, apreciador de boas músicas, um leitor de livros de modo compulsivo e, em seus momentos de descontração, gosta de viajar. Nasceu na tríplice fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina, na cidade de Foz do Iguaçu e reside na cidade de Campo Mourão desde 2008. Formado em História, possui Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP e doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP. Conta com uma experiência de dezesseis anos como professor e atualmente leciona na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR – campus de Campo Mourão. Seu pseudônimo está vinculado Belchior. Porque “me sinto como ele, apenas um rapaz latino americano”.

Da Vinci é um professor apreciador dos corpos celestes e eclético com suas leituras. Nasceu em Roncador, no entanto, tinha parentes que fixaram residência em Campo Mourão e desde a infância viajava com a mãe para visitá-los. Em 1995 mudou-se para Campo Mourão, devido a uma oportunidade de emprego no antigo CEFET-PR, hoje UTFPR. Formado em Geografia, é professor há vinte anos na cidade. Possui especialização *Latu Sensu* em Gestão Agroindustrial. Seu pseudônimo está vinculado ao Leonardo Da Vinci, considerado um dos maiores pintores de todos os tempos e dotado de talentos diversos. Destacou-se como cientista, matemático, engenheiro, inventor, anatomista, pintor, escultor, arquiteto, botânico, poeta e músico.

Lua Mee é uma professora sempre disposta a dialogar sobre as mais variadas temáticas, preocupada com as “minorias” brasileiras. Nasceu em Pitanga, mudou para a cidade de Campo Mourão em 2009 e assumiu o concurso no Colégio Estadual Prefeito Antônio de Oliveira, onde permanece até o momento. Formada em História, é professora do Estado do Paraná há dezesseis anos, possui especialização *Latu Sensu* em História Arte e Cultura e Mestrado em Ensino de História. Seu pseudônimo, Lu Mee, está relacionado a uma artista e botânica Margaret Mee, inglesa que viveu no Brasil e pesquisou plantas da Amazônia. Lutou sempre por direitos iguais, envolvendo-se em inúmeras causas sociais e políticas, as quais fizeram com que ela se envolvesse ainda mais na política e conflitos sociais. Dedicou seus esforços na luta contra a pobreza, contra as desigualdades sociais e contra os horrores ocasionados pelas guerras.

Frida Kahlo é uma professora esportista no grupo, gosta de praticar yoga, aprecia boas leituras, e possui um ouvido apurado para boas músicas. Formada em Pedagogia e História, possui especialização *Latu Sensu* em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais. É mestranda na área do ensino de história. Há sete anos atua como professora em uma Escola Municipal da cidade de Campo Mourão, na qual trabalha as disciplinas de Geografia, História e Ciência nos anos iniciais do fundamental I.

Decidiu optar pelo pseudônimo Frida Kahlo, pois ela é um exemplo de pessoa. Mesmo diante de tantas adversidades, como doenças, inúmeras sequelas causadas por um acidente no bonde e problemas no casamento (com um marido que, segundo ela, foi o pior acidente de sua vida) foi célebre, foi uma artista incrível que superou todas essas dificuldades e não se deixou abalar. Sua trajetória é muito só, mas, ao mesmo tempo, motiva muitas pessoas a continuarem

sua busca por seus sonhos. Por isso, inspirou-se na sua história, não por possuir uma trajetória de vida parecida com a dela, mas por pensar sobre sua vida que mesmo em meio a tantas dificuldades e problemas que para muitas pessoas seriam motivo suficiente para desistir, ela continuou lutando, mostrando-se exemplo para muitas mulheres no mundo todo e até hoje.

Paulo Autran é nosso professor e ator. Sua vida se passa dentro de um palco teatral, pois em sua infância vivenciou as experiências no nordeste brasileiro, navegou em terras paulistanas e, por fim, criou raízes em terras mourõeses. Com 24 anos, quando veio para a cidade fazer vestibular na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, hoje UNESPAR, fez graduação em geografia, atuando como professor desde 2009. Seu pseudônimo está vinculado a Paulo Autran, pois foi um artista ímpar para o teatro brasileiro, morreu fazendo teatro.

Alberto Caeiro é o único professor nascido em Campo Mourão e tece suas respostas em forma de poesia crítica. Ele é um questionador das mazelas sociais urbanas desde a sua infância, devido às suas experiências de vida na periferia da cidade. É formado em licenciatura em História pela UNESPAR. Atua como professor de História em escola particular. Seu pseudônimo, Alberto Caeiro, é um poeta que dá importância às sensações, sendo um dos pseudônimos do poeta português Fernando Pessoa.

Quero novamente lembrar que tivemos uma enorme coincidência na escolha do pseudônimo: duas professoras escolheram a Frida Kahlo, a qual trata-se de uma das personagens mais significativas no âmbito político e cultural do México. Foi uma mulher guerreira e lutadora tanto na vida particular, a qual teve que superar grandes traumas, quanto na vida social, e toda a sua obra reflete esta realidade. Para não mudar o pseudônimo desses professores que olham para Frida Kahlo com admiração e inspiração, conversei com elas e optamos manter os pseudônimos por conta das relações que estabeleceram com suas vidas, porém para diferenciá-las uma delas escolheu usar o pseudônimo de artista Frida Kahlo e em conversa com a professora, iremos apresentá-la dessa maneira.

1.2 O Aporte Teórico-metodológico que sustenta a pesquisa

A pesquisa está ancorada nos aportes teórico-metodológicos de Benjamin (1985; 2007) e Thompson (1981) que, ao escreverem sobre a sociedade em que viveram, dialogam com os sujeitos situados no tempo e no espaço, atentos às experiências vividas, às mudanças e permanências histórico-culturais.

1.3 Expressando os diálogos com Edward Palmer Thompson

Durante o período de Graduação em História, as leituras de Edward Palmer Thompson nunca foram parte integrante do meu rol de formação como historiador. Receio que lia suas obras de maneira “clandestina” das leituras que figuravam na ementa da graduação em história. Tive contato com as obras *Senhores e Caçadores*, *Costumes em Comum* Estudos sobre a Cultura Popular e Tradicional e li o prefácio e o primeiro capítulo do livro a *Formação da Classe Operária*. Talvez, se não tivesse me preocupado tanto durante o período da graduação em buscar qual o papel da História apenas sob os vieses estruturalistas que compõem uma das escritas historiográficas, eu não teria “perdido” outras possibilidades de construir o conhecimento histórico.

Dito isso como importante agora na minha formação, busco entender a obra de Thompson para compor um dos embasamentos teórico-metodológicos. Um historiador que viveu a Segunda Guerra na pele, um período de luta dos trabalhadores por condições sociais dignas. Além de fazer parte do Partido Comunista Britânico, encontrava-se na linha de frente educacional, lecionando para adultos, trabalhadores que clamavam por conhecimento, sobrevivência e o próprio Thompson via na educação (formal ou não) uma forma de mudar a realidade social. Posteriormente, foi dissidente do partido comunista, fez parte da corrente historiográfica da Nova Esquerda Inglesa, ampliou alguns conceitos marxistas, escrevendo uma história comprometida com o seu tempo.

Esta pesquisa está imbricada com as experiências de vida dos professores na relação com seus patrimônios culturais, fato esse que nos cativou a olhar a obra intitulada *Miséria da Teoria*, especialmente o capítulo *Intervalo: A lógica histórica* para pensar a produção de

conhecimento histórico no diálogo com as experiências dos sujeitos, ou seja, na relação entre sujeito e objeto, por vias dialógicas, desvinculando-se de correntes teóricas (historicismo, positivismo, marxismo ortodoxo) que enclausuram determinadas formas de interpretação da história dos “sujeitos” com suas histórias de vida ou suplantando teorias nas empirias. Para o autor, a história

não é uma fábrica para a manufatura de Grande Teoria [...] também não é uma linha de montagem para a produção em série de pequenas teorias. Tampouco é uma gigantesca estação experimental na qual as teorias de manufatura estrangeira possam ser “aplicadas”, testadas e confirmadas. [...] Nosso objetivo não fica (esperamos) por isto aprisionado nesse passado. Ele nos ajuda a conhecer quem somos, por que estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram, e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas de processo social. [...] (THOMPSON, 1981, p. 59).

Compreendo como um convite para novas formas de se relacionar com pesquisas históricas, outros modos de produção de conhecimento histórico que têm como pressuposto o diálogo com as experiências dos sujeitos. Nesse sentido, o método “Lógica Histórica” possibilita os estudos da realidade em movimentos (ora se apresenta de uma maneira, ora de outra), e é possível entendê-los nas imagens ambivalentes e contraditórias, diferente dos procedimentos analíticos das ciências exatas e naturais.

O autor nos oferece um percurso com oito proposições para a produção de conhecimento histórico, como uma sugestão do que como uma camisa de força. Dessa maneira, torna-se uma tarefa árdua definir os caminhos de uma pesquisa que se relaciona com sujeitos que vivenciam a história em seu dia a dia, sem estar preocupados com os compartimentos teóricos que envolvem a escrita historiográfica, mas ele nos incentiva sair das amarras impostas pela racionalidade cartesiana, com um método de investigação

adequado a materiais históricos, destinado [...] e a eliminar procedimentos auto confirmadores (instâncias, ilustrações). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre o conceito de evidência, um diálogo conduzido por hipótese sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (...) o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. (...) (THOMPSON, 1981, p. 49).

O lugar da teoria histórica não se restringe a ficar presa dentro de estruturas encadeadas em forma de compartimentos, procedimentos teóricos que abarcam maneiras de análise pré-determinadas, formas de pesquisas enquadradas em determinados parâmetros prevaletentes,

como é caso do positivismo, do marxismo ortodoxo, do estruturalismo “imposto” à história, para que tal disciplina pudesse se tornar uma “Ciência Histórica”. O seu modo de produção não trata de teorias prontas e generalizadas.

Um das alternativas propostas pelo autor para fugir das amarras das historiografias citadas é romper com o enclausuramento da história que aparta o sujeito do objeto, para assegurar a neutralidade e o status de cientificidade, mas pensar o método da lógica histórica na perspectiva do materialismo histórico, a partir das 8 proposições:

1 - O Objeto imediato do conhecimento histórico compreende evidências dotadas de existência real, que nesta pesquisa são os professores que possuem sentimentos, pensamentos, desejos, ou seja, pessoas de carne e osso.

2 - “O conhecimento histórico é pela sua natureza: a) “provisório e incompleto (mas não, por isso inverídico), (b) seletivo (mas não por isso inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas)”. (THOMPSON, 1981, p. 49). Entendo nesse ponto que o conhecimento histórico é provisório, pois é construído por questionamentos e preocupações do pesquisador no seu tempo bem como no diálogo com as evidências históricas. Essa é uma das possíveis interpretações, uma vez que não existe “qualquer confirmação [...] jamais poderá ser mais do que aproximada: a história não é governada por regras e não conhece causas suficientes” (THOMPSON, 1981, p. 60). Isso fica claro para aqueles que trabalham com as experiências humanas, não sendo possível hierarquizar, esquartejar, categorizar e classificar tais experiências.

Ainda na segunda proposição questiono: é possível que o conhecimento histórico que envolve a relação das pessoas com os patrimônios da cidade seja dado como pronto e acabado? Será que as experiências dos professores com seus patrimônios culturais serão sempre iguais? As relações sociais que os professores estabelecem com seus patrimônios culturais podem ser enquadradas em modelos construídos a priori?

3 - “A evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas” (THOMPSON, 1981, p. 50).

No ato de produção de conhecimento histórico, o pesquisador, ao dialogar com os sujeitos da pesquisa, deve considerar as suas irregularidades, as suas contradições, os silêncios,

os conflitos e as singularidades sem perder a relação com a macro - história e distanciar-se das generalizações porque elas minam as experiências vividas ofuscando os seus múltiplos sentidos. Aqui percebo que não existem verdade absoluta, pois cairíamos nas armadilhas da perspectiva cartesiana, entendo que o pesquisador dialoga com diferentes sujeitos, temporalidades e espacialidades e que esse conhecimento construído é provisório.

4 - “[...] A relação entre o conhecimento histórico e seu objeto não pode ser compreendida em quaisquer termos em que suponham ser um deles função (interferência de revelação, abstração, atribuição ou ilustração) do outro”. (Thompson.1981, p. 50).

Penso que aqui mora uma questão crucial nesse caminho de pesquisa, pois o autor orienta que no ato de produção de conhecimento a relação que se constrói é de diálogo entre sujeito e objeto: nem o sujeito está em detrimento do objeto e nem vice-versa, é uma relação horizontal. Quer dizer que como pesquisador estarei em uma relação dialógica (não desprovido de tensões) com os professores, aqui o pesquisador não sobrepõe ao sujeito da pesquisa, as relações tecidas são colaborativas, dialógicas e coletivas. Penso que amplia a leitura que faço do conceito de autoridade compartilhada, utilizado no campo da história pública por Michael Frisch (2016), em que o processo de “interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado”, ou seja, por uma vida de mão dupla.

5 - O objeto do conhecimento histórico é a “história real, cujas evidências devem ser necessariamente incompletas e imperfeitas. Supor um presente, por se transformar em “passado”, modifica com isto seu status ontológico é compreender mal tanto o passado como o presente”. (THOMPSON,1981, p. 50). Observo nesse ponto que trabalho com histórias reais, de pessoas que se apresentam de carne e osso, com suas (in)completudes, (in)certezas, (i) racionalidades, sensibilidades, (in) consciente (GALZERANI, 2008).

6 - A investigação histórica como processo ou desordem racional, acarreta noções de “contradição, de mediação e da organização (por vezes estruturação) sistemática da vida social, política, econômica e intelectual”. (THOMPSON, 1981, p. 53). O que implica ao pesquisador entender a importância de flagrar as contradições sociais no interior das realidades e as ambivalências, especialmente nesta pesquisa que se propõe trazer o vivido, ou seja, as relações sociais que os professores estabelecem na cidade e com seus patrimônios culturais são

complexas, contraditórias, permeadas por conflitos, tensões, silenciamentos e apagamentos de memórias e histórias.

7 - “O materialismo histórico não difere de outras ordenações interpretativas das evidências históricas, (ou não difere necessariamente) por quaisquer premissas epistemológicas, mas por suas categorias, suas hipóteses suas características e procedimentos e no reconhecimento parentesco conceptual entre estas e os conceitos desenvolvidos pelos praticantes marxistas em outras disciplinas”. (THOMPSON, 1981. P. 54). Não pretende ainda dizer que os historiadores marxistas “não tenham um débito em relação a certos conceitos para com uma teoria marxista geral que abarca marxistas que trabalham em outros campos, e se vale de suas constatações”. Mas ele questiona a ideia de que se trate de uma “Teoria, que tenha uma Sede, independentemente dessas práticas: uma Sede textual autoconfirmadora, ou uma Sede na sabedoria de algum partido marxista, ou uma Sede numa prática teórica purificada”. (1981, p. 55).

Assim, compartilho desse pensamento ao entender que as experiências não podem ser compreendidas num golpe de um dado ponto de vista teórico (como se a teoria pudesse engolir a realidade em uma só bocada). Devemos caminhar juntos no diálogo entre teoria e prática e tomar cuidado para que, como pesquisador, não tente encaixar ou enquadrar os professores dentro de um padrão da escrita da história, modelos que insistem em nos perseguir no espaço acadêmico, de modo que também sou fruto dessa formação e caio nessas tentações, por isso se dá a importância do policiamento em relação às amarras cartesianas.

8 - “A história não é uma fábrica para a manufatura da Grande teoria, como um Concorde do ar global; também não é uma linha de montagem para a produção em série de pequenas teorias. Tampouco é uma gigantesca estação experimental na qual as teorias de manufaturas estrangeiras possam ser aplicadas, testadas e confirmadas. Esta não é absolutamente sua função. Seu objetivo é reconstituir, explicar e compreender seu objeto real. [...] nosso conhecimento não fica esperamos) por isto aprisionado nesse passado. Ele nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram [...]” (1981, p. 55).

O que devemos nos ater e também devem ser motivos de questionamento para essa pesquisa é que os modos de produzir conhecimento histórico não são coisas que devam

acontecer de forma mecânica, enquadrada e encaixada em modelos prontos a priori. Entendo que a história tem

procedimentos específicos que possibilita a construção do seu próprio discurso, no entanto, é importante que os sujeitos das experiências sejam inseridos com suas falas, posicionamentos, pensamentos, pois é comum as concepções racionais instrumentais mutilarem o sujeito por diferentes lógicas desde sua participação na política, na economia e sociedade, minimizando suas potencialidades. Ainda encontramos muitos espaços universitários impondo teorias, além disso, sobrepondo as empirias, bem como vulgarizando as relações socioculturais. O que acaba por fim esvaziando os múltiplos sentidos do conhecimento histórico. (FRANÇA, 2016, p. 122).

É fundamental destacar esse posicionamento acima, visto que a história pública nos convida ao rompimento da hierarquização de saberes acadêmicos e não acadêmicos, em espaços escolares e não escolares, entre sujeito e objeto, entre racionalidade e sensibilidades, subjetividade e objetividade, entre produtor e consumidor (FRISCH, 2016; ROVAI, 2016, SANTHIAGO, 2016).

Portanto, o motor que move a História são os fatos compostos por pessoas reais, que vivem suas histórias de vidas em seu cotidiano. Acredito que é possível nos fragmentos de memórias trazer os esquecidos, os silenciados e marginalizados pela historiografia prevalente na modernidade. Mais do que isso, acolher outros patrimônios culturais e leituras plurais da cidade de Campo Mourão.

Entender um processo histórico é buscar apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições sociais. Eles não experimentam suas experiências apenas como uma mistura de ideias, na dimensão racional, mas “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura. (...) Em cada ‘necessidade’ há um afeto, ou ‘vontade’, a caminho de se transformar num ‘dever’ (e vice-versa).” (THOMPSON, 1981, p. 189.).

O conceito de experiência é datado historicamente, pautado na relação entre sujeito e objeto (no ato de produção de conhecimentos), (entre sujeitos ativos) os quais vivenciam processos de dominação e, concomitantemente, de resistências.

Desconsiderar o papel dos sujeitos na história tende a reduzir os acontecimentos sociais ao econômico. Creio então que a noção de experiência se torna, portanto, chave fundamental para superar a contradição entre determinação e agir humano, justamente em um momento ímpar em que conceitos historiográficos se demonstram em uma arena de questionamentos na

esfera pública, no qual me parece evidente a importância de compreender as ações humanas no contexto social que vivemos.

1.4 Dialogando e desvelando Walter Benjamin

Para contar como as leituras do filósofo Walter Benjamin chegaram até a mim, preciso escrever como entrei no programa Pós-Graduação em História Pública da Unespar/Fecilcam. Quando chegou a informação que teria uma nova turma de pós-graduação na área de História, na instituição pela qual já havia feito a graduação de Geografia e História, fiquei contente e empolgado para realizar a seleção do Mestrado. Fiz a inscrição, estudei para a prova, trabalhei no projeto de pesquisa e recorri às áreas de conhecimento nas quais tenho um prazer maior de dialogar, que no caso foi o patrimônio cultural, memória e identidade, bem como campos da historiografia, e indiquei dois professores da casa para me orientar em meu projeto de pesquisa.

No dia da prova escrita (e, como toda avaliação, nunca sabemos como vamos, afinal algo complicado é escrever para um público formado por professores doutores que tem o intuito de analisar o seu texto), tive a grata surpresa de ter feito uma boa prova e conseguido passar. Agora faltava a entrevista, algo até então desconhecido e um tanto quanto amedrontador, pois foi com horário marcado com dois professores em uma sala, que começaram a fazer muitas perguntas sobre o meu projeto de pesquisa, que no decorrer da entrevista e junto com estado de nervosismo, a gente nem se lembra mais qual foi a primeira pergunta feita por um dos professores e quem são os professores que estão fazendo a entrevista.

Mas algo me tranquilizou após a entrevista, porque percebi que fui bem sobre o questionamento em relação ao projeto de pesquisa, mas ainda pairava a incerteza sobre a aprovação. Meu único receio estava em saber quem era a professora que eu não conhecia, visto que ela estava fazendo tantos questionamentos sobre a pesquisa e foi ela que fez a maioria das perguntas.

Em uma bela tarde de sol em Campo Mourão, meu telefone toca. Percebo pelo número desconhecido com DDD 43 que não era da cidade, atendo o telefone e esse foi o primeiro contato da professora desconhecida, a Dr^a Cyntia Simioni França, me dando os parabéns e comunicando que seria a minha orientadora. Foi com ela que também tive o meu primeiro contato com o filósofo Walter Benjamin e conheci a sua trajetória de vida e suas produções.

Quem é Benjamin? Difícil pensá-lo em um campo do conhecimento, pois transita no diálogo com vários campos do saber. É um filósofo da linguagem, crítico literário, ensaísta, cientista social, tradutor e poeta. Seu modo de produção de conhecimento histórico distancia-se do pensamento cartesiano limitado a operações conclusivas, fechadas e como “verdade” absoluta. Em suas produções, acredita que o modo de produção de conhecimento é por métodos desviantes.

Nasceu em Berlim, no dia 15 de julho de 1892. Proveniente de uma família judia burguesa. Foi membro do movimento da juventude, formado por escritores alemães. No ano de 1910, inicia seus estudos na universidade Albert-Ludwig em Brisgovia, na Alemanha, onde estudou filosofia neokantiana. No ano de 1915 conhece seu amigo Gershom Scholen, filósofo e historiador judeu-alemão e com ele compartilha a visão do materialismo histórico e do judaísmo. Em 1917 casa-se com a militante Dora Pollak, com quem teve um filho, Stefan.

Já em 1925 defende sua tese na Universidade de Frankfurt, porém, não colhe bons frutos, não conseguindo ser aprovado como professor na Universidade de Frankfurt por apresentar uma produção distante dos “modelos” acadêmicos, ou seja, dentro dos padrões de objetividade e neutralidade exigidos na época. Passa a trabalhar em revistas de institutos sociais de pesquisa, como tradutor de alguns trabalhos de Marcel Proust.

Em 1930, perde a cidadania alemã, tenta chegar à Espanha para escapar do regime nazista, fugindo para o Estados Unidos. Porém, ao chegar no porto que faz fronteira com a Espanha, não lhe é permitido à entrada, vendo-se ameaçado de ser preso pelo regime nazista e, provavelmente com medo de isso acontecer, Benjamin dá um fim a sua própria vida.

Conhecendo a trajetória do autor, eu como pesquisador procuro construir um diálogo com Benjamin. Começo a conversa com a problemática da modernidade capitalista, cerne de suas reflexões, entendendo-a como um processo que se apresenta engendrado historicamente e repleto de imagens ambivalentes. Sua acepção de modernidade vai além da ideia ligada ao progresso, mas está relacionada ao questionamento do discurso de que ela promove bem-estar social. Entende que ao mesmo tempo que temos a industrialização, urbanização e a mecanização dos processos produtivos, existem os rumores de que avanço tecnológico desencadeou distanciamento social, relações sociais esfaceladas, pautadas num tempo homogêneo e vazio de sentido para as pessoas. O avanço das relações de produção capitalista, de certa maneira acelerou o tempo, porque a hora do relógio passa a ser vista como tempo

financeiro/capital/dinheiro, alterando as relações socioculturais, nos formando, deformando e transformando, muitas vezes, em engrenagem a serviço do mundo capitalista.

Em meio a todo esse processo de crescimento econômico e tecnológico, como ficam as relações sociais? O que estamos ganhando e perdendo, se é que podemos usar esses termos de ganhar ou perder com essas mudanças?

Busco compreender a modernidade capitalista dos finais do século XIX e meados do XX, na Europa, principalmente no que diz respeito ao esfacelamento dos vínculos sociais, o embotamento das experiências vividas dos sujeitos, o exacerbamento do individualismo e o desenraizamento dos sujeitos no tempo e no espaço. Porém, trata-se de uma tarefa árdua para esse pesquisador, cheia de desafios a serem completados e caminhos a serem percorridos.

Benjamim (2007) reconhece que na modernidade as relações sociais são transformadas em mercadorias. Para essa reflexão, trata sobre o crescimento das cidades europeias, principalmente Londres e Paris no final do século XIX, que com a industrialização e urbanização tiveram as suas relações sociais alteradas¹¹, bem como seus modos de produção.

Benjamim entende que, ao mesmo tempo que a modernidade traz a imagem de “progresso”, de certa maneira cria também ruínas e destruição. O autor ressalta que a modernidade capitalista não está vinculada apenas às mudanças econômicas, mas também as suas dimensões culturais. Nesse sentido, o filósofo alarga a concepção de modernidade na relação com o avanço do sistema capitalista quando não desvincula o campo econômico do cultural, mas imbricados em um movimento dialético, “uma vez que inclui, no interior do conceito de relações sociais de produção, a dimensão cultural, as visões de mundo e as sensibilidades” (GALZERANI, 2005, p. 54).

O historiador Elison Paim (2005, p. 78), ao dialogar com Benjamin, explica que o filósofo ao tratar das

as exposições universais, o grande comércio nessas exposições, as relações socioculturais, que acontecem dentro dessas grandes exposições, um conjunto de relações foi pensado como parte da modernidade capitalista do século XIX, como uma sociedade do olhar, do controle, do esquadrinhamento do tempo, do espaço urbano e dos corpos.

¹¹ Com o “*enclosure*” me parece que essa transformação foi acelerada, além disso, temos a criação de uma jornada de trabalho excessiva: nasce o trabalhador assalariado (a classe operária) o qual vende o seu tempo como força de trabalho, e nasce uma classe operária, que irá lutar por seus direitos contra a “velha” burguesia aristocrática.

Analisando dessa forma, as relações sociais passam a ser controladas, enquadradas, encaixadas, formatadas na sociedade moderna, as pessoas tendo os seus corpos treinados para trabalhar, estudar e se relacionar em sociedade, de preferência, de forma “ordeira” para servir o sistema capitalista. A modernidade capitalista fabrica os modelos, comportamentos e “educa” os corpos para compor seu quadro social.

Com o avanço da modernidade capitalista, as relações de trabalho tornam-se mercadoria: quanto mais tempo para o trabalho, mais lucro. O tempo é dinheiro. Nossa sociedade cresceu no sentido de melhoria das condições tecnológicas, mas, até que ponto as condições sociais e as relações sociais se alteraram, ou seja, tornaram-se mais humanas e plenas de sentidos coletivos? (GALZERANI, 2008).

O que se percebe é que nessa sociedade moderna pautada em práticas mercantis, aumenta de forma exacerbada a individualidade, que não se trata dos aspectos singulares dos sujeitos, “porque se coloca na condição de força do trabalho, que é vendida. Tudo atende a uma demanda de tempo, tudo vira moda e rapidamente perde a sua validade, o seu interesse. Constituem-se fantasmagorias”. (PAIM, 2005, p. 80).

O conceito de ‘fantasmagoria’ numa perspectiva benjaminiana também remete ao pensamento de que tudo “é sempre igual. É o novo, mas é um novo sempre igual, da agitação, da correria. É o novo da mesmice. É um novo efêmero. É um novo fugaz e a ele vai se dando um desconforto frente à memória” (PAIM, 2005, p. 80).

A fantasmagoria nos desenraiza do tempo, do espaço e das relações sociais. Qual a implicação disso para as pessoas? As trajetórias vão sendo apagadas, as memórias esquecidas, as experiências embotadas e os sujeitos tornam-se iguais, perdemos a crônicas de si mesmos. (GALZERANI, 2008).

A historiadora Nara Rúbia de Carvalho (2016, p. 73), ao dialogar com acepção fantasmagórica de Benjamin, compreende que o filósofo percebe que no:

universo da fantasmagoria nós percebemos a realidade como imagem fugidia e transitória, atada ao contínuo do tempo. No entanto, ele propõe que a atenção se fixe nessas imagens, o que é diferente de fazer do transitório uma ideia fixa, como o mercado faz com a novidade. A concepção de tempo prevalecente nas sensibilidades modernas é o contínuo da fragmentação do presente, passado e futuro, endossando o ritmo da produção industrial, acelerado, linear e compartimentado.

Benjamim não trabalha com um tempo linear, já que na maioria das vezes esse tempo histórico demarca a visão de progresso, compatível com os anseios da modernidade capitalista. O autor propõe estilhaçar no “tempo do agora” o fluxo *continuum* da história.

O pensamento benjaminiano nos apresenta ferramentas para fugir dessa prisão imposta pela modernidade, na qual a ideia de que tudo é igual, de um tempo linear, de uma história que sempre traz fatos iguais, escrita pela ótica dos vencedores. Para a filósofa Jeanne Marie Gagnebin (1982, p. 60), Benjamim quer trazer à tona aquilo que foi esquecido pela historiografia oficial e poderia “fazer de nossa história outra história. A empresa crítica converge assim, para a questão da memória e do esquecimento, na luta para tirar do silêncio um passado que a história oficial não conta”.

Benjamim (1985) foi um dos principais críticos aos modelos da escrita de uma história ancorada no pensamento do positivismo, do historicismo, do materialismo histórico ortodoxo, pois em tal maneira de se escrever a história, as possibilidades de inserção dos sujeitos pertencentes ao mundo real são mínimas. Mais do que isso, tece críticas ao positivismo por apresentar uma história evolutiva, linear e fundada num tempo homogêneo e vazio, de uma história como encadeamentos de acontecimentos sucessivos.

Quanto ao historicismo, faz uma crítica acirrada à história construída como “era uma vez”, uma historiografia que não trabalha com os conflitos, apenas traz uma dada noção de passado como continuidade, que pode ser conhecido de forma total. Já a crítica feita ao materialismo ortodoxo é em relação à ênfase na base econômica e deixando em segundo plano ou separando as questões culturais. O autor nos coloca no caminho de refletir sobre o rompimento dos parâmetros de infraestrutura e superestrutura de forma separadas, nos aproxima dos preceitos nos quais os valores, as ideias, os sentimentos, a cultura articulam-se à economia. Dessa maneira, Benjamin não só tece críticas ferrenhas ao marxismo ortodoxo como traz novas discussões no campo historiográfico indo ao encontro dos posicionamentos de Thompson (1981). Além disso, a experiência é subtraída e, como já dizia Thompson, os homens são como marionetes, já que se trata de uma concepção determinista, tudo já está pré-definido a priori.

Nesse sentido, onde fica o fazer-se dos sujeitos no tempo presente, como sujeitos da e na História? (THOMPSON, 1981) Em Thompson, o conhecimento histórico é provisório e incompleto que compartilha com a ideia de Benjamin com a noção de história aberta, inacabada

à espera do historiador materialista histórico construir outro porvir com devires mais promissores, com horizontes mais abertos.

Paim (2005, p. 85) compreende que Benjamin defende uma acepção de história como possibilidade de “rupturas, ampliando a visão de sujeito, não apenas o eu individual, mas um eu coletivo. É, portanto, despertar para a própria vida, saindo do sonho fantasmagórico, é reconhecer que somos atravessados pelo inconsciente, que somos um sujeito inteiro. É trazer o sonho para a história”.

Assim, o filósofo convida a dialogar com outros sujeitos, os vencidos pela história, despertando uma escrita de história a contrapelo, valorizando as experiências dos sujeitos comuns, as histórias menores, aquelas esquecidas, recalcadas, escondidas, negligenciadas, silenciadas, à margem da sociedade. Uma história tecida nos detalhes do cotidiano, no mundo suburbano, atento às insignificâncias e ao miúdo. A aposta de Benjamin para colocar esse projeto em ação é pela via da rememoração. Na próxima conversar diálogo com a acepção de memória benjaminiana e as contribuições desse referencial teórico metodológico para a pesquisa.

1.5 Por que trabalhar nessa pesquisa com memórias benjaminianas?

Muitos lugares públicos da cidade e os patrimônios culturais foram construídos para perpetuarem certas memórias ou como símbolos do progresso que impulsionam a modernidade (BENJAMIN, 2007). É importante compreender a cidade como expressão de um campo “conflituoso, no qual as memórias e histórias exprimem-se como atos de apropriação, de pertencimento social de muitos e diferentes sujeitos históricos, mediante os processos de exclusão, apropriação e portanto, de dominação/ resistência e insubordinação” (CALVO, 2013, p. 4).

Se entendermos a cidade como o lugar na qual as mudanças instituem-se ao longo do tempo marcas importantes, queremos tratar essa problemática como a história de “constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças”. (FENELON, 1999).

Para Celia Rocha Calvo (2013, p. 12) é importante considerar os “viveres urbanos” constituídos nas relações daqueles que, se não estiveram no comando das políticas patrimoniais, mesmo assim não deixaram de (re)criar os seus espaços, “em suas práticas de morar, trabalhar, de se divertir relacionados aos hábitos, costumes, crenças e comportamentos criados nas experiências”, em seus modos de marcar na paisagem urbana a visibilidade de suas práticas sociais, por meio dos seus referenciais, das suas memórias e trazendo as outras histórias da cidade.

Mesmo em uma cidade no interior do estado do Paraná, considerada pequena em relação às grandes metrópoles brasileiras e a cidade berlinense de Benjamin, vivemos em uma sociedade capitalista, marcada pelo avanço tecnológico, inundados pelo excesso de informações e aceleração do tempo. Nesse cenário, a percepção e interação com o tempo, o espaço e as relações sociais se modificam significativamente, de modo que é perceptível o esfacelamento social e a memória parece se encontrar embotada do cotidiano das pessoas.

Ao estimular uma reflexão com os professores sobre as suas experiências vividas na relação com os patrimônios culturais e na e com a cidade em que habitam, percebo como uma proposta desafiadora. Promover esse diálogo é acolher os diferentes sujeitos, tempos e espaços e, para isso, é necessário, segundo o conselho benjaminiano, considerar as memórias, especialmente aquela que escapa da memória dominante. O filósofo aposta em uma rememoração que não se preocupe apenas com a memória voluntária, mas entrecruza com fios da memória involuntária.

Mas, antes de dialogar com a acepção benjaminiana de memória, trago o debate historiográfico para essa reflexão. A historiadora Jacy Alves Seixas (2011), faz um balanço historiográfico desde a antiguidade greco-clássica até a contemporaneidade sobre a concepção de memória, especialmente sobre a diluição do estatuto da memória sob o prisma da História. Nas palavras da autora na relação entre história e memória na vertente da historiografia prevalecente, a segunda, “em grande medida deixa ser memória para enquadrar-se nos preceitos teórico-metodológicos da (s) historiografia (s), como se ela espontaneamente se redefinisse, abandonando pedaços importantes que a definem, no contato taumatúrgico da História”. (SEIXAS, 2001, p. 38-39).

Outra problemática levantada por Alves (2011) é a diferença entre história e memória apresentada de modo dicotômico pela historiografia presente que acaba por vezes hierarquizando tais saberes. A historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani, como a Jacy

Alves de Seixas, entende que a tradição francesa, especialmente os estudos de Pierre Nora (1993) e Maurice Halbwachs (1990), são relevantes para a historiografia pensar a história e memória bem como memória coletiva, no entanto, as historiadoras apresentam contrapontos em relação a essa tendência historiográfica na contemporaneidade.

Halbwachs (1990) na elaboração de estudos sobre memória coletiva “confere o atributo natural, espontâneo, desinteressado e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado, ao contrário da história que constitui um processo interessado, político e, portanto, manipulador” (SEIXAS, 2001).

Nora (1990) define a noção de memória como vida, tradição artesanal, múltipla, descontínua e afetiva. No entanto, ao abarcar o conceito de história, “Entende-a como manipuladora, interessada, de status científico e de reconstrução intelectual do passado, a partir de análises problematizadoras, críticas, explicativa e analíticas. Nessa ótica, a *história* é colocada como senhora da memória, produtora de memórias” (SEIXAS, 2001).

Alves (2011, p. 41) explica que Nora (1993) compreende que a memória tece vínculos com a tradição, com as sociedades pré-capitalistas, enquanto a história relaciona-se diretamente com a modernidade. Assim,

“a história-memória é sobretudo conservadora; a história crítica é subversiva e iconoclasta. Nora concebe ainda ideia de que a memória não existe mais nas sociedades capitalistas, vivemos hoje o tempo da História. Tudo aquilo a que chamamos hoje de memória, conclui Pierre Nora, já não o é, já é história”.

As duas historiadoras Galzerani e Seixas, ao fazer essa reflexão, compreendem que na tradição da historiografia francesa, a memória torna-se refém da história, transformando-se em objeto da história, em uma espécie de memória historicizada (serve à história), memória que não existe mais.

A historiografia anglo-saxônica, com os historiadores Chris Wickham e James Fentress (1992), Tomas Butler (1989) de tradição oral, procuraram construir contrapontos em relação à historiografia francesa denunciando o caráter desqualificador da memória e, em contrapartida, desenvolveu a noção de memória em uma perspectiva autônoma. Mas, ao fazer isso, aproximou de forma exagerada a memória da história, de modo que a “memória reveste-se dos traços atribuídos à história” e imediatamente “passa a identificar-se com a história”.

Tanto para a historiografia francesa como para a anglo-saxônica, a memória só existe sob o holofote da história, priorizando especialmente a memória voluntária em detrimento da involuntária, perdendo de vista a potencialidade do estatuto da memória que é a dimensão de

esquecimento e afetividade. Qual a implicação dessa concepção de memória para o trabalho que construo com os professores?

Se eu priorizasse apenas as memórias voluntárias estaria deixando de lado as discontinuidades das experiências vividas dos professores, e especialmente, a “função criativa inscrita na memória de atualização do passado lançando-se em direção a um futuro, que se reinveste dessa forma de toda a carga afetiva atribuída comumente às utopias e aos mitos”. (ALVES, 2011, p. 45). Ao refletir com Alves (2011) sobre “as relações entre memória e história, penso necessário iluminar a memória também a partir de seus próprios refletores e prismas; necessário, portanto, incorporar tanto o papel desempenhado pela afetividade e sensibilidade na história quanto o da memória involuntária”.

Para Benito Schmidt (2006), as noções de memórias no diálogo com o campo da sociologia surgem para responder aos anseios e questionamentos da sociedade urbano-industrial em processo de formação e os vínculos entre indivíduo/sociedade apresentavam-se como a “grande antinomia nas ciências sociais”. O historiador compreende que Halbwachs

não fugiu à regra e interessou-se pela memória visando, justamente, explicar e resolver certos problemas de sua época. Os estudos que realizou sobre o tema opõem-se, em grande medida, ao enfoque fenomenológico descrito acima. Seixas, acertadamente, o descreve como um “discípulo infiel de Bergson e fidelíssimo de Durkheim”. Assim, na trilha deste último, pretendeu encarar a memória como um fato social, levando adiante as tentativas bergsonianas de “des-subjetivar” os fenômenos relativos ao lembrar e ao esquecer. (SCHIMIDT, 2006, p. 92)

[...] coerentemente com a ótica durkheiminiana – prioriza as estruturas coletivas da memória, vistas como concretas e objetivas. Além disso, dá destaque ao presente no processo de formação das recordações; despreza os componentes afetivos das lembranças, percebidos como ficções; e considera a memória um elemento de agregação dos grupos sociais, através do qual evita-se o conflito (pensado, também na linha de Durkheim, como anomia). Ou seja, sua obra segue a lógica cientificista-nomotética das ciências sociais nascentes (SCHIMIDT, 2006, p. 93).

Os historiadores Schmidt (2006), Alves (2011) e Galzerani (2008), ambos vão na mesma direção para pensar a memória na relação com a história diante destas visões tão dicotômicas e prevalecente na historiografia contemporânea. Nesse sentido, essas abordagens podem ser questionadas em relação: primeiramente a hierarquização dos saberes da história e da memória e, segundo a anulação do papel da memória ao ser historicizada. É possível ainda continuar com a hierarquização de saberes (memória e história), considerando as emergências

de múltiplas memórias que a cada dia questiona o discurso universalizador e homogêneo da História?

Compreendo, nas leituras de Jacy Alves de Seixas (2011), que a historiadora ajudou a caminhar no campo da memória na relação com a história por perspectivas que abarcam conhecimentos interdisciplinares no campo da filosofia, psicanálise e da literatura, em que consideram a memória também a partir de seus próprios prismas e holofotes. Assim, não podemos desconsiderar as especificidades da memória e nem da história, que ora se aproxima e ora se distanciam. Porém, as singularidades da memória e da história precisam ser entendidas numa relação de não inferiorização ou subordinação entre esses saberes.

Foi fundamental ainda perceber nessa pesquisa o “movimento próprio à memória humana, ou seja, o tempo-espaço no qual se move e o caráter de atualização inscrito em todo o percurso de memória” dos professores, incorporando as memórias involuntárias (afetividade e esquecimento) no exercício historiográfico, como potente tanto no questionamento do presente como do passado (ALVES, 2011, p. 44-45).

Alves (2011) buscou caminhos teórico-metodológicos nos autores Henri Bergson e Marcel Proust para pensar as relações no interior de diálogos com outros campos do conhecimento como na filosofia, psicanálise e literatura. Assim, ampliou-se na pesquisa o diálogo com a memória, pois não ficamos restritos na vertente sociológica.

Dilatando ainda o conceito de memória, as contribuições da professora e historiadora Maria Carolina B. Galzerani (2008) no diálogo com o filósofo Walter Benjamin foram fundamentais para sustentar o trabalho com as memórias dos professores. A professora destaca que Walter Benjamin abarca uma acepção de memória mergulhada nas leituras de Proust, Freud e Bergson e amplia-as.

Segundo Galzerani (2008), o trabalho de memória em Benjamin não fica enclausurado dentro de um modelo cartesiano. O autor foge dos padrões prevaletentes da historiografia predominante na contemporaneidade e propõe trabalhar com a memória voluntária no entrecruzamento com a involuntária. Para o filósofo, a memória “não é um instrumento para a exploração do passado, é antes, o seu meio. A memória é onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (BENJAMIN, 1985, p. 239). Memórias como a reconstrução do vivido, que parte sempre do presente, buscando elementos e forças para a projeção de horizontes mais abertos, outro porvir.

A concepção benjaminiana de memória é alargada à medida que imbrica as dimensões “voluntárias e involuntárias, consciência e inconsciência, razão e sensibilidade, passado, presente e futuro e o entrecruzamento de diferentes espacialidades e temporalidades. São memórias carregadas de conhecimentos, saberes experienciais e sentidos, relacionadas ao vivido” (FRANÇA, p. 304. 2020).

Benjamin não concebe a memória somente na dimensão da lembrança, como um movimento consciente e intencional, mais que isso, entende-as plenas de esquecimento. Assim, no ato de produção de conhecimento histórico junto com o movimento das memórias voluntárias emergem as involuntárias (afetividade e esquecimento) e nesta pesquisa foram acolhidas por esse pesquisador.

O esquecimento assume a centralidade do trabalho de Proust, Benjamin se inspira no literato para abarcar a dimensão involuntária. Para aquele que rememora, o importante “não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento?” (BENJAMIN, 1994, p. 37)

Benjamin entende que a dimensão voluntária da memória age numa atitude deliberada, num esforço intencional que chega com explicações e visa a preservar o passado. Para o filósofo, esse exercício castra a experiência partilhada, porque não é nessa dimensão que encontramos os elementos constitutivos do vivido, mas é na dimensão involuntária das memórias que ficam guardadas as experiências vividas significativas para a nossa existência. São memórias soterradas, escondidas e esquecidas que emergem de modo repentino, sem necessariamente um esforço intencional no ato de lembrar.

Assim, o esquecimento é fundamental na formação das memórias, aliás, esquecer é benéfico para lembrarmos e lembramos porque esquecemos. Em suas palavras:

Nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim. O choque do resgate do passado seria tão destrutivo que, no exato momento, forçosamente deixaríamos de compreender nossa saudade. Mas é por isso que a compreendemos, e tanto melhor, quanto mais profundo jaz em nós o esquecido. Tal como a palavra que ainda há pouco se achava em nossos lábios, libertaria a língua para arroubos demostênicos, assim o esquecido nos parece pesado por causa de toda a vida vivida que nos reserva. Talvez seja a mistura com a poeira de nossas moradas demolidas o segredo que o faz sobreviver. (BENJAMIN, 1995, p. 104-105)

Uma das interlocutoras de Walter Benjamin no Brasil, Jeanne Marie Gagnebin, ao dialogar com o filósofo, apresenta o seu pensamento sobre as memórias involuntárias como aquelas imagens que

que aparecem de modo repentino, sem jamais tê-las visto antes - como aquelas que aparecem em “[...] certos sonhos — nós mesmos nos oferecemos à vista”. São imagens que não são procuradas conscientemente, mas “[...] acolhidas e reconhecidas, somente assim essa nova e antiga imagem nos faz estremecer, transformando a apreensão do nosso passado e, ao mesmo tempo, do nosso presente” (GAGNEBIN, 2014, p. 237).

A memória constitui para o pensador judeu uma “viagem no tempo até as impressões matinais da pessoa humana, com direito à ida e à volta. Apoiando-se em Aristóteles, reconhece que o registro mnemônico por si não tem valor: também alguns animais têm esta capacidade, e os computadores também. O desafio para o animal histórico está na rememoração, sempre a partir da dimensão presente” (GALZERANI, 2005, p. 6)

Benjamin não se preocupa apenas com o lembrar, com o movimento do lembrar, mas com o trabalho de “lidar com o fantasma do esquecimento.” (GALZERANI, 2008, p. 20) Aquela memória involuntária, “que lembra daquilo que não quer lembrar, daquilo que tinha justamente esquecido” (GAGNEBIN, 2016, p. 233).

A potência da rememoração numa perspectiva benjaminiana não é com o resgate do passado, como a visão da historiografia historicista, mas com a ampliação desse passado, de modo que não sejam apagadas possibilidades “outras” que, na relação/encontro com o presente, possam ser trazidas outras memórias e reescritas outras histórias/patrimônios culturais.

A rememoração é um método dialético (em uma perspectiva benjaminiana) de produção de conhecimento histórico, de trazer o outro, o diferente, o insignificante, aqueles que foram invisibilizados, esquecidos pela historiografia tradicional. Portanto, o filósofo distancia-se no ato de produção de conhecimento das memórias nacionalistas, nostálgicas, comemorativas que ao celebrar fatos históricos perpetuam memórias vinculadas aos grupos dominantes. Buscamos romper nesta pesquisa com qualquer tipo de memória que perpetua o cortejo triunfal (BENJAMIN, 1985).

As memórias benjaminianas preocupam-se com os excluídos da história que estão à margem da sociedade capitalista, comprimidos pelo rolo compressor do progresso, como os povos africanos, indígenas, os grupos LGBTQTQIA+, as mulheres, as prostitutas, os camponeses, os boêmios, os analfabetos, as crianças, moradores de rua, serventes das escolas, as diferentes culturas e seus patrimônios, inclusive os professores que, na contemporaneidade, tem sido alvo de ataques, desprezo pela sociedade e esmagados pelas políticas públicas federais e estaduais nos dias de hoje. Benjamin faz um apelo para ouvir as vozes dos esquecidos que estão gritando, clamando à espera de outro porvir.

O historiador Alison Paim (2005), em sua tese de doutorado e no seu diálogo com Benjamin, nos lembra que as práticas de rememoração nos possibilitam descobrirmos o sentido da vida, pois os mortos, os esquecidos, os que foram apagados da história são redimidos, quando alguém os traz à tona.

A rememoração é um convite para enfrentarmos problemas que são negligenciados há muito tempo pela historiografia oficial ou estão guardados/soterrados no passado, questões não resolvidas no presente, como a questão do racismo, do negacionismo histórico, das práticas totalitaristas, do feminicídio, da perpetuação de monumentos, bustos e patrimônios culturais que elencam a memória dos vencedores, entre outras. Aqui, nesta pesquisa, buscamos trazer leituras plurais dos patrimônios culturais de Campo Mourão a partir das experiências vividas dos professores, de modo a romper com memórias hegemônicas, especialmente aquelas comemorativas e ufanistas que circulam pela cidade e mantêm uma noção de história ancorada numa visão progressista e linear, vazia de sentido para as pessoas comuns que habitam a cidade ou que a cidade habita nela.

Penso que este trabalho se configura como resistência às memórias esquecidas, apagadas e silenciadas das experiências humanas plurais vividas na cidade de campo Mourão. É um ato político rememorar nesta pesquisa com potencialidades de produzir um “despertar dos sonhos, das fantasmagorias, para a construção das utopias. Rememorar significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro” (GALZERANI, 2008, p. 21).

Nessa mesma perspectiva, a historiadora Déa Fenelon entende que

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido quem definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma certa Memória capaz de cunhar uma História "certa". E nosso campo de atuação é justamente este: como historiadores comprometidos no social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para detectar as razões que o engendraram, buscamos transformar o presente sempre atentando para o que nele resta desse passado, tendo como horizonte a construção de um futuro diferente do que temos hoje” (FENELON, 2004, p. 06).

Nesse sentido, estimulamos os professores a rememorarem as suas relações com seus patrimônios culturais, não para perpetuar as concepções de história prevalecente na cidade de Campo Mourão, mas para questionamento do presente em busca de leituras plurais da cidade e das relações sociais com os patrimônios culturais.

Assim, as memórias aqui não foram como prova real do passado, mas concebidas no diálogo com Galzerani (2008) como meio e palco de produção de saberes históricos, ou seja, a memória como

lugar, ou seja, vale-se de lugares simbólicos para se exprimir, materializar-se. Neste sentido, considero esta dimensão como própria, intrínseca à memória e não exterior a ela (...). Se conceber a memória como meio, como palco das práticas relativas à temporalidade, ela deverá envolver todos os sujeitos que participam, direta e indiretamente, (...). Portanto, pressupõe uma amálgama de diferentes saberes, de diferentes dimensões, situados em diferentes vivências ou experiências vividas. Pressupõe, ao mesmo tempo interações entre diferentes temporalidades, diferentes espaços, diferentes sujeitos. (GAZERANI, 2008 B, p. 230)

Ainda nessa concepção alargada de memória, ou seja, como palco da produção de conhecimento histórico, ela tem sido compreendida como práticas de resistências ao apagamento dos sujeitos no tempo e nos espaços e a diluição das singularidades espaço-temporais. Os estudos historiográficos e especialmente esta pesquisa que trabalha com a acepção benjaminiana de memória procurou não promover a dicotomização e nem a hierarquização dos saberes historiográficos e experienciais, memória e história, micro e macro-histórias, presente/passado/futuro, racionalidade e sensibilidade, consciência e inconsciência, pesquisador e sujeitos da pesquisa. Ao assumir essa perspectiva de memória em minha pesquisa, contribuiu também para dialogar com a história pública à medida que nos convida a uma produção de conhecimento histórico por uma via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) e ao questionamento em relação as abordagens teórico-metodológicas hierarquizadoras, prevalecente no modo de produzir conhecimento na modernidade.

Inspirado tanto em Benjamin como em Thompson, busco nesta pesquisa conhecer as experiências dos professores na relação com seus patrimônios culturais, situadas no tempo e no espaço. Como isso é possível? Convidando os professores a construir seus fragmentos de memórias expressos em narrativas escritas e visuais. As narrativas são uma das formas de transmitir as experiências coletivas. A experiência é a fonte de todos os narradores. (BENJAMIN, 1985).

Logo então passo a entender a minha pesquisa dentro de um campo no qual questiono com Benjamin: “qual o valor dos patrimônios culturais se a experiência não se vincula mais a nós?” Nesse sentido, preocupo-me em compreender: Quais os sentidos que os professores atribuem aos patrimônios culturais mourãoenses? Como são as relações que estabelecem com os patrimônios culturais?

Benjamin abarca o materialismo histórico, porém, livre das amarras ideológicas de progresso e do tempo linear apresentado por uma massificação totalizante imposta pelo capitalismo, que vem a ser um dos sistemas “bem-sucedidos” em modos de alienação. Nas relações capitalistas, o “indivíduo enganosamente se apresenta como livre”, mas não percebe que está preso em um sistema que cria fantasmagorias. Ele amplia os conceitos do materialismo histórico ao agregar acepções do judaísmo e da cabala.

Benjamin faz uma crítica bastante coesa aos estudiosos do “marxismo ortodoxo”, em particular, por conta da pouca intimidade que têm com os aspectos culturais ao tratar apenas o desenvolvimento histórico. Benjamin convida-nos a escrever uma História que valorize as lutas das classes historicamente postas em posição subalterna, mas amplia essa proposta ao pensar essas relações não de modo dicotômico.

O viés benjaminiano convida a uma interrupção dentro do contínuo da história, ou seja, é um apelo a instaurar outra instância de tempo, a pensar na história, a partir do *tempo do agora* e procurar o tempo do passado, mas não é passado pelo passado, mas aquele ligado a um *agora*, que se relaciona por um salto no tempo, por um relâmpago. Dessa maneira, a história não aparece restrita a um processo de desenvolvimento das forças produtivas, mas como um combate contínuo entre os opressores e oprimidos. É o relampejar de uma imagem dialética que faz desintegrar ideia de fluxo de continuidade, da linearidade e da causalidade. (LOWY, 2005)

Para Benjamin, o historiador é a figura que pode salvar os esquecidos, promover a redenção. A tarefa do historiador benjaminiano é uma ação política. Trata-se, então, da ideia do historiador reescrever histórias que foram esquecidos pela historiografia dominante.

As leituras Benjaminianas sobre a modernidade instigam a pensar o mundo de hoje, no qual nos encontramos vivendo com várias mazelas, como a exclusão social em virtude das transformações de toda órbita em nome do progresso e práticas mercantis. Muitas vezes, para a construção de espaços comerciais, restringimos os locais de convivência coletiva, visto que a mercadoria em exposição cria em nós uma imagem ilusória da realidade e, dessa forma, o homem de nosso tempo vai assumindo as características de sujeitos que vagam pela cidade

como seres invisíveis em um espaço criado para a contemplação de mercadorias ou em patrimônios culturais criados para contar histórias únicas ou serem consumidos como um produto mercantil.

Percebo que entro em um campo de lutas e disputas dentro da arena de símbolos e temos imagens dialéticas. Será que o avanço da modernidade capitalista também alcançou as práticas socioculturais dos professores e distanciou-os de seus patrimônios culturais? Será que tem predominado a separação entre sujeito (professores) e dos objetos (patrimônios)? Se patrimônio é vivo, como são as relações sociais, as tramas urbanas que se constituem com os patrimônios culturais? Será que os professores vivem em Campo Mourão práticas socioculturais fantasmagóricas? Será que a noção de progresso enreda, enclausura os professores nas suas experiências urbanas?

Por fim, caro (a) leitor (a), percebi que durante o percurso de diálogo com Thompson e Benjamin, tais autores estão me dando a oportunidade de enxergar a História com algo que seja feita no diálogo com as experiências do pesquisador e dos professores, com a escuta das histórias de vidas de pessoas comuns que vivem fincadas na concretude do social e que são sujeitos históricos da e na história.

1.6 Contextualizando a temática Patrimônio Cultural

Acredito que a história Pública na interface com o patrimônio cultural possibilita um novo frescor, no sentido de pensar em uma história feita com as pessoas, propondo que a história extrapole os espaços acadêmicos e amplie o diálogo com seus públicos (SANTHIAGO, 2018; FRISCH, 2016).

Entendemos o patrimônio cultural como expressão das diferentes manifestações culturais, as singularidades culturais, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, comemorar, rezar, enfim, sua maneira de viver, por isso, patrimônio é vida. A relação existente entre Patrimônio e História vai muito além de simples escritos historiográficos, envolve relações humanas, ou seja, racionalidades e sensibilidades, saberes e fazeres. O patrimônio cultural consiste no conjunto de manifestações que dizem respeito à identidade de um povo ou comunidade.

O patrimônio compreende três grandes momentos: o primeiro engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; o segundo refere-se ao conhecimento, às técnicas,

aos saberes e fazeres; e o terceiro trata do patrimônio histórico, que reúne em si toda o arcabouço de elementos, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e dos saberes e fazeres humanos (POULOT, 2006).

Desde a Antiguidade, a noção de patrimônio carrega a ideia de propriedade, de herança paterna, como referido na sua etimologia “em nome do pai”. O conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado e do direito de propriedade, referindo-se aos bens de propriedade do homem em uma sociedade patriarcal, os quais são: a mulher, os filhos, os escravos, os animais e os bens móveis e imóveis. A palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, e era associada à herança familiar, ao colecionamento e à propriedade. No livro *Alegoria do Patrimônio*, Françoise Choay afirma que a noção de patrimônio, em sua origem, esteve ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” (2006, p. 11).

Tal terminologia estabelece uma relação com o sentido jurídico da palavra, relacionado ao pertencimento e valor econômico. Contrapondo-se a questão cultural e social, nesse sentido observamos que as preocupações do patrimônio nesse momento era dar continuidade a uma representação de uma sociedade na qual excluía pessoas, ou seja, principalmente aquelas que não pertenciam à elite, aos grupos religiosos e às instituições sociais (CHOAY, 2006).

Le Goff compreende o patrimônio a partir de três diferentes momentos: o primeiro, atrelado a ideia nacionalista, formado pelos estados nações. Em um segundo momento, no período entreguerras, existe um uso crescente do termo patrimônio, bem como uma busca constante por preservação dos bens culturais e, por fim, entre os anos 1960 e 1980, a expansão patrimonial aparece com força, principalmente pautado em um movimento no qual "se passa de um patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial" (LE GOFF, 1998, p. 11).

No Renascimento, ocorre uma ruptura com a ordem da natureza e o estabelecimento do pensamento iluminista (visão de mundo “eurocêntrica” e racional). Nesse momento, são exacerbadas as preocupações com a memória. O colecionismo e a catalogação de objetos antigos são expressões diretas desse novo pensar. O homem começa a eleger símbolos que delimitam os traços de sua identidade, buscando a legitimação da memória. A escolha de elementos que foram concebidos como patrimônio é estabelecida nas relações de poder da

sociedade, atrelados à aristocracia, à igreja e à nascente burguesia, que já figurava no cenário social dessa época.

Assim, o patrimônio histórico esteve vinculado à noção de colecionismo, erudição, bens monumentais e excepcionais. Fundamentados nesse pensamento, os enciclopedistas franceses do século XVII, preocupados com o vandalismo (destruição dos símbolos absolutistas) passaram a pensar a necessidade de construção de novas referências identitárias, por conta da formação dos Estados Nacionais, bem como a preservação dos patrimônios instituídos (POULOT, 2009).

O patrimônio passa a ser utilizado na construção de uma representação de nação fundamental para erguer estados-nações, instituir memórias e na construção de identidades (CHOAY, 2001; POULOT, 2006). Serviu e ainda serve como um meio para alcançar objetivos próprios, como fabricar corpos dóceis dentro de uma nação que se pretende ser homogênea (FOUCAULT, 2002). A Revolução francesa produziu uma noção de patrimônio histórico como sinônimo de “memória nacional, apagadora das diferenças, das heterogeneidades e constituidora do “homem civilizado”, “cidadão do mundo” diga-se, nas pegadas de Michel Foucault, do homem politicamente dócil e economicamente na sua atividade máxima” (GALZERANI, 2004).

Após a Revolução Francesa, com a constituição dos Estados Nações, a ideia de patrimônio foi sendo transferida da referência privada para a coletiva. O patrimônio aparece como um campo de saber que orienta mudanças das práticas discursivas, operando um reposicionamento do contexto institucional aristocrático. A mudança do poder econômico nesse momento deixa as mãos dos Reis e da aristocracia e passa a figurar nas mãos da jovem e crescente burguesia, que passa a ser vista como um elo de rebelião contra a velha aristocracia autoritária, fato esse aceito para o contexto nacional, mantendo sua relação com o aspecto material e com a economia burguesa. O patrimônio que se relacionava à riqueza da nobreza é transferido para a nação, representada por sua cultura, seus monumentos, sua arte, tendo como base um acervo cultural burguês (CHOAY, 2001).

Ao ser deslocado, o patrimônio do bem particular para a sociedade, a intenção era de que a população se reconhecesse nos bens patrimoniais ligados aos valores nacionais. Temos um deslocamento da ideia de colecionar o objeto (ligado aos aspectos afetivos) para outra relação, agora voltado para a nação, na qual a população é apenas um repositório de valores inventados e impostos. As edificações excepcionais, monumentais, autênticas, distanciavam

ainda mais as pessoas das suas experiências, cabia apenas aos sujeitos uma relação de contemplação diante dos bens culturais (POULOT, 2009).

Destaca Poulot que “nos séculos XVII e XVIII, o patrimônio local alimentou a curiosidade diversificada dos antiquários direcionada mais aos utensílios, às pedras gravadas e aos figurinos do que aos seus costumes” (POULOT, 2009, p. 473), endossando o modo das pessoas se relacionarem com ele como meramente contemplativo. É possível superar a relação de culto dos moradores e visitantes com os patrimônios culturais?

A ideia de patrimônio como prática preservacionista surge no âmbito da soberania do Estado, na busca da constituição dos Estados Nacionais. Dessa forma, o conceito de patrimônio passou a ser associado à ideia de uma memória relacionada a um passado comum, elementos da história que conferem identidade a uma coletividade. As memórias dos relatos de uma nação estariam inscritas nos monumentos que deveriam representar memórias de feitos de grandes personalidades, dos grandes heróis e acontecimentos articulados a um conjunto de padrões estéticos e artísticos eruditos, relacionados aos gostos e referências burguesas (CHOAY, 2001).

O estado-nação francês foi construído em narrativas de culto aos heróis, disseminado em manuais para crianças em todo o seu sistema educacional, destacando o culto aos símbolos patrióticos do estado, ou seja, em múltiplas ações do Estado, voltadas para a invenção do patrimônio francês. Narrativas de construção da identidade nacional utilizaram de objetos ideais, símbolos para enaltecer elementos considerados importantes na tentativa de inculcar uma ideia de identidade nacional e sentimento de pertencimento. Nesse sentido, uma nação se configurava como tal, mediante a apropriação de seu patrimônio nacional e único para “todos”.

A época das revoluções liberais no século XIX na Europa “assiste ao triunfo do projeto de formar os cidadãos pela instrução e pelo custo do Estado-Nação: o senso do patrimônio é dominado, assim, pela pedagogia de sua divulgação” (POULOT, 2009, p. 14). A invenção de um sentimento de pertencimento coletivo, unindo o povo em uma “herança” comum.

Para Poulot (2009, p. 25), a concepção nacional-patrimonial francesa baseada na “metáfora da herança, no atributo e na constituição de um Estado-Nação moderno [...] é hierárquica [...] qualquer implementação de patrimônio serve-se de saberes eruditos, especializados, [...] capazes também de acompanhar uma mobilização cívica ou ideológica”.

Nesse sentido, os ideais de preservação que surgiram no XIX também refletiam o momento histórico relacionado às transformações operadas pela industrialização, vista como impulsionadora do interesse burguês por proteção aos monumentos, à medida que provocou

uma nova forma de relação com o tempo devido a sensação de perda das referências com o passado e com a coletividade (CHOAY, 2001).

No século XIX, a noção de patrimônio está ligada aos monumentos, sítios arqueológicos, edificações antigas, obras de arte que “encarnam, de fato, a fisionomia da pátria, oferecendo uma lição de história da civilização” (POULOT, 2009, p. 474). A partir daí, a expressão utilizada passa a ser “Patrimônio Histórico e Artístico” para tratar dos bens imóveis e tombados. É reconhecido nesse momento como patrimônio aquele bem que traz uma representação excepcional, autêntica e monumental. Nessa acepção, é possível a população se relacionar a partir das suas experiências com os patrimônios culturais? Será que as pessoas comuns se reconhecem nesses patrimônios “colossais”? Penso que essa acepção de Patrimônio Histórico e Artístico contribuía para distanciar-se das experiências das pessoas comuns (POULOT, 2009).

Os patrimônios históricos adquirem função dupla no século XX:

obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à engenharia cultural, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2001, p. 211).

Segundo Poulot (2009, p. 200), nas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, sua interpretação [...] passam por ser o instrumento de um desenvolvimento local ou nacional, em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer”. (POULOT, 2009, p. 200).

Choay (2001) ressalta os “efeitos perversos” da valorização estritamente econômica do patrimônio histórico. Para a historiadora Nara Rúbia de Carvalho Cunha (2011, p. 79), o patrimônio histórico tem se “revestido da função de fornecer um espetáculo para as massas e é pela via da valorização, paradoxalmente, que ele se transforma em objeto de consumo”. Aqui se destaca novamente a separação entre sujeitos e experiências vividas na relação com os seus bens culturais, “o que alimenta a uniformização de sentidos”. [...] “Os mediadores culturais, humanos ou não, negligenciam os interesses individuais e coletivos dos visitantes e, muitas

vezes, dos moradores, porque são atribuídos sentidos gerais aos bens culturais transformados em patrimônio” (CUNHA, 2011, p. 80).

A historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani (2008, p. 9) ressalta que razões de ordem econômica e político-cultural justificam a onipresença e os abusos do patrimônio nos espaços públicos na contemporaneidade. Os interesses mercantis atrelados com o controle político-cultural atuam nesse campo “construindo espetáculos ritualizados, pautados em valores homogêneos, neutralizados, rentáveis e consumíveis em torno dos bens culturais. Ou ainda, constroem identidades e sociabilidades diluidoras das diversidades e das singularidades socioculturais”.

É possível dilatar a noção de patrimônio vinculado à indústria cultural para além da imagem de objeto de consumo? Esse questionamento é importante, visto que entendo que os campos de percepção de sentidos do patrimônio vão muito além do valor mercadoria e da cultura/saberes eruditos.

É a partir de 1960, com a mudança da definição da cultura, englobando os mais diversos aspectos das práticas sociais, temos a amalgamada “alta e baixa cultura” [...] “Longe da definição canônica de uma herança cultural coerente a ser transmitida à geração seguinte, assistiu-se à emergência da ideia de culturas múltiplas, propícias a alimentar e a fortalecer a pluralidade de identidades” (POULOT, 2009, p. 199).

Nesse sentido, o conceito de patrimônio é compreendido pela representação dos bens materiais e imateriais, passando a ser denominado “Patrimônio Cultural”, com o intuito de abarcar a diversidade cultural da sociedade (POULOT, 2009). Vale destacar que a perspectiva

reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 31-2).

Nessa acepção, temos um alargamento do conceito de cultura, incluindo os diversos aspectos das práticas socioculturais da população. A mudança de patrimônio histórico para patrimônio cultural, marca um questionamento sobre novas abordagens, com a inclusão de outras memórias e histórias, abarcando a dimensão imaterial e indo além da “dimensão “pedra

e cal”, aquela restrita aos bens materiais edificados que foram alvo prioritário da ação preservacionista do Estado em contextos de destruição” (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 165).

Essa mudança contribui para o rompimento da visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural aqueles ligados às manifestações de classes historicamente dominantes, incorporando tanto os registros como também os diferentes modos de expressão da cultura dos diferentes grupos étnicos-sociais que constituíram e constituem a sociedade e, nesse caso específico, a brasileira.

A recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura e Tradição Popular, em 1989, pela Unesco, leva em consideração a importância dos modos de viver, saberes e fazeres das comunidades tradicionais e da cultura popular. O quadro 1 a seguir apresenta a mudança paradigmática em relação ao conceito de patrimônio.

QUADRO 1- MUDANÇA PARADIGMÁTICA

PARADGMA	SÉCULOXX	SÉCULOXXI
1. Terminologia	Patrimônio Histórico e Artístico	Patrimônio Cultural
2. Objetivo e instrumento de preservação	Bens materiais (imóveis) Tombamentos	Bens materiais e imateriais - registro
3. Objetivos	Construção da Identidade Nacional	Promoção da Diversidade Cultural
4. Vetor de preservação	Excepcionalidade, autenticidade e monumentalidade	Referencialidade e Pertencimento
5. Esfera de atuação	Poder Público (nível federal)	Poder Público (nível municipal), Sociedade civil e setor privado

Fonte: (PEREIRA; ORIÁ, 2012. P.167).

Analisando o quadro 1, os patrimônios culturais passam a ser representados “por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto” (POULOT, 2009, p. 203).

Hoje, preservar o Patrimônio Cultural é, acima de tudo, uma questão de cidadania: todos temos o direito à memória, mas também o dever de zelar pelos bens de nossa diversidade cultural. Assim, a política de preservação e usufruto de nossa memória deve ser encarada não como uma questão do passado, mas sim, como uma tarefa de todos os brasileiros no presente. São os homens e as mulheres no presente que elegem os bens culturais reveladores de seu passado e de seu presente para a constituição de sua identidade como

sujeitos históricos e cidadãos plenos que constroem coletivamente suas múltiplas memórias” (PEREIRA; ORIA, 2012. P. 165).

A noção de patrimônio cultural apresentada pela historiadora Junia Sales Pereira e pelo historiador Ricardo Oriá desconstrói a ideia de patrimônio como herança/legado, como um bem que se deixa para alguém, ou seja, algo que o sujeito apenas recebe e fica responsável apenas de cuidar, respeitar e venerar. Ideais de muitas políticas públicas patrimoniais que querem apenas preservar os patrimônios culturais já consagrados e sacralizados. Nesse sentido, as pessoas apenas contemplam-no e não se relacionam com ele. Como herança, os sujeitos não se enxergam na relação com o patrimônio, tornam-se apenas expectadores.

É importante também destacar que o trabalho que envolve o patrimônio cultural na contemporaneidade não deve focar simplesmente no sentimento de nostalgia do passado e pensá-los como uma possibilidade para refletir sobre os problemas do presente. Nesse sentido, pensar sobre o patrimônio cultural implica uma leitura crítica sobre os usos do passado e das disputas de memórias em torno dele, com o intuito de não cair nas armadilhas de uma banalização parcial ou falácia sobre o passado recordado. Os manejos políticos do passado e os usos públicos da história revelaram que o patrimônio cultural é fruto de reconstruções com base na classificação e na escolha, bem como esquecimentos, apagamentos e comemorações. (POULOT, 2009).

Portanto, é fundamental problematizar a noção de patrimônio cultural, compreendendo seu engendramento histórico dentro de um processo político e coletivo de construção de memórias, matizado por intencionalidades, conflitos, disputas e relações de poder (THOMPSON, 1981). Galzerani (2008, p. 5) chama a atenção de compreendermos o engendramento histórico dos ícones da modernidade relativo ao patrimônio e que os sujeitos na relação com esses patrimônios possam transformá-los em “lugares afetivos, lugares de pertencimento, capazes de permitir construções identitárias plurais, pautadas na “ipseidade” (RICOUEUR, 1988), onde seus saberes próprios, suas experiências singulares, e, muitas vezes, díspares, fossem também acolhidas”.

Isso é possível com a mudança ocorrida após a constituição de 1988 em relação à noção de patrimônio, passando a ser entendida como um fato social (MENESES, 2012). Segundo a legislação brasileira, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais, individuais ou coletivos

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Parágrafo 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. (BRASIL, 1988, p. 35).

Em um diálogo com o artigo “O Campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas,” do Ulpiano Meneses (2012), nos instiga a refletir: quem institui o valor patrimonial? O historiador destaca que o poder público era visto como agente que determinava a escolha e o tombamento do patrimônio cultural e, logo, seu valor. Com a Constituição Federal, há um deslocamento dessa noção, visto que os valores culturais são reelaborados pela sociedade através de vários pontos de vistas e de suas práticas socioculturais. No entanto, nos dias de hoje ainda buscamos superar as dicotomias: material e imaterial; valores imanentes e valores contingentes; processo e produto, entre outras, como nos lembra Meneses.

Para o Ulpiano Meneses (2012), há uma febre patrimonialista muito pautada em uma necessidade de mercado, o qual se manifesta em vários campos. Nós vivemos um tempo em que as reivindicações, as lutas por igualdades sociais, por melhores condições de trabalho, por uma educação melhor, contrapõe-se a uma forma de negacionismo crescente, que nos indaga a todo momento sobre nossas histórias, condições essas em sua maioria materiais, as quais vem sendo “substituídas” por lutas por identidades, lutas de gênero, por memórias, lutas por um reconhecimento de sujeitos que são excluídos, posto de lado por uma escrita histórica pela ótica do vencedor.

Nesse sentido, podemos entender alguns aspectos culturais dentro de uma arena de disputa dos valores culturais da nossa vida cotidiana, contrapondo ao um projeto cultural imposto por interesses do mercado consumidor, das políticas públicas, na qual os patrimônios culturais passam a ser espetacularizações mercadológicas.

Ulpiano (2012) nos convida a refletir sobre os valores éticos, cognitivos, afetivos, formais e pragmáticos atribuídos ao patrimônio cultural, o que nos permite compreender que os valores no campo do patrimônio, são frutos de atribuições e não de reconhecimento pelos

sujeitos/população local e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos e aos bens patrimoniais de qualquer natureza.

A importância do estudo que envolve o patrimônio cultural requer um diálogo relacionado a questão do “valor”. Meneses ressalta que o patrimônio é antes de tudo um fato social, portanto, os sujeitos que atribuem valor a determinado objeto são frutos de sua época e valorizam aspectos de sua cultura ao considerar se um bem deve ser ou não considerado patrimônio cultural. (MENESES, 2012).

Interessa-nos conhecer quais os sentidos que os professores atribuem aos seus patrimônios culturais. Será que as identidades vão sendo apagadas e temos a construção de um patrimônio cultural com memórias únicas? A seguir, apresentaremos os “Percursos Dialógicos” que buscaram compreender essas questões delineadas nessa reflexão.

1.7 A Construção dos Percursos Dialógicos

Considerando o aporte teórico metodológico benjaminiano e thompsiniano e as reflexões em torno do conceito de patrimônio cultural na modernidade, nesta pesquisa foram elaborados quatro “Percursos Dialógicos”, com o intuito dos professores produzirem conhecimentos históricos entretido com suas experiências vividas tendo como mote de reflexão o patrimônio cultural.

Os “Percursos Dialógicos” tinham o objetivo de compreender como os professores se relacionam com os patrimônios culturais mourãoenses e os sentidos que atribuem a eles. A criação dos Percursos Dialógicos nasce de uma iniciativa em conjunto com minha orientadora. Devido a sua experiência com educação, fomos dialogando sobre como iríamos construí-los, com o cuidado para que não ficassem extensos e cansativos aos professores. A princípio tinha feito em forma de algumas questões norteadoras, como é trabalhado em pesquisas que realizam entrevistas, utilizando-se da metodologia da história oral.

Depois de horas de conversa e trocas de e-mails com a orientadora, buscávamos algo que nos aproximasse dos sujeitos da pesquisa, instigando a produzirem narrativas escritas. Então, foram realizadas várias alterações e decidimos pensar numa produção coletiva do conhecimento e isso só poderia ser feito por meio do diálogo. Foi então que percebemos a

necessidade de construir uma proposta aberta que os professores pudessem produzir conhecimento história pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016).

Nesse sentido, construímos quatro percursos dialógicos a partir dos seguintes eixos temáticos: *Experiências vividas em Campo Mourão; Patrimônio Cultural de Campo Mourão: relação entre sujeitos e objetos; Patrimônios Culturais de Campo Mourão: Experiências vividas e Cidades e Experiências: Releituras do Vivido.*

Os quatro “Percursos Dialógicos” estimulavam os professores a produzirem fragmentos de memórias das suas relações com a cidade e seus patrimônios culturais, por meio de narrativas escritas e visuais.

Os percursos foram encaminhados aos professores via e-mail e muitas das conversas sobre a construção de suas produções foram realizadas por *WhatsApp*. Cada percurso foi encaminhado individualmente e o prazo para a devolução era, em média, de 20 dias. Eles foram construídos pelos professores nos meses de junho a outubro de 2020. Todos os percursos foram encaminhados para o e-mail pessoal de cada professor e, mesmo estando distante, ainda assim, tentamos atender cada um de maneira única, mais humana possível.

Esses “Percursos de Diálogos” foram construídos com diferentes possibilidades para que os professores pudessem ressignificar as suas experiências vividas na relação com seus patrimônios culturais. Recorremos as várias linguagens: escritas (poesias, cartas, textos), imagens (cartões postais), objetos, tecnologias, etc. Assim, visando promover rupturas no fluxo cronológico do tempo e na continuidade de histórias sob a ótica oficial da cidade, investimos em Percursos Dialógicos que entrecruzam racionalidade e sensibilidade, aproximando “alma, mão e olho” (BENJAMIN, 1985; SENNET, 1992).

Um dos objetivos dos percursos foi o diálogo com as experiências vividas dos professores, pensando que muitas das suas memórias sobre as tramas urbanas foram esquecidas e/ou silenciadas, deixadas em um segundo plano pela historiografia oficial da cidade. Portanto, buscamos desenvolver um trabalho em diálogo com as memórias dos professores, que muitas vezes ficam à margem da escrita da história da cidade, acolhendo as memórias dissonantes da historiografia tradicional (BENJAMIN, 1985).

Entendo que as memórias são carregadas de conhecimentos, relacionam-se com o vivido. Memória é lembrança e esquecimento. A rememoração parte do presente, num entrecruzamento entre tempos, espaços e sujeitos. É tecida por um sujeito portador de racionalidades e sensibilidades. Na rememoração, dilata a possibilidade de vida da pessoa. O

trabalho com memórias benjaminianas contribui para um conhecimento que possibilite a compreensão do eu na relação com o outro, do enraizamento do sujeito no tempo e no espaço. (GALZERANI, 2008; BENJAMIN, 1985; PAIM, 2005).

Apesar desse momento ímpar no qual estamos vivendo na pandemia, penso que a pesquisa buscou promover a escuta e a partilha das experiências dos professores vividas em Campo Mourão na interface com seus patrimônios culturais.

Os “Percursos Dialógicos” possibilitaram uma reflexão conjunta, pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) entre pesquisador e sujeitos da pesquisa e procurou superar a separação que existe entre a teoria e a prática, entre conhecimento e experiência, racionalidades e sensibilidades. Penso que foi uma proposta de um trabalho de escuta, através dos fragmentos de memórias daqueles que vivem e (re)criam de mil e uma maneiras em seu cotidiano a relação com a cidade (CERTEAU, 1994).

Uma das preocupações da pesquisa foi o cuidado com as memórias do vivido, pois, uma pesquisa na área das Ciências Humanas não é algo fechado e acabado, em que o pesquisador analisa os dados de modo quantitativo e de modo neutro. Além disso, é uma pesquisa que teceu um trabalho colaborativo, feito a várias mãos e todos os professores envolvidos são protagonistas na construção deste trabalho e trazem as suas sensibilidades, seus saberes, suas memórias para dialogar com o pesquisador (THOMPSON, 1981). As memórias foram expressas em narrativas escritas e visuais e elaboradas em mônadas (BENJAMIN, 2007). Na próxima seção, contaremos sobre os quatro percursos dialógicos.

1.8 Focalizando os “Percursos Dialógicos”

1.8.1 1º Percurso Dialógico: experiências vividas em Campo Mourão

O primeiro percurso dialógico, “Experiências vividas em Campo Mourão”, estimulou os professores a rememorarem as suas experiências vividas na relação com a cidade de Campo Mourão. A proposta buscou conhecer as trajetórias de vida dos professores tecidas na relação com outras pessoas, outros tempos e espaços, pois acredito que “somos capazes de resignificar nossas vidas, na relação contraditória com outras vidas, recuperando nossa dimensão de seres historicamente” situado num dado tempo e espaço (GALZERANI, 2004, p. 296).

As acepções de experiências que agregamos estão em diálogo com Thompson e Benjamin e ligadas às memórias, as práticas de rememoração. Concebemos a (s) experiência

(s) como matéria de formação: uma formação engendrada historicamente e como prática sociocultural que tanto expressa como também institui a dimensão social, com suas tensões, lutas e contradições sociais. A experiência reinsere o sujeito no curso da história (THOMPSON, 1988).

Experiência e memória estão vinculadas diretamente, uma vez que é na dimensão da memória que o passado individual se encontra com o passado coletivo, constituindo a experiência (BENJAMIN, 1985). A memória benjaminiana não abarca apenas a lembrança enquanto ato consciente. Benjamin alarga a acepção de memória acolhendo as dimensões inconscientes e involuntárias. Para o autor, “a experiência é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória”. (BENJAMIN, 1989)

Para Benjamin, o cerne da questão não é aquilo que é possível recordar, mas lidar com os esquecimentos. Como desvelar os acontecimentos esquecidos e apagados pela história oficial? Para esse enfrentamento, o autor sugere entrecruzar memórias voluntárias e involuntárias. Assim, ao recordar, com as memórias voluntárias são puxados fios de memórias involuntárias, que guardam a (s) experiência (s) nos labirintos do esquecimento.

No entanto, na prática de recordação, o autor valoriza as memórias involuntárias, pois é nessa dimensão que se podem encontrar as experiências vividas, guardadas nas áreas do esquecimento, e que convergem não conscientemente quando solicitadas. Portanto, o esquecimento tem um papel constitutivo na formação das memórias. Ainda que as práticas de recordação sejam uma atitude intencional, como proposto nesse primeiro “Percurso Dialógico”, as memórias dos professores não são perfeitamente cognoscíveis, visto que possuem dupla dimensão: a da lembrança e a do esquecimento.

A filósofa Jeanne Marie Gagnebin em diálogo com a acepção de memória involuntária benjaminiana tece algumas imagens:

(...) a rigor, nunca havíamos percebido antes, ou melhor, sua visão passou despercebida quando vivíamos e só agora, graças a esse efeito de renovação do esquecimento no lembrar, e por meio da memória que não procurou por ela com vontade consciente, mas soube acolhê-la e reconhecê-la como verdadeira sem a ter antes conhecido, somente assim essa nova e antiga imagem nos faz estremecer (tressaillir, diz Proust inúmeras vezes), transformando a apreensão do nosso passado e, ao mesmo tempo, do nosso presente. (GAGNEBIN, 2014, p. 237)

Nesse sentido, a rememoração traz o passado vivido, não para perpetuá-lo, mas reapresentá-lo a cada encontro de temporalidades, “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites” (Benjamin, 1994, p. 37)

A rememoração revela-se como uma potente forma de conhecer as experiências vividas dos professores na e com a cidade de Campo Mourão e, nesse primeiro “Percurso Dialógico”, como uma possibilidade de questionamento das relações sociais no tempo presente e, de certa maneira, uma busca da construção de outras relações sociais mais significativa. A rememoração benjaminiana, além de ato político, é um modo de resistência ao apagamento das percepções das dimensões espaço-temporais dos professores e a permanência de memórias hegemônicas na cidade de Campo Mourão.

A seguir, apresento o percurso dialógico tecido com os professores.

QUADRO 2 - 1º PERCURSO DE DIÁLOGOS

1º PERCURSO DE DIÁLOGOS

Experiências vividas em campo mourão

- a)** Rememore a sua história de vida e como ela se relaciona com a cidade de Campo Mourão.
- b)** Dentro dessa história tem algum objeto que seja significativo para contar as suas experiências vividas na relação com a cidade de Campo Mourão?

1.8.2 2º Percurso de diálogos: Patrimônio cultural de Campo Mourão: Relação entre sujeitos e objetos

Nesse 2º percurso de diálogos, trouxemos as imagens dos patrimônios culturais de Campo Mourão com as informações sobre a localização, data de construção e de tombamento, bem como a autoria do projeto e a lei que reconhece como patrimônio, conforme o anexo¹² e de forma resumida no quadro 4.

¹² O percurso na íntegra compartilhado com os professores está no anexo.3

Esse segundo Percurso Dialógico buscava conhecer como os professores se relacionam com os patrimônios culturais e acolher outros que são importantes nas suas experiências vividas. Buscava trazer leituras plurais dos patrimônios culturais de Campo Mourão pelas lentes dos professores e flagrarmos aqueles que foram esquecidos pela historiografia oficial da cidade.

É importante compreender que os patrimônios culturais são engendrados historicamente em Campo Mourão, fazem parte da construção histórica da cidade. Eles são resultados de escolhas e intencionalidades, envolvem relações de poder e disputas e apagamentos de memórias. (CHOAY 2001; POULOUT, 2009).

Considerando essa reflexão, questiono: será que as relações sociais dos professores com os patrimônios culturais estão assentadas em uma concepção hegemônica? É possível nessa rememoração trazer os lugares e sujeitos esquecidos, excluídos e apagados pela historiografia oficial? Como acolher outros patrimônios culturais que não tenham como cunho principal referenciar um passado único e coeso para toda as classes sociais? Como pensar nos “excluídos sociais”, os trabalhadores, as mulheres, as crianças, os povos indígenas e os africanos, as “minorias sociais” e suas relações com os seus patrimônios culturais, indo além de uma visão romântica, “igualitária”, como lindas paisagens de cartões postais, como se não houvesse conflitos e tensões sociais na cidade?

Ao trazer no segundo Percurso Dialógico imagens adaptadas de cartões postais que circularam pela cidade de Campo Mourão durante muito tempo, procurei estimular os professores a contar como se relacionam com os patrimônios culturais oficializados pela cidade e quais os sentidos que atribuem a eles. Em um segundo momento, busquei acolher os patrimônios culturais não oficializados, que também fazem sentido aos professores. Portanto, solicitamos que eles produzissem cartões postais e escrevessem uma carta a um amigo contando o significado daquele patrimônio para ele com o intuito de compreender os vínculos dos professores com seus patrimônios culturais.

Portanto, nesse percurso dialógico, compreendemos as práticas culturais dos professores na modernidade. Focalizamos o campo cultural, pois ele compreende as relações sociais. A cultura é um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo, ela não é pensada apenas como expressão da sociedade, mas também instituinte da esfera social. (FRANÇA; PAIM, 2018; THOMPSON, 1981). Compartilho também com o filósofo alemão Walter Benjamin (1985) a acepção de cultura como visões de mundo, em que as práticas socioculturais entendem o sujeito na sua inteireza (portador de racionalidades e

sensibilidades). Logo, a experiência (*Erfahrung*) dos sujeitos não está desvinculada da dimensão cultural (FRANÇA, PAIM, 2018).

Nesse sentido, busco flagrar narrativas escritas e visuais (cartões postais) plurais, ou seja, compreender como os professores ressignificam as suas experiências na interface com o patrimônio cultural (institucionalizado ou não), trazendo outros espaços de pertencimento, o direito à memória e à cidade.

Convido você, caro (a) leitor (a), a conhecer o segundo Percurso de Diálogos.

QUADRO 3 - 2º PERCURSO DE DIÁLOGOS

2º PERCURSO DE DIÁLOGOS

Patrimônio Cultural de Campo Mourão: relação entre sujeitos e objetos

Nesse 2º percurso de diálogos, trouxemos as imagens dos patrimônios culturais de Campo Mourão com o intuito de compreender como você se relaciona com esses bens culturais.



Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural não depende exclusivamente do desejo e decisão das políticas públicas patrimoniais, mas do significado que os bens culturais têm para a comunidade/moradores que o constituiu.

O patrimônio não está apenas presente nos lugares: nas ruas, em nossas casas, igrejas, santuários, praças, parques, feiras e mercados, mas ele expressa todas as manifestações culturais, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver, por isso, patrimônio é vida. São maneiras vivas de se olhar, sentir, saborear, contar, escutar, de diferentes maneiras.

O patrimônio abarca as danças, as músicas, as artes, as esculturas, as crendices, as cantigas de roda, as celebrações artísticas, os causos e lendas. Não podemos esquecer também os livros que escrevemos, a poesia que declamamos, as brincadeiras que organizamos, as rendas que tecemos, as rezas, benzimentos, cultos e rituais religiosos que professamos e as festas populares nas quais participamos.

Os modos de fazer, os saberes e dizeres populares fazem parte de nossas experiências cotidianas, nos constitui como pessoas na relação com as experiências coletivas. Essas experiências do vivido podem ser rememoradas pelas lembranças afetivas que estabelecemos com o patrimônio cultural.

Ao falar de patrimônio cultural não nós restringimos à preservação do bem em si mesmo, mas consideramos os múltiplos sentidos que a comunidade atribui aos bens culturais. Nesse sentido:

- a) **Após as imagens adaptadas dos cartões postais da cidade, conte como você se relaciona no seu cotidiano com cada patrimônio cultural apresentado e qual o sentido que ele traz para você.**

- b) **Além desses patrimônios culturais tombados ou em processo de tombamento apresentados nas imagens anteriores, há outros que também merecem ser valorizados. Considerando a variedade de bens culturais, se você fosse enviar um cartão postal a um amigo, o que você escolheria enquanto bem patrimonial material ou imaterial para destacar?**

Construa o seu cartão postal e conte ao seu amigo o significado que esse bem cultural tem para você.

1.8.3 3º Percurso de diálogos: Patrimônio cultural de Campo Mourão: Experiências vividas

Nesse terceiro Percurso Dialógico, focalizo o momento ímpar da história em que estamos vivendo. Por conta da pandemia, tivemos que nos isolar socialmente para combater o vírus COVID-19, que ceifa milhares de vidas pelo mundo. Nesse sentido, a preocupação nesse terceiro percurso foi perceber como os professores estão sentindo as mudanças em suas relações sociais, especialmente aquelas vividas nos espaços públicos em que se encontram os patrimônios culturais. O patrimônio cultural fortalece a nossa identidade e está ligado aos saberes e fazeres culturais, entendidos muitas vezes, como próprios e coletivos. No entanto, como ficou o viver com a coletividade em meio a uma pandemia? O que narram os professores sobre as suas experiências na cidade de Campo Mourão em pleno avanço do coronavírus? Como eles têm percebido o distanciamento social?

O intuito era estimular a percepção de que os patrimônios distantes das experiências coletivas das pessoas não têm sentido. Lembrando justamente uma das preocupações de Benjamin (1985) [...] “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” O patrimônio “não prescinde de pessoas. Ele não está apenas no objeto (construções arquitetônicas). É produção coletiva de sujeitos, travada no interior das relações sociais. O patrimônio não se constrói apenas a partir do objeto, nem do sujeito, mas na relação/tensão sujeito-objeto” (VIEIRA, 2011 p. 191).

No quadro 4, eu te convido, caro (a) leitor (a), a mergulhar na proposta do terceiro Percurso Dialógico compartilhado com os professores.

QUADRO 4 - 3º PERCURSO DE DIÁLOGOS

3º PERCURSO DE DIÁLOGOS

Patrimônio Cultural de Campo Mourão: experiências vividas

“[...] qual o valor do patrimônio cultural se a experiência não mais se vincula a nós?”
(Benjamim 1993. P. 115).

Paço Municipal 10 de Outubro



Fonte: Ta Sabendo, 2019 Greve dos servidores municipal- 13 de junho 2019

Cruz Histórica e Capela, da paróquia Do Jardim Santa Cruz



Fonte: Acervo Paróquia Santa Cruz, 2018

Patrimônios Cultural de Campo Mourão: Experiências vividas

Estação Aeroviária Teodoro Metchko



Fonte: Acervo Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Chafariz



Fonte: site Boca Santa, Índiozinhos de Manoel Ribas se refrescando em Campo Mourão

Festa Nacional do Carneiro no Buraco



Fonte: Site Tá sabendo, 2014.

Coreto



Fonte: Jornal Tribuna do Interior, Papai Noel e apresentações artísticas na área central, 2014

Patrimônios Cultural de Campo Mourão: Experiências vividas

Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Festa Nacional do Carneiro no Buraco



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, 2014

Estamos passando por uma grave crise no Brasil por conta de uma pandemia provocada pelo vírus Covid-19 e, para vencermos essa fase crítica de contágio, estamos vivendo em isolamento social.

Nesse sentido, é latente a percepção do quanto a relação com o *outro* nos constitui, a importância das experiências coletivas e do viver nos espaços públicos da cidade.

Após analisar as fotografias, conte como tem percebido, sentido e vivido nesse período de isolamento social, principalmente, o cerceamento das experiências coletivas na relação com os bens culturais apresentados nas fotografias.

1.8. 4º Percurso de diálogos: Cidade e experiências: Releituras do vivido

No quarto Percurso Dialógico foi proposta a leitura de uma carta da professora Flor de Lótus, que reside em Ouro Preto, contando como ela é tocada/afetada pela sua cidade. Solicitamos que os professores realizassem uma releitura do vivido para que se inspirassem a responder a carta para Flor de Lótus, também narrando como é tocado pela cidade de Campo Mourão. A construção de uma carta é algo incomum hoje em dia, em uma sociedade que está

vivendo em um tempo tão acelerado, afogada por um volume enorme de informações diárias, enredada por diferentes recursos tecnológico que facilitam a comunicação, que pessoa dispõe de um tempo para sentar e escrever uma carta hoje em dia? Será possível romper com o tempo acelerado, com as vivências automatizadas e construir narrativas outras?

Na carta, podemos flagrar diferentes camadas de tempo, pois a Flor de Lótus perpassa por todos os patrimônios culturais da cidade e conta os sentidos de cada um deles para ela. Nesse percurso, fizemos um convite aos professores para uma releitura do vivido de modo que os professores pudessem trazer à tona outros lugares, com suas cores, cheiros, sons, tons, experiências que são vividas em momentos para além da rotina do dia a dia da cidade, durante nossa jornada de trabalho ou fazeres burocráticos na cidade ou que nos habituamos e nem vemos mais (GAGNEBIN, 2004).

A seguir apresento o 4º percurso de diálogos realizados pelos professores.

QUADRO 5 - 4º PERCURSO DE DIÁLOGOS

4º PERCURSO DE DIÁLOGOS

CIDADES E EXPERIÊNCIAS: RELEITURAS DO VIVIDO

Imagine que você recebeu a carta da professora Flor de Lótus contando como é a sua relação com a sua cidade de Ouro Preto, ou seja, como ela é tocada pela cidade que habita.

Flashes... cheiros...gostos...sons...saudades

Quando a cidade me toca ou como sou tocada pela cidade? Pergunta capciosa essa, não? A mente divaga..., mas as imagens surgem e acumulam-se, formam-se quadros, flashes... cheiros... gostos ... sons... saudades!! Manhã com brumas em Ouro Preto, este quadro, pintura cinza com raios dourados apolíneos, toca-me com leveza e fresca trazendo esperança, paz.

A imagem da minha mãe na casa velha do Antônio Dias em sua velha cozinha, o “cuador” de pano e o cheiro de café recém-feito. Assim, a cidade toca-me.

Manhã de brumas meu velho pai descendo a ladeira de Santa Efigênia, cantando “Boemia”, toca-me.

Festa de Santa Efigênia, sinos festivos anunciando a princesa Núbia, toca-me e me acaricia, torno-me novamente criança nos braços carinhosos de minha vó (...).

Sinos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição nos domingos pela manhã, como anjos anunciando Maria a nos cobrir com seu manto azul-estrela, toca-me.

Tocar, ser tocado ou tocarmo-nos? Sigo assim, sendo tocada e tocando na maioria das vezes sem perceber que esse ato é contínuo em minha vida (um eterno ir e vir como um rosário de bênçãos onde cada conta representa sons, perfumes, gestos, saudades!

Flor de Lótus, Ouro Preto, março de 2013.

*Fonte: CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. **Primaveras compartilhadas: (re)significando à docência na relação com cidade, memórias e linguagens.** 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.*

Gostaria que escrevesse uma carta endereçada a professora Flor de Lótus contando como a cidade de Campo Mourão te toca.

1.9 Uma produção de conhecimento pela via de mão dupla

Após os professores produzirem suas narrativas escritas no diálogo com os quatro Percursos Dialógicos e assinarem o Termo de Livre¹³ Consentimento, iniciei o diálogo com as produções dos professores. Entretanto, foi necessário entrar em contato com alguns professores por vários motivos, entre eles: alguns acabaram não produzindo uma parte do percurso, outros tiveram algumas dúvidas na escrita e ainda alguns conversei sobre suas narrativas.

Em contato com as produções dos professores expressas em narrativas escritas e visuais, foram construídas mônadas, ancoradas no aporte teórico-metodológico de Walter Benjamin (iremos apresentar essa reflexão no próximo tópico). Ainda gostaria de destacar que após a elaboração das mônadas, entrei em contato com cada professor para que pudessem ler as

¹³ Está no anexo 2.

mônadas que foram elaboradas pelo pesquisador, de modo a refletir com eles as narrativas que se tornariam públicas no texto da dissertação bem como conversei sobre os capítulos que suas produções iriam fazer parte da pesquisa e os diálogos que seriam tecidos na relação com os seus saberes experienciais. O grupo de professores leu os fragmentos de memórias (mônadas) a serem incorporadas no corpo da dissertação, e reiteramos aqui a importância desse modo de produção de conhecimento histórico, tecido por relações dialógicas (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 1985).

Nesse movimento de reflexão conjunta (ROVAI, 2018), algumas narrativas foram alteradas/negociadas durante a conversa com alguns professores. Após a reescrita de algumas narrativas pelos professores, elas foram incorporadas novamente ao conjunto das mônadas e intituladas pelo pesquisador. Buscamos uma produção pela via da autoridade compartilhada como nos lembra Frisch (2016) que por meio de uma entrevista de história oral, em uma discussão de grupo, em um programa público, em uma exposição em um museu, há um encontro entre ideias e interpretações, nas suas palavras um “diálogo entre expertise e experiência”. Nessa pesquisa, a proposta foi por meio dos “Percursos Dialógicos” em que “cada participante é em parte coautor” da pesquisa (FRISCH, 2016, p. 63).

Destaca-se ainda que os quatro Percursos Dialógicos não eram questões fechadas e focadas em atos cognitivos, estavam abertos para que cada professor elaborasse as suas próprias narrativas, cartas e cartões postais, ressignificando as suas experiências vividas na relação com seus patrimônios culturais.

Retornei novamente a conversar com os professores nesse momento de finalização da dissertação e recebi dos professores palavras que me fortaleceram, no sentido de enxergar que trilhei um caminho de pesquisa formado de vários braços que se vão se entrecruzando por meio de diferentes saberes e memórias costuradas no enredo desta pesquisa. A professora Lua Mee, em uma das ocasiões que encontrei com ela para conversarmos da pesquisa, ela perguntou se poderia trabalhar com os Percursos Dialógicos junto com os seus estudantes da rede de educação básica. Nesse momento, fiquei motivado, de certa maneira, pensei que os percursos podem ser um material didático para os professores trabalharem com a temática patrimônio cultural em sala de aula. Será que a pesquisa não foi apenas com o público, mas para o público? Penso o público para além do espaço universitário (SANTHIAGO, 2016). Considerando esse interesse da professora Lua Mee, acredito que os Percursos Dialógicos podem alçar voos para o espaço escolar e podem ser ressignificados no diálogo com as diferentes realidades de ensino

da rede pública de Campo Mourão. Embora não pensasse no produto da pesquisa, pois esse não era o que me mobilizava desde o início da pesquisa, mas o processo (ALMEIDA, 2016; ROVAI, 2018; SANTHIAGO, 2016) de produção de conhecimento pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016). Talvez podemos considerar como um produto, não desconsiderando as outras possibilidades, como o resultado da pesquisa que se materializa por meio da divulgação científica.

Busquei saber depois de quase um ano da participação dos professores na pesquisa, o que significou essa experiência de diálogos com o pesquisador por meio dos Percursos Dialógicos. Fiz contato pelo grupo de *WhatsApp* e alguns professores rememoraram:

Experienciar a possibilidade de escrever sobre minhas memórias nessa cidade causou alegres pesares. A ambiguidade presente, imprópria para a qualidade da temática, talvez revele, aquilo que há de complexo em sua matéria. Perceber-se sujeito de sua história, enquanto permeia os patrimônios da cidade tangendo seus possíveis significados, justamente em suas brechas de sentido.

(Aberto Caiero-2021)

Participar dessa pesquisa me fez ter contatos com memórias que há muito não surgiam. Memórias de infância sobre histórias contadas por tios, avós, familiares que não estão mais presentes e que embora me recorde deles com frequência, com a pesquisa foram experiências diferentes. Memórias sobre a cidade de Campo Mourão e seus lugares que me fizeram perceber o quanto esses espaços são importantes para mim, onde somente no vai e vem do nosso dia a dia acabamos não prestando atenção e não valorizando adequadamente. Foram momentos exclusivos para refletir sobre tudo isso, o que trouxe muita emoção, mas não um sentimento triste ou ruim, mas um sentimento bom, feliz. São memórias sobre pessoas, lugares e histórias que me constituem, e esse rememorar me mostrou a importância de cada um. O que me resta dizer sobre a pesquisa é que todos os percursos me fizeram refletir de uma maneira que modificou minha relação com tudo isso, e acredito que ao passar por todos esses lugares; ao pensar em todas essas pessoas, terei outras impressões. Enfim, foi uma experiência importante para mim, que com certeza deixou muitas marcas.

(Frida Kahlo-2021)

Foi uma experiência enriquecedora, o estudo sobre os patrimônios históricos me fez repensar a forma de ensinar história e ter a certeza que a valorização desses patrimônios e a valorização da nossa própria identidade.

(Clarice Lispector- 2021)

Participar do estudo sobre Patrimônios Históricos de Campo Mourão foi de grande relevância, principalmente por se tratar do patrimônio local, o que nos remete a situações da nossa vivência, de lembranças, do cotidiano, ou seja, o sentimento de pertencimento fazendo parte da História.

(Ana Terra-2021)

Os fragmentos de memórias compartilhados acima são potentes para pensarmos o quanto os percursos mobilizaram os professores e estimularam uma reflexão e ressignificação das suas experiências vividas na e da cidade e na relação com seus patrimônios culturais.

Vale ressaltar que nesta pesquisa iremos compor na íntegra apenas o primeiro e o segundo percurso dialógico produzido pelos professores. O terceiro e o quarto percurso serão diluídos no corpo da dissertação, como epígrafe na abertura dos capítulos e nas considerações finais, considerando o volume das narrativas colhidas não teríamos tempo e fôlego para incorporá-las em imagens monadológicas e construir um diálogo com elas. Esse caminho metodológico também foi uma das sugestões dos professores membros da banca de qualificação de mestrado.

Na próxima reflexão, abordo como foi a produção das mônadas e os significados dessa produção inspirada no aporte teórico-metodológico benjaminiano.

1.9.1 A produção das Mônadas e os seus múltiplos sentidos

O filósofo Walter Benjamin, em suas produções, coloca em ação o aporte teórico-metodológico, produzindo memórias mergulhadas em mônadas — miniaturas de significados — conceito que o pensador coloca em ação no diálogo com o físico Leibniz. Em *Infância em Berlim por volta de 1900*, o autor rememora a sua infância articuladas ao universo social da época, em imagens monadológicas.

Em suas palavras, a

ideia é mônada. O Ser que nela penetra com sua pré e pós-história traz em si, oculta, a figura do restante do mundo das ideias, de mesma forma que, segundo Leibniz, em seu Discurso sobre a Metafísica, de 1686, em cada mônada estão indistintamente presentes todas as demais. A ideia é mônada, nela reside, preestabelecida, a representação dos fenômenos, como sua interpretação objetiva. [...] Assim o mundo real poderia constituir uma tarefa, no sentido de que ele nos impõe a exigência de mergulhar tão fundo em todo o real, que ele possa revelar-nos uma interpretação objetiva do mundo. Na perspectiva dessa tarefa, não surpreende que o autor da Monadologia tenha sido também o criador do cálculo infinitesimal. A ideia é mônada, isto significa, em suma, que cada ideia contém a imagem do mundo. A representação da ideia impõe como tarefa, portanto, nada menos que a descrição dessa imagem abreviada do mundo (BENJAMIN, 2007, p. 69).

A mônada configura-se uma imagem da realidade em miniatura, a partir de um ponto de vista sobre o mundo e, ao mesmo tempo, o mundo sob um ponto de vista. É possível enxergar na mônada “uma configuração saturada de tensões entre o particular e o universal” (BENJAMIN, 2007).

Revela-se ainda na mônada a “chave para a questão da emergência do sujeito, sem cair num individualismo idiossincrático e hermético, que não se comunica com o mundo exterior e com outros sujeitos, ou numa consciência social ilusória, que pretenda abarcar os sujeitos desprezando suas especificidades”. (CORRÊA, 2011, p. 55) Embora seja possível extrair os elementos da cultura mais ampla, porém, cada imagem monadológica é diferente da outra, ela tem as suas singularidades. (BENJAMIN, 2007).

Maria Carolina Bovério Galzerani, ao dialogar com a acepção de mônadas, tem nos ajudado a compreendê-las como fragmentos de memórias que têm a força de um relâmpago, elas são carregadas de sentidos plurais. (GALZERANI, 2002). Ela se dedicou a aprofundar os estudos sobre as mônadas benjaminianas no grupo do Kairós, no Centro de Memória e no GEPEC, ambos na Unicamp. Orientou dissertações de mestrado e doutorado inspiradas no aporte teórico-metodológico monadológico. Seus orientandos, hoje professores de diferentes universidades brasileiras, também desenvolvem pesquisas inspiradas nesse aporte teórico-metodológico Assim, em sua acepção entende as mônadas como “pequenos cacos de um vaso de porcelana que tem a potencialidade de propiciar a compreensão mais ampla do todo, portanto, muito diferentes dos fragmentos concebidos em moldes positivistas” (GALZERANI, 2013, p. 86).

O grupo do PAMEDUC liderado pelo historiador Elison Paim na UFSC orienta várias pesquisas de mestrado e doutorado trabalhando com as mônadas. O grupo Rastros, da Universidade de São Francisco, coordenado pela historiadora e professora Maria de Fátima Guimarães, orientou algumas dissertações ancoradas na perspectiva monadológica. No grupo do GEPEC, uma das suas integrantes, a historiadora e professora Adriana Carvalho Koyama, vem construindo junto com seus orientandos de mestrados pesquisas com a produção de mônadas.

No grupo de estudos Odisseia liderado pela minha orientadora na UNESPAR, estudamos o filósofo Walter Benjamin como possibilidade de trabalhar com memórias em uma perspectiva a contrapelo das tendências prevaletentes da modernidade, abarcando

racionalidades e sensibilidades, bem como entrecruzando memórias voluntárias e involuntárias e temos sido estimulados a construir nossas pesquisas produzindo mônadas.

Buscando um novo caminho para a pesquisa, minha orientadora me incentivou procurar novos teóricos para tentarmos construir uma pesquisa não apenas para uma obtenção do título de mestrado, mas que tivesse sentido na vida de todos os sujeitos envolvidos nessa produção de conhecimento histórico coletiva. Claro que não temos a pretensão de transformar o mundo com nossa pesquisa, mas promover alguns deslocamentos e fortalecer a dimensão humana.

Dessa maneira, a produção das mônadas foi um dos caminhos sugeridos durante as orientações. Ao compor algumas palavras, pautada pelo viés benjaminiano, entendo que as narrativas das memórias produzidas pelos professores permitem compreender as suas experiências vividas na relação com e na cidade de Campo Mourão e essas narrativas escritas e visuais foram organizadas em mônadas (BENJAMIN, 2007).

Buscando compreender as mônadas benjaminianas e alguns movimentos de sua construção, entendo que ela configura elementos de uma experiência única, uma ideia de não repetição do tempo. A existência única possibilita perceber, sentir e manifestar de forma “autêntica” e particular a essência daquilo que é narrado das experiências imersas na coletividade.

Penso que as mônadas nos oportuniza fazer uma leitura a “contrapelo” de uma escrita historiográfica já surrada pelas cadeiras da “ciência” histórica pelo viés da racionalidade cartesiana, pois “propicia o questionamento das relações diretas de causa e efeito, estilizando a linearidade característica do pensamento científico” (CORREA, 2012, p. 85).

A história universal é a somatória de acontecimentos e fatos dentro de um tempo linear e homogêneo. Buscando arrancar as histórias de um fluxo de tempo progressista, formada por vencedores e grandes acontecimentos, a tarefa do historiador materialista histórico faz um movimento de refletir sobre os choques, as tensões, os excluídos e incumbir-se de escrever uma história vista de baixo. Para o filósofo, “o materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada” (BENJAMIN, 1994, p. 231).

Compreendo as mônadas como um ensejo ímpar para trazer à tona leituras plurais das cidades, memórias apagadas e esquecidas, pois os professores ao rememorem não trazem apenas as suas histórias de vida, mas as amalgamas com a história da cidade. “Os pequenos textos memorialísticos podem ser considerados mônadas, que espelham em suas linhas

particulares uma subjetividade inserida num universo social” (PETRUCCI-ROSA, 2012, p. 148).

Como as mônadas foram construídas por esse pesquisador? Após a leituras das produções dos professores dos quatro “Percurso Dialógicos”, iniciei o trabalho com as memórias em um exercício de escuta. Ao ouvir as experiências dos professores relatei com as questões norteadoras da pesquisa e com as preocupações desse pesquisador, especialmente pinçando aquelas mais latentes à espera do historiador e em seguida, elaborei as mônadas. Elas acolhem as racionalidades e subjetividades e trazem “práticas socioculturais, plurais e contraditórias” (FRANÇA, 2015; GALZERANI, 2002).

Nessa produção monadológica atentei-me para as memórias do vivido individual articulado às esferas mais amplas da cultura (BENJAMIN, 2007; FRANÇA, 2015). Alguns fragmentos de memórias foram retirados das narrativas e produzidos as mônadas e outras foram mantidas as narrativas na íntegra dos professores. Em seguida, elaborei um conjunto de mônadas, de modo que pudéssemos captar em cada imagem monadológica “não o passado, nem o presente, nem o futuro, “não é o eu ou o outro, mas as relações”. (CUNHA, 2016, p. 71)

Além disso, foi atribuído um título para cada mônada, o qual foi pinçado da própria narrativa produzida pelos professores, aqueles fragmentos que me tocaram durante a leitura. Mas também alguns títulos foram elaborados pelo pesquisador a partir do diálogo com as narrativas de memórias dos professores. No título, enxergamos a potência da própria narrativa, a essência do que é narrado que salta do fluxo *continuum* da história (BENJAMIN, 2007). No próximo capítulo, traremos as mônadas e os diálogos desse pesquisador.

CAPÍTULO 2- A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO COLETIVO, DIALÓGICO E INTERATIVO



Fonte: Crianças indígenas nadando no chafariz - Site Boca Santa -2014

*Estudara
nos livros demais. Porém aprendia melhor no ver
no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar.*

Aprendimentos. (Manoel de Barros, 2008)

[...] Quando estou caminhando pelo calçadão (uma calçada que existe em frente às lojas, das principais ruas comerciais, bem comum em várias cidades aqui do Paraná), sinto uma alegria em ver as pessoas conversando nas lojas e, muitas vezes, me sinto um pouco como se estivesse em uma cidadezinha do interior, onde todo mundo se conhece ou é parente. Devido ao tamanho da cidade (90 e poucos mil habitantes), aqui a gente costuma ser tratado pelo nome pelas atendentes das lojas, dos supermercados, dos bancos, e eu acho isso um luxo, é muito legal, acho que humaniza as relações.

Temos um chafariz na praça da catedral (que é dedicada a São José), que funciona diariamente e é bem cuidado. Inclusive, sob o meu ponto de vista, considero que o povo mourãoenses, bem como a administração pública municipal, contribui bem para a conservação dos monumentos históricos daqui.

Esse chafariz fica numa praça, bem verdinha e arborizada, ao lado de um coreto. Isso é tão bucólico! [...]

Sempre que tenho oportunidade, eu sento um pouco em frente a esse chafariz, e fico a admirar a beleza das suas águas e, quando é noite, das suas luzes também. Parece que o tempo para nesse instante. É tão lindo! Sou acometida por um sentimento tão nostálgico, que até me esqueço que não sou daqui que sou uma forasteira... É como se eu tivesse ido todos os domingos, após a missa, durante a minha infância inteira, brincar naquele lugar. Mas como pode? Se eu nem passei a minha infância aqui e nem tinha chafariz na porta da igreja que eu ia lá em Minas... Talvez Campo Mourão me toque pelas coisas que eu ainda pretendo viver aqui... São lugares, sabores, pessoas e experiências que eu ainda estou descobrindo. [...]

Frida¹⁴, Campo Mourão, agosto de 2020.

¹⁴ Carta de Frida a Flor de Lotus, trata-se do quarto percurso dessa pesquisa, em que Frida nos conta como a cidade de Campo Mourão aflora as suas sensibilidades e as suas experiências vividas.

2.1 O conjunto das mônadas

Apresento um diálogo com as memórias dos professores expressas em narrativas escritas e visuais, elaboradas a partir do aporte metodológico das mônadas benjaminianas. Cada conjunto monadológico foi construído a partir do primeiro e segundo “Percurso Dialógico”. Lembrando novamente que parte das produções do terceiro e quarto percurso foram diluídos no corpo do texto.

As mônadas são centelhas de sentidos que tornam as narrativas dos professores mais que comunicáveis, sobretudo, experienciáveis (PETRUCCI-ROSA, 2012). Trabalhar nesta pesquisa com conjuntos monadológicos foi possível trazer o que de significativo emerge das narrativas de cada professor. Quando propomos os quatro percursos de diálogos com os professores, não imaginei como as experiências narradas seriam tão enriquecedoras para a partilha de conhecimentos. Não vamos estipular um número específico de mônadas e tampouco preocupar-nos com a sua extensão, pois o relevante são os significados que elas carregam e explodem em imagens dialéticas (BENJAMIN, 1985).

Ao entrar em contato com as memórias dos professores fiz uma leitura intensa, li, reli e fiquei atento para pinçar “na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total” (BENJAMIN, 2007, p. 503). Esse é um momento que tem um sentido ímpar para a construção da pesquisa, haja vista o “grande e confortável” problema de não se “interpretar” as narrativas de modo enquadrá-las em categorias. Logo, compreendo o quanto a pesquisa é fértil em narrativas singulares, tanto que o pesquisador, bem como a sua orientadora, tiveram uma tarefa densa e sensível, pois cada um dos pesquisadores muitas vezes faziam diferentes leituras, tendo em vista que elas são lidas na relação com a experiência de cada pesquisador, é provável ainda que após algum tempo, se retornarmos em contato com as mônadas, outros movimentos e sentidos serão reelaborados, isso porque a leitura da mônada está relacionada com as experiências de vida de cada leitor no tempo presente e o modo como ele as ressignifica. Nesse sentido, a mônada configura-se em imagem caleidoscópica (BENJAMIN, 2007).

Gostaria de dizer ao leitor (a) que farei uma leitura utilizando o “machado da razão”, mas também a sensibilidade (BENJAMIN, 2007). No entanto, não pretendo dissecar a mônada como um anatomista, como é feito em muitas pesquisas acadêmicas sob o viés cartesiano. Ao contrário, procuro ancorar nos referenciais teórico-metodológicos de Benjamin e Thompson, dialogando a partir das minhas experiências na relação com os sujeitos, situados no tempo e no

espaço. Sigo as orientações de Benjamin e Thompson de construir conhecimento histórico tecido por relações dialógicas, lembrando ainda que o diálogo não é desprovido de tensões. Nesse sentido, sujeito e objeto no ato de produção de conhecimento não estão apartados das suas experiências vividas, o que vem ao encontro da perspectiva da autoridade compartilhada de Frisch (2016), que propõe fazer história com os sujeitos das pesquisas, de modo colaborativo e interativo. Um encontro entre saberes populares, pedagógicos e historiográficos.

Adianto ao leitor (a) que trago algumas possibilidades de leituras, entre tantas outras, procuro não fazer uma apreensão da totalidade dos significados construídos pelos professores das suas relações com/na cidade de Campo Mourão. Eu procurei movimentar uma leitura monadológica tencionando as “experiências singulares na relação com experiências diferentes e despertar a capacidade de encontrar o semelhante no mundo. O reconhecimento de semelhanças está relacionado à capacidade mimética, que possibilita estabelecer correspondências” (CUNHA, 2016, p. 85), ou seja, reconhecer “uma relação comum de configuração” (GAGNEBIN, 2005, p. 97).

Para Cunha (2016, p. 89) a acepção de correspondência “não é empatia com o semelhante, uma imersão no universo do outro sem querer ou conseguir dele emergir; é um olhar que se lança ao semelhante” e que para Benjamin (1994, p. 108) deve “consistir menos no registro de semelhanças encontradas que na reprodução dos processos que engendram tais semelhanças”.

Benjamin, ao tratar do “culto apaixonado das semelhanças” em Proust, ressalta que a

busca das semelhanças não deve ser confundida com a procura da identidade. Se pode haver uma salvação do passado no e pelo presente, é porque o passado nunca volta como era, na repetição de um pseudo-idêntico. Ao ressurgir no presente, ele se mostra como sendo, ao mesmo tempo, irremediavelmente perdido enquanto passado, mas também como transformado por este seu ressurgir: o passado é outro e, no entanto, semelhante a si mesmo. Por isso, a sua imagem não é simples cópia, reprodução do mesmo. É uma imagem dialética, como a chama Benjamin. Dialética porque junta o passado e o presente numa intensidade temporal diferente de ambos; dialética também porque o passado, neste seu ressurgir, não é repetição de si mesmo; tampouco pode o presente, nesta relação de interpelação pelo passado, continuar igual a si mesmo. Ambos continuam a ser passado e presente, mas, no entanto, diferentes de si mesmos na imagem fugitiva que, ao reuni-los, indica a possibilidade da sua redenção. (GAGNEBIN, 1992, p. 47)

2.2 Mônadas do primeiro Percurso Dialógico

MEMÓRIA: FUGAZ E MISTERIOSA

Meu nome é Alberto Caeiro, tenho 28 anos, moro em Campo Mourão minha vida toda. Memória, fugaz e misteriosa, esconde em seus domínios dimensões não exploradas, ávidas de despertar. Deslocar-me por ela, mar perturbado e turvo de emoções, ao deslize do laço de cetim ao rasgo furioso de sons metálicos na calada da noite, lembrar-me pequeno, assustado no quarto de minha mãe ao pensar que as ruas da minha cidade, escondem belezas e feras transeuntes que a consciência adulta teima em guardar, e ao deixar vaguear distante e ofuscada pela luz da sirene policial aos tambores do revolver do progresso e do desejo de abraçar em segurança uma manhã de paz. Criança se apega ao que ouve, mas não entende.

O mundo meu, Cidade Nova, bairro antigo, distante das luzes dos postes, do shopping central, da rodoviária e do chão de asfalto que dividia o mesmo mundo em dois paralelos, do chinelo de barro ao tênis de luzes que brilhavam nas lojas e nos meus olhos, pueris, infantis e sonhadores. De sonho vivia o dia inteiro, morria era de noite, ao som do noticiário e da ansiedade de ter meu irmão de volta, salvo dos barulhos da rua.

Mas nem tudo era movimento e fúria, a escola era espaço de arte e esporte, vivia de sonho e da merenda. Dos professores não guardo nomes, mas imagens de rostos, ora amargurados, ora felizes. Da escola não guardei livros nem cadernos, guardei emoções e cheiros, sons e lembranças. O prédio mudou, os professores mudaram, mas quando a vejo... Sinto que parte de mim, universo contido, ainda está lá.

Na adolescência, o mundo desabrocha não é verdade? O que não tinha cor, agora tem cheiro, o que não tinha cheiro... agora tem nome, função e endereço. Foi assim que me apaixonei pela Catedral, pela praça com o coreto e pela biblioteca. Pobre de mim a responder uma pergunta tão caprichada, mas humildemente, às idas ao centro de Campo Mourão, despertava em mim um desejo sem nome.

Olhar o prédio da Catedral do terminal de ônibus, as cruzes no alto, e junto com ela a minha imaginação, se perguntando “Quem colocou elas lá?”. Lembro-me quando entrei a primeira vez, as portas impressionavam pelo tamanho da vontade de fechá-las e dizer “Sim senhora, eu cuido desse lugar, abriremos na missa da manhã”. Ou, na praça o chafariz lançava água enquanto despedia-me da cidade em devaneio, “quem sabe Roma um dia?”

A biblioteca, nome apropriado, Estação da Luz, iluminava minhas tardes de mistérios, “podia eu entrar?” “Como faz para pegar um livro?” “Poxa, mas não abre na hora do almoço, se eu ficar, perco a circular.”

Após a adolescência, os cheiros não são mais novidade, os nomes passam pela janela da circular: antes transporte da vida adulta, agora, apenas transporte. O encanto perde o encanto, as transformações fazem parte da lógica do mercado de trabalho, e este fazia parte de mim desde dezesseis anos. A Catedral, a praça, a biblioteca passam ser um refúgio, um subsolo do cárcere da rotina proletária, íntima confidente do som das páginas correntes de algumas horas de leitura antes de bater o ponto.

Ao rememorar, viajo em mim mesmo, para encontrar uma cidade que nunca deixei, e memórias que nunca esqueci, não pela faculdade do pensamento, mas pela imagem que certos espaços me despertam.

(Alberto Caeiro)

LUGAR NENHUM

Um objeto, você me diz. Diria que sim, uma revista em quadrinho, *Lugar Nenhum*, do Neil Gaiman. A revista explora uma Londres “*de baixo*”, oculta e misteriosa, marcada por moradores de rua, ciganos e desaparecidos, expulsos pela indiferença das pessoas da Londres “*de cima*”. Eu lia essa revista enquanto voltava do meu trabalho de circular.

Silhuetas confusas misturavam-se com a arquitetura de casas e lojas, a cidade ia ganhando seu contorno, uma espécie de forma própria. Os endereços se tornavam mais fixos, as pessoas comuns e a cidade diminuía. O comércio alternava-se entre loja de varejo e atacado, as pessoas carregavam suas sacolas, outras carregavam nas mãos sujas e calejadas, os cobertores da noite fria que chegava, dama cruel que os acompanhava sussurrando sopros gélidos daqueles que faziam da praça, da catedral, até mesmo do museu, seus abrigos.

(Alberto Caeiro)

CHEGAMOS A CAMPO MOURÃO

Minha família chegou na região de Campo Mourão na década de 1970, meu pai e meu tio compraram uma propriedade próximo à Campina do Amoral (hoje município de Luiziana). Viemos do Rio Grande do Sul. As terras no Paraná eram mais baratas que no Rio Grande, e desde então sempre moramos na região. Naquela época só tinha bancos e casas de comércio maiores aqui na cidade de Campo Mourão. Existiam nas comunidades várias vendinhas que vendiam alimentos e até alguns medicamentos, portanto todos os negócios eram realizados na cidade de Campo Mourão.

(Ana Terra)

ERA O DIA

Lembro-me de quando meus pais vinham à Campo Mourão para assinar algum documento no banco. Como não tínhamos carro eles vinham de ônibus, e meus irmãos e eu ficávamos sozinhos em casa, era o “dia”. Certa vez quase incendiei a casa, nossa casa era de madeira e tinha os pilares altos do chão, minha casinha de bonecas era embaixo da casa e eu fiz fogo na minha casinha, minha sorte é que o fogo logo apagou.

(Ana Terra)

CAMPO MOURÃO SEMPRE FOI UM EVENTO

Nasci em Campo Mourão pois era o único hospital próximo à Bourbônia, distrito de Barbosa Ferraz. Campo Mourão sempre foi o centro comercial, cultural e religioso da região. Lembro que vir para Campo Mourão sempre foi um evento, ou era para fazer uma consulta, comprar alguma coisa ou ir ao supermercado. Havia ali naquele período uma construção da ideia de pertencimento, de integração.

(Clarice Lispector)

NOSSO INCONSCIENTE

O Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira até hoje é o posto de saúde. Impressionante como essas lembranças permanecem em nosso inconsciente.

(Clarice Lispector)

CASA DE MINHA VÓ

Minha cidade de origem não é Campo Mourão, mas uma cidade vizinha, Luiziana, apesar de ter nascido em Roncador. Contudo, a família do meu pai vive em Campo Mourão há muitas décadas, antes da cidade ser emancipada, meu avô e sua família já viviam aqui. Quando criança, eu sempre vinha para Campo Mourão visitar meus tios e minha vó. Passavas as férias todas na casa dela, sempre, todas as férias. Mas também a visitava nos fins de semana e em feriados como a páscoa ou carnaval. Por isso, Campo Mourão era meu lugar favorito quando criança. Não tinha vontade de viajar para outros lugares, como à praia, legal mesmo era ir para a casa da minha vó. Esperava ansiosa por esses momentos.

Quando estava com ela passeávamos a cidade toda, na maioria das vezes a pé, e raríssimas vezes de circular. Andávamos quilômetros até chegar na casa de alguma de suas cunhadas ou comadres e ela, mesmo já nos seus mais de 60 anos de idade, ainda conseguia fazer todo esse trajeto com tranquilidade. Às vezes uma de minhas priminhas nos acompanhava, íamos brincando pelo caminho, correndo, brincando de pega-pega, de vaca amarela.

Lembro que minha vó gostava de contar sobre os lugares por onde passava, às vezes ela dizia que aquela construção estava ali desde quando era criança, ou contava sobre uma casa onde morou alguma amiga sua, amiga de sua mãe. Sempre que passávamos perto do bosque para visitar sua comadre, ela dizia que quando era criança não existia o bosque, que lá era cheio de árvores, o lago era algo mais parecido com um mangue com árvore por toda parte, não tinha lago.

Quando passávamos pela avenida Capitão Índio Bandeira, ela lembrava (assim como todas as avós gostam de repetir a mesma história um milhão de vezes) que quando era criança e se mudou para Campo Mourão, aquela avenida nem tinha asfalto, e agora estava ali cheia de prédios.

Assim, íamos passando por lugares onde ela gostava de comprar coisas quando era moça, pelo lugar onde ficava o armazém, pela igreja onde ela se casou, pela praça que era cheia de árvores.

Na casa de minha vó foi onde aprendi a tomar chimarrão e a preparar o chimarrão para suas visitas. Gostávamos de ficar a noitinha na varanda conversando, ela adorava me contar causos de quando era criança. Durante o dia, depois de ajudar na faxina, eu e minhas primas e primos ficávamos brincando na rua, junto com outras crianças que eram vizinhas. Brincávamos de bets, de elástico, de esconde-esconde, de futebol, andávamos de bicicleta, de patinete, muitas brincadeiras que não aconteciam na casa dos meus pais, pois morávamos no sítio e eles não deixavam brincar com outras crianças, só com meus irmãos.

Assim, durante minha infância e adolescência construí uma relação com a cidade de Campo Mourão que não tive com a cidade onde eu morava. Aqui eu aprendi a pegar ônibus, ir sozinha para alguns pontos da cidade e fiz amizades que tenho até hoje. Guardo as melhores lembranças de infância com a minha família, muitos dos quais já não estão mais aqui, como a minha vó [...], minha tia [...], minha prima [...], meu tio [...], todos muito amados e que fazem

parte da minha história. Por isso, acredito que a cidade de Campo Mourão, o bairro da minha vó (Jardim Pio XII) deixaram marcas na minha vida, me trazem tantas recordações bonitas da família e dos amigos de infância, dos passeios pela cidade com a minha vó. Até hoje, quando passo pelas ruas que passava com ela, me lembro de suas histórias, me lembro dos lugares que ela mostrava.

Infelizmente no ano em que vim morar em Campo Mourão, há mais de dez anos, minha avó faleceu. Mas aquela rua em que brincava quando criança, em que chegava feliz nas férias, em que realizávamos nossas festas, reunindo inclusive os vizinhos no natal, ainda guarda essas lembranças, ou desperta em nós essas memórias que ajudam a matar um pouquinho da saudade da infância com a minha vizinha.

Em Campo Mourão, onde eu buscava o conforto da minha vó, fiz faculdade, trabalhei, casei. Hoje meus pais e dois de meus três irmãos moram aqui, apenas um deles mora em outro estado. O que eu acho mais legal nessa mudança é que meus pais (mesmo separados) e meu irmão, moram todos no mesmo bairro que minha vó morava. Não sei se são coincidências, mas tudo isso ajuda a construir essa relação com a cidade Campo Mourão, mas, principalmente, com aquele bairro, no qual toda vez que vou até lá, parece que vou chegar e encontrar minha vó, embora ela não esteja mais lá, e a sua casinha tenha mudado tanto.

Assim, tantos lugares dessa cidade parecem contar histórias, cada pessoa tem a sua, a da sua família. A minha tem gosto de saudade, mas ao mesmo tempo de alegria. Campo Mourão traz essas lembranças, mas também traz conforto, traz encontros e sempre novas experiências.

(Frida Kahlo)

A CIDADE E O PATINETE

O objeto de que me lembro mais sobre essa relação com a cidade é o patinete do meu primo mais velho. Ele deixou na casa da minha vó, e era com ele que eu passeava pela cidade, muitas vezes usei ele na companhia dela, ouvindo broncas por andar muito rápido, ou por atravessar a rua com descuido. Ia até a casa das minhas tias, ou ficava na rua com as outras crianças brincando, apostando corrida. Novamente penso na cidade de Campo Mourão, mesmo que partindo de um objeto, para pensar nas relações que constitui aqui, da família e dos amigos, e certamente quando eu olho para esse objeto que está guardado na casa de uma tia hoje, eu me lembro das experiências com todas essas pessoas. Tenho lembranças de momentos e acontecimentos que ficam guardados tanto tempo, mas sempre que olho para esse patinete essas lembranças despertam. [...] esse objeto me lembra inúmeras situações relacionadas a cidade de Campo Mourão, a minha família e amigos, que vez ou outra revivem na memória.

(Frida Kahlo)

ITINERANTE OU PERAMBULANDO EM CAMPO MOURÃO

Nasci na tríplice fronteira de Brasil/Paraguai/Argentina, na cidade de Foz do Iguaçu. Até os 28 anos de idade minha vida se resumiu a uma itinerância permanente, morando em Foz (até os 11 anos de idade), Pirassununga (interior de São Paulo, até os 15 anos), Foz do Iguaçu novamente (dos 15 aos 17), Marechal Cândido Rondon (onde fui estudar no Curso de História

da UNIOESTE), e ali permaneci entre 1998 a 2004, registrando também o início da minha atividade docente (fui professor temporário do curso de História da UNIOESTE entre 2002 até o início de 2004). Em 2004 passei alguns meses em São Paulo (capital), retornando a Foz do Iguaçu nesse mesmo ano, enquanto produzia minha pesquisa de Mestrado. Nos dois anos seguintes (2005 e 2006), fiquei “perambulando” entre Marechal Cândido Rondon (onde possuía uma namorada e realizava contatos acadêmicos), São Paulo e Foz. Voltei definitivamente a Marechal Cândido Rondon em 2006, novamente para atuar como professor temporário no Curso de História, e ali permaneci até meados de 2008, quando fui aprovado no concurso da UTFPR, sendo contratado em outubro daquele ano. Desde então, fixei residência e permaneço nessa cidade. O interessante é que na verdade, nunca imaginei viver em Campo Mourão, e sequer passado por aqui. A circunstância da aprovação no concurso público na UTFPR, acreditei se tratar de apenas mais uma “fase” de itinerância, mas, desde então, me afeiçoei com a cidade e as pessoas daqui, criei novos amigos e algumas raízes, trabalhando como professor com alunos de vários níveis de ensino, sendo eles: adolescentes (curso Técnico Integrado em Informática da UTFPR); jovens (estudantes dos cursos de graduação da UTFPR, sendo a maioria na área das engenharias); e ainda na formação de professores (especialização em PROEJA) muitos dos quais já contando com bastante experiência em sala de aula e prestes a aposentadoria.

(Belchior)

MINHA IDENTIFICAÇÃO COM A CIDADE

Nada em específico, dado que quando cheguei a cidade, meu “enxoval” pessoal e profissional (formação acadêmica, idade, objetivos) já estavam bem definidos e ainda conheci minha atual esposa quando ela residia em outro Estado da federação (Minas Gerais), razão pela qual parte do namoro se deu à distância, ou visitando lugares significativos para ambos em Minas Gerais, e/ou aqui no Paraná (sobretudo Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon). Minha “identificação” com a cidade ocorreu apenas após meu casamento (2011) e a mudança de minha atual esposa para o Paraná, pois ela efetivamente se afeiçoou ao lugar, e apenas desde então é que passei a entender que possivelmente criaria algumas raízes por aqui. Apesar de existirem poucos locais ou símbolos da cidade com os quais eu efetivamente me identifico, posso dizer que algumas coisas existentes por aqui se tornaram parte da construção da minha identidade enquanto “casal”, sendo eles: o parque municipal (onde existe o lago); as feiras livres de produtos e alimentos, que ocorrem de forma itinerante (um bairro da cidade a cada dia da semana), onde costumamos frequentar para encontrar conhecidos, comer algo e observar o movimento; a praça da Catedral (Praça São José), na qual algumas vezes me sentei para observar a tarde e tomar chimarrão; e alguns bares e locais populares da cidade (especialmente aqueles próximos à FECILCAM), onde eventualmente vamos de “casalzinho” tomar uma cerveja e petiscar ou comer espetinhos. Esses locais e hábitos passaram a narrar a nossa trajetória aqui nesta cidade, construindo em mim uma identidade como “cidadão mourãoense” dado que, como citei anteriormente, até meu casamento, eu não me via morando nesta cidade mais do que alguns anos.

Importante mencionar também que temos uma identificação e algumas estórias envolvendo eventos culturais ocorridos em locais de cultura da cidade, como shows ao ar livre na praça São José e peças teatrais no Teatro Municipal. [...]

(Belchior)

TENRA INFÂNCIA

Minha cidade natal é Roncador, município vizinho de Campo Mourão a 90Km. No entanto, tenho parentes que sempre fixaram residência em Campo Mourão. Desde a minha tenra infância vinha com minha mãe a essa cidade visitá-los. Sempre me fascinou essa cidade, a estação rodoviária antiga próxima ao Colégio Vicentino Santa Cruz, onde existia um vendedor de pipocas que tinha uma máquina de estourá-la, que junto com as pipocas tinha umas bolinhas brancas ficava girando de um lado para o outro.

Meus parentes moravam próximo ao bosque municipal, achava aquilo o máximo e sempre brincava naquele local.

(Da Vinci)

ÉPOCA DE CRIANÇA

O chafariz da praça Getúlio Vargas e a antiga estação rodoviária que atualmente é o prédio da Biblioteca Municipal, tem grandes significados ao meu desenvolvimento social, desde a infância até atualmente. Esses lugares quando os visito me trazem lembranças felizes da época de criança.

(Da Vinci)

MINHA RELAÇÃO COM CAMPO MOURÃO

Minha relação com Campo Mourão começa já na vida adulta, com 24 anos, quando vim para cidade fazer vestibular na então conhecida, nesse período, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Porém, toda a minha história geográfica/ arquitetônica/ patrimonial esteve ligada muito ao universo da educação e cultura. A minha relação com esses espaços concretizou-se, em sua maioria, com atividades culturais, eventos artísticos científicos e de manifestações em defesa da educação. Deu-se também, com maior intensidade no espaço da Universidade, do Teatro Municipal, da Casa da Cultura, na Praça da igreja Matriz, e no espaço da Biblioteca Municipal.

(Paulo Autran)

CASA DA CULTURA

Eu diria que não especificamente um objeto, mas os espaços da Casa da Cultura principalmente quando a Casa da Cultura abrigava a Biblioteca Municipal Professor Egydio Martello e o espaço do CAT – Centro de Ação Teatral. Nesse período, nesses espaços construí grandes vínculos de amizade, de realização de trabalhos, pesquisas e projetos culturais e artísticos.

(Paulo Autran)

CAMPO MOURÃO NO MAPA

Fiquei sabendo da existência de Campo Mourão por volta de 1984, quando localizava num mapa diversos municípios do estado. Lembro que imaginei ser muito longe de Pitanga. Meu encontro com a cidade aconteceu em 2007, quando trabalhava em São Miguel do Iguçu e o ônibus que fazia o trajeto Maringá a Foz do Iguçu parava para embarque e desembarque de passageiros. Posteriormente, fiz teste seletivo para a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e concurso para professora na Educação Básica. Me mudei para a cidade em 2009 e assumi o concurso no Colégio Estadual Prefeito Antônio de Oliveira, onde permaneço até o momento. Aqui EM CAMPO MOURÃO me desenvolvi profissionalmente e criei vínculos afetivos. A escola onde trabalho é um espaço de formação cotidiana e, com certeza é, para mim, um “patrimônio” por excelência, de aprendizado, convivência, sociabilidades, acontecimentos formativos formais e informais.

(Lua Mee)

O COLÉGIO ONDE TRABALHO

Não consigo especificar um objeto em especial, mas sim espaços. Conforme já mencionei, o colégio onde trabalho é, para mim, a parte mais importante de Campo Mourão. É o lugar onde passo mais tempo (40 horas SEMANAIS) e onde estão a maior parte das minhas relações. O segundo lugar é o passeio/ciclovía da Avenida John Kennedy, onde faço caminhadas e é caminho da escola. O terceiro lugar é O TERMINAL rodoviário, que frequentei com regularidade por muito tempo, e ainda eventualmente frequento (ressalvas para o período de pandemia) TOMANDO ÔNIBUS para visitar familiares, uma vez que não tenho nenhum parente na cidade. O quarto lugar é o bosque Parque do Lago/Joaquim Teodoro de Oliveira com SUAS capivaras e onde desenvolvemos as atividades do projeto Cooperativa do Livro e também aprecio fazer caminhadas (ressalvas para o período de pandemia). O quinto lugar são as feiras de produtores na praça da igreja Caravaggio e Urupês (ressalvas para o período de pandemia). Vivo a cidade de Campo Mourão na dimensão do bairro uma vez que frequento pouco o centro. Os lugares mais significativos e de referência afetiva estão, para mim, na periferia, fora talvez, dos lugares estabelecidos oficialmente como catedral, praça, chafariz, museu e outros.

(Lua Mee)

MORAVA NO INTERIOR, MAS NÃO NUMA CIDADEZINHA...

Tenho trinta e três anos [...] sou de Minas Gerais. Nasci e morei toda a minha vida na cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte. Cursei a faculdade de História e, no ano de 2008, conheci meu futuro esposo num congresso da nossa área no estado do Espírito Santo. Namoramos à distância por três anos e nos casamos lá em Minas Gerais no final de julho de 2011, data em que me mudei para cá. Meu esposo já era concursado aqui na cidade e por esse motivo nos instalamos aqui. Quando cheguei aqui para morar, só tinha vindo três vezes na cidade... Fiquei surpresa com a limpeza e o capricho dos canteiros de flores do centro. Tudo tão limpinho, não se via um lixinho no chão, foi inevitável a comparação com minha cidade natal, tão diferente. Eu estava vindo de uma cidade grande, com mais de 230 mil

habitantes e, de repente, um coreto no meio de uma praça, um chafariz na porta de uma igreja, parecia que eu estava numa cidadezinha do interior. Sim, eu agora morava no interior, mas não numa cidadezinha... Aos poucos eu fui conhecendo a dinâmica da cidade e descobri que, apesar de ser considerada uma cidade média, Campo Mourão era a principal cidade da COMCAM, polo da saúde da região, por exemplo. Muitos moradores de cidades vizinhas vêm pra cá realizar hemodiálise, quimioterapia, entre vários tratamentos de saúde. Aqui também fica a sede do Núcleo Regional de Educação. Conta com uma Universidade Federal, a UTFPR, uma Universidade Estadual, a Unespar e alguns Centros Universitários particulares. A cidade também conta com um número significativo de representantes na área política, tem dois deputados estaduais e um deputado federal. Sedia a principal cooperativa da América Latina, a COAMO. Apesar dos índices crescentes de criminalidade, ainda é uma cidade segura, com poucos homicídios e poucas ocorrências graves. Têm alguns parques, pistas de caminhada, parquinhos e quadras esportivas, todos gratuitos. Considero uma cidade com uma boa qualidade de vida, por todos os fatores mencionados acima. É uma cidade bem desenvolvida e com muito potencial.

(Frida)

AMOR À PRIMEIRA VISTA

No que diz respeito à minha relação com a cidade, eu acho que foi amor à primeira vista, quando eu pisei aqui pela primeira vez, desembarquei na rodoviária, eu já achei tão legal uma cidade que ainda tinha rodoviária, já que Santa Luzia não tinha. Nos dias seguintes, na condição de turista, fui conhecendo os pontos turísticos da cidade: o parque do lago, o teatro, a universidade federal, a catedral, o santuário, as feiras do produtor. Foi uma questão de tempo, pouquíssimo tempo aliás, até eu me acostumar com o estilo de vida do povo daqui. Apesar de ser “uma de fora”, eu me sinto como “uma daqui”. Eu amo essa cidade e, pensa numa pessoa que fica brava quando alguém vem falar mal daqui pra mim ou perto de mim. Quando alguns amigos começam a falar que “bom é Maringá!”, “Campo Mourão não tem nada!”, “Não sei como as pessoas conseguem gostar disso aqui”, eu me pego defendendo Campo Mourão e fazendo uso de vários argumentos para convencê-los de que aqui é bom, muito bom. Fico me perguntando do que mais essas pessoas precisam, o que mais elas querem? Por que elas não são felizes aqui? Eu estou muito satisfeita com os laços e as raízes que criei aqui, não enxergo essa cidade somente como um trampolim para novos desafios, aqui é a cidade que eu comecei a construir minha família e, quiçá eu possa passar uma boa parte da vida aqui, serei uma pessoa bem grata por isso.

(Frida)

2.3 Diálogos do pesquisador com as mônadas

Nas mônadas fui compreender as questões que eu havia apresentado no decorrer da pesquisa e estavam explícitas nos “Percurso Dialógicos”. Destacamos algumas preocupações do primeiro percurso dialógico: Como os professores se relacionam com/na cidade de Campo Mourão? Que experiências são narradas pelos professores na cidade Campo Mourão? Quais as questões mais latentes em cada mônada?

As mônadas das histórias de vida dos professores na relação com a cidade de Campo Mourão possibilitam vê-los “reconstituírem-se enquanto sujeitos e reconstituir também sua cultura, seu tempo, sua história, re-inventando a dialogicidade [...] ouvir o que até então não pôde ser expresso ou escutado, transformando as sobras, dobras, as franjas, em objeto de investigação significa levar em conta o que vem sendo tratado como lixo” da história (KRAMMER, 1998, p. 23).

É importante dizer que essas mônadas não foram lidas apartadas dos sujeitos, mas na relação com suas vidas, como sujeitos históricos inseridos num dado tempo e espaço (GALZERAN, 2008).

Em uma leitura monadológica não percebo uma visão única da cidade, mas leituras plurais atravessadas por nuances, tensões e contradições sociais expressas nas singularidades de cada experiência narrada. Para a historiadora Célia Rocha Calvo (2001), “trazer para o foco estes viveres tem implicado refletir o processo de transformação das cidades, isto é, nos espaços que se forjavam nas relações conflituosas e tensas entre diferentes modos de viver e de fazer-se na cidade.”

Vale destacar que tais leituras não foram concebidas em uma perspectiva dicotômica, mas em imagens amalgamadas das experiências vividas pelos professores. Alguns elementos são mais evidentes como aqueles relativos ao tempo, às relações sociais na interface com a paisagem urbana, o progresso, as resistências, os vínculos afetivos e os passados nostálgicos (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 2007).

Ao rememorem a sua chegada à Campo Mourão, identificamos que apenas Alberto nasceu na cidade e desde criança está enraizado nesse espaço. Os outros contam sobre os seus deslocamentos de outras cidades brasileiras como Luiziana, Bourbonônia, Marechal Candido Rondon, Roncador, Pitanga, todas do interior do estado do Paraná, Iguatu – Ceará, Santa Luzia- Minas Gerais – MG para a Cidade de Campo Mourão, em diferentes tempos: décadas de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020.

Foram capturadas imagens relativas às questões singulares da cidade de Campo Mourão como na mônada **Eu acho que foi amor à primeira vista, Minha identificação com a cidade e O colégio onde trabalho**, em que os professores contam sobre as feiras livres como um costume dos moradores da cidade, outras ligadas às dimensões espaço-temporais nacionais e globais como a ideia de progresso e modernidade.

Nas mônadas **Época de criança, Morava no interior, mas não numa cidadezinha, Campo Mourão sempre foi um evento, Casa de minha vó, Minha relação com Campo Mourão, Casa da cultura e Tenra infância**, configuram-se memórias relacionadas a diferentes paisagens da cidade, principalmente àquelas mais visíveis, como o teatro, a praça, a igreja, o chafariz, o lago, o bosque, o colégio e o museu, entre outras.

Mas, também foram flagrados lugares invisíveis/esquecidos da cidade como as periferias lembradas pela professora Lua Mee em **O colégio onde trabalho**, como uma referência afetiva, e em **Memória: fugaz e misteriosa**, o professor Alberto conta do bairro popular em que habita.

Na mônada **Lugar Nenhum**, sobressaem os sujeitos esquecidos pelas autoridades que estão nos espaços públicos da cidade. Eles foram lembrados com as “mãos sujas e calejadas, com seus cobertores da noite fria” que chegava e faziam da “praça, da catedral, até mesmo do museu, seus abrigos”. Percebo que a exclusão social ainda no passado e no presente são práticas que permanecem no tempo e no espaço.

Destaca-se também o olhar crítico em relação a cidade em **Memória: fugaz e misteriosa e Morava no interior, mas não numa cidadezinha**, ao contar dos índices de violência e criminalidade na cidade. Flagro nessas mônadas “uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo. Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. [...] os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Outras imagens da cidade são reveladas, a partir de imagens de encantamento como as mônadas **Tenra Infância**, em que Da Vinci lembra-se da cidade com certo fascínio, especialmente a estação rodoviária antiga e o vendedor de pipocas com sua “mágica” máquina.

Na mônada **Casa da minha vó**, em várias experiências urbanas, a professora Frida Kahlo deixa perceptível que Campo Mourão sofreu com os problemas do progresso, desde mudanças ambientais naturais como a derrubada de árvores, o lago (mangue) rodeado de árvores, e transformações urbanas ligadas ao asfalto e a construções de prédios. A cidade iniciava timidamente o seu processo de descaracterização da paisagem e “suportes de memórias vários se desfazem, dando lugar a uma estética urbana inspirada numa concepção de orientação modernista” (HADLER, 2018, p. 77).

Da mesma maneira, a imagem da cidade em outros tempos é contrastada com a percepção de uma cidade que se transformou e se transforma no tempo, em seus deslocamentos

no espaço, por meio de transportes públicos urbanos como **em Casa de minha vó e Lugar nenhum**. Embora ainda seja possível andar pelas ruas de Campo Mourão a pé e devagar, tendo em vista que ela não é uma cidade frenética como as grandes metrópoles brasileiras, muitas pessoas utilizam-se dos meios de locomoção tanto o automóvel e/ou ônibus para acompanhar o ritmo do trabalho (BENJAMIN, 2007). Lembramos de Thompson (1988), quando destaca que não existe desenvolvimento econômico sem mudanças culturais.

A acepção de progresso salta nas mônadas **Itinerante ou/Perambulando em Campo Mourão, Minha relação com Campo Mourão, Tenra Infância, No Mapa a existência de Campo Mourão e Minha relação com Campo Mourão** quando os professores destacam a busca de trabalho na cidade de Campo Mourão. Sobressai a ideia do lugar promissor como a “terra prometida” (trabalho, prosperidade).

As imagens de uma cidade promissora e encantadora, escamoteiam, muitas vezes, a existência de importantes problemas sociais no passado e no presente. Na mônada **Memória: fugaz e misteriosa**, o professor Alberto Caeiro enxerga a cidade ambivalente: “as ruas da sua cidade, escondem belezas e feras transeuntes que a consciência adulta ainda teima em guardar. Ao deixar vagar distante e ofuscada pela luz da sirene policial aos tambores do revólver do progresso, e do desejo de abraçar em segurança uma manhã de paz”.

Pude perceber nas leituras das mônadas que, na modernidade capitalista, a noção de tempo modifica-se radicalmente, bem como a acepção de experiência na e com a cidade, mesmo em uma cidade do interior do estado do Paraná. É na mônada **Casa da minha vó** que a professora Frida Kahlo, rememora as brincadeiras nas ruas, nos quintais das casas de sua família, o tempo de conversa e interação social com os avós e familiares, quando o tempo não era sinônimo de trabalho, mas de convívio social (THOMPSON 1988). É possível entender o quanto a professora se constituía nessas práticas culturais coletivas, mas, no presente, esse tempo vem esvaindo-se com o avanço das relações de produção capitalista na modernidade, sintoma presente não apenas nas grandes metrópoles europeias, como Paris ou nos grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Outros hábitos foram sendo embotados com a modernidade capitalista flagrado em **Era o dia**, pela professora Ana Terra, ao rememorar o tempo de infância, recordando as dimensões da sua casa e de suas brincadeiras com a boneca, ela destaca que hoje é algo raro, devido à predominância dos recursos tecnológicos na vida das crianças. O professor Da Vinci, em **Tenra Infância**, contou que passava os fins de semana na casa de seus tios que moravam próximo ao

bosque municipal, brincando nesse espaço coletivo da cidade. O que foi feito de tudo isso? Como vem se diluindo essas experiências coletivas? O tempo passa a ser entrecortado por vários obstáculos e o tempo da conversa e partilha com os familiares reduzem?

É nítido o esfacelamento das relações interpessoais, temporais-espaciais mesmo em cidades interioranas, à medida que percebemos que brincadeiras coletivas em espaços públicos na cidade bem como a integração social vão sendo minados por uma sociedade marcada pelas relações de produção capitalista na modernidade (SENNET, 2002; BENJAMIN, 1985; 2007).

Vivemos em um tempo de esfacelamento das experiências coletivas marcado pela mesmice e pelo efêmero. Um tempo que repete os fatos (o novo, mas o sempre igual) como um carrossel de feitos históricos ditos como “verdade” absoluta. Que tempo é esse que nos é apresentado, no qual nossas sensações acerca da realidade não passam de percursos vazios de experiências significativas? (BENJAMIN, 1985; 2007)

Em várias mônadas esse tempo é marcado por práticas mercantis, inclusive muitas das relações sociais na cidade de Campo Mourão ancoram-se em uma visão de progresso e aparecem de formas diferentes. Na mônada **Chegamos a Campo Mourão**, emerge uma cidade relacionada às circulações de mercadorias, às relações financeiras e um lugar de negócio. Configuram-se elementos de práticas sociais vinculadas às econômicas. Em **Campo Mourão sempre foi um evento**, será que a ideia de pertencimento da professora perpassa a relação com a cidade de maneira mercantilizada, seduzida pelos desejos de compras? Importante perceber o quanto esses valores econômicos, o fetiche da mercadoria educa as sensibilidades (GAY, 1989) das pessoas, alterando os comportamentos e as práticas socioculturais (BENJAMIN, 2007). A mercadoria seduz de tal maneira, que não permite as pessoas perceberem “as condições de sua produção, [...] o mercado age cooptando sonhos e transformando-os em mercadoria. Assim, a mercadoria carrega sonhos, ao mesmo tempo que faz sonhar, porque seduz, envolve no sonho coletivo do consumo do desejo” (CUNHA, 2016, p. 68).

O professor Alberto, na mônada **Memória fugaz e misteriosa**, narra que muitas das suas experiências urbanas foram se perdendo também por conta da dominação mercantil e das relações de produção vivida na cidade. Ele tenta inventar outro tempo e promover pequenas rupturas em relação a prisão que sente em sua rotina como proletário e é no espaço da catedral, da praça e da biblioteca que encontra abrigo para ler e reinventar um outro modo de se relacionar com o tempo, não aquele mecanizado, homogêneo e sem sentido. (BENJAMIN, 1985; 2007, THOMPSON, 1981). Será que o professor fala do tempo *kairós*? O professor Alberto resiste a

esse tempo sinônimo de trabalho controlado pelo outro. Ele resiste à imposição do tempo-relógio-trabalho e investe em um “outro” tempo que o aproxima de práticas culturais inventivas como ler sentado em um espaço público” (THOMPSON, 1981). Ou, muitas vezes, ainda dentro do transporte público, o professor encontra brechas para debruçar o olhar na leitura da revista Lugar Nenhum. Uma produção que fala da “Londres *“de baixo”*”, dos moradores de rua, ciganos e desaparecidos, expulsos pela indiferença das pessoas da Londres. Pensei se apenas em Londres encontramos essa realidade ou o professor Alberto vive também em Campo Mourão?

Embora a visão de progresso perpassa várias mônadas, não podemos esgotar ou encerrar as relações dos professores com a cidade a partir dessas imagens mercadológicas, pois percebo diferentes visões para uma mesma realidade local. As diferenças nas maneiras dos professores pensarem, sentirem e se relacionarem com a cidade expressam as suas relações de cunho político, econômico, social e cultural que nos permite compreender de onde provém essas visões de mundo.

Nesse sentido, questiono: Até que ponto as mônadas revelam que os professores estão apenas enredados pela lógica do consumo, pelo fetiche da mercadoria em uma sociedade marcada pelo avanço das relações de produção capitalista na modernidade? Não são sujeitos (professores) de carne e osso, que estão em busca de trabalho para própria sobrevivência e que, ao transitar pela cidade, não se cansam de evocar memórias que remetem a aquilo que há de mais vivo na sua existência humana?

É o que leio nas mônadas **Campo Mourão no Mapa, Minha relação com Campo Mourão, Itinerante ou Perambulando e Minha identificação com a cidade, Casa da cultura e Eu acho que foi amor à primeira vista**. Os professores nos convidam para ampliar as visões de mundo ao contar sobre as raízes que foram criadas com a cidade após a conquista do trabalho. Enraízam-se na cidade, criam laços afetivos com o lugar e ancoram nas relações sociais que constroem nos espaços públicos e com diferentes pessoas da localidade.

Essa construção da identidade é essencial para entender quem somos, como nos vemos e porque nos identificamos com determinados grupos sociais, os quais nem sempre correspondem as nossas origens sociais. Nós, enquanto sujeitos históricos, atribuímos sentidos, criando e recriando a identidade no diálogo com o outro. Lembramos ainda que as identidades são “sistemas” de representações que permitem a construção do “eu” na relação com o outro, ressaltando semelhanças e diferenças. Por fim, podemos salientar que as identidades são uma

construção histórica, não se formando de forma absoluta e nem tão pouco isolada, sendo construída nas experiências de vida na cidade (SILVA, 2000).

Outros sentimentos de pertencimento com a cidade encontrei nas mônadas: **Memória: fugaz e misteriosa**, quando o professor Alberto olha para a catedral e para a praça e ressalta o desejo de cuidar desse espaço coletivo. Em **Minha relação com Campo Mourão**, o professor Paulo Autran conta que a sua relação com a cidade se dá a partir de diferentes práticas culturais como nos eventos artísticos, nas manifestações em defesa da educação, na Universidade, no Teatro Municipal, na Casa da Cultura, na Praça da igreja Matriz, e no espaço da Biblioteca Municipal. Já em **Minha Identificação com a cidade**, o professor Belchior narra que passou a se relacionar com a cidade após seu casamento, pois sua esposa, ao se mudar para Campo Mourão, construiu laços afetivos com a cidade e, por isso, os lugares que construíram seus vínculos mais diretos são aqueles frequentados por “casais”, sendo eles: o parque municipal (onde existe o lago), as feiras livres de produtores, a praça da Catedral e alguns bares e locais populares da cidade e nesses locais e nos hábitos cotidianos com e na cidade contribuíram para a construção da identidade como “cidadão mourãoense”. Em **Campo Mourão no Mapa**, a professora conta que se relaciona com a cidade a partir de vínculos afetivos em seu trabalho, especialmente na escola, que para ela é um lugar de “formação cotidiana, considerando-a como um “patrimônio” por excelência, de aprendizado, convivência, sociabilidades, acontecimentos formativos formais e informais”. Aqui, o patrimônio cultural está em “permanente constituição que, em sua incompletude, apresenta a potencialidade de sugerir aos participantes dessa trajetória que eles podem assumir sua condição de sujeitos participantes dessa história”. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento se nutre “das vinculações culturais que construímos nos lugares em que vivemos” (HADLER, 2012, p. 68-69).

Acreditando que outras leituras ainda são possíveis no diálogo com as mônadas, deixo o convite para o (a) leitor (a) ampliá-las na relação com as suas experiências vividas e acredito que outros encontros são potentes.

2.4 Mônadas escritas do segundo Percurso Dialógico

NOMES QUE PASSAM PELA JANELA DA CIRCULAR

Com propriedade, diria que dos patrimônios apresentados, o Museu Deolindo Mendes Pereira e a Praça Getúlio Vargas acarretam em mim uma relação mais sincera e memorável. Dos demais apresentados, de duas a uma: ou ainda não visitei, ou como distantes e não impelido pela cidade a conhecê-los, são infelizmente nomes *que passam pela janela da circular*, que carregam seu valor cultural e histórico para a cidade, mas não escorreram em mim sua essência. Com exceção do Carneiro do Buraco, que flexiona sua reprodução anual em eixos mais socioeconômicos, mas muito popular.

A Praça e o Museu são desonestos, pois são próximos, dividem a mesma avenida que percorria grande parte da minha vida. Ironias a parte, minha relação com ambos é muito própria da relação entre alguém que, ao lembrar do passado com a cidade, conseqüentemente traria consigo uma visita ao Museu, seja pelo colégio, seja pela curiosidade de um gato.

Mas o sentido contrapõe o adulto que percebe o discurso histórico imbuído nos objetos selecionados do museu, e a criança, que uma vez no passado se encantou com os pioneiros armados e desbravadores corajosos, aquilo que era cristalino, ao se questionar, fragmenta-se em busca de outras histórias, diferentes das dos vencedores. Como as das múltiplas identidades históricas que autônomas, senhores e senhoras de si mesmas, criam seus próprios espaços de memória e cultura, seja no artesanato de rua, seja na tradição oral, sujeitos que existem palpitantes do desejo de evidência.

(*Alberto Caeiro*)

MINHA RELAÇÃO COM CADA PATRIMÔNIO

Diante de todos estes espaços apresentados como patrimônios culturais de Campo Mourão, procurei refletir um pouco sobre minha relação com cada um deles.

O primeiro, o Paço Municipal, sempre me lembro, ao passar por ele, do meu tio avô já falecido que sempre contava sobre o ex-prefeito Milton Luiz Pereira. Toda vez que eu fazia perguntas a ele sobre Campo Mourão quando ele era jovem, ele lembrava do ex-prefeito e gostava de dizer como ele era simpático com todos dizia que ele tinha muitos afilhados e ao ir a pé para a prefeitura acabava chegando atrasado, pois, a todo momento tinha que parar para dar a benção a algum desses afilhados. Como já faz anos que esse tio faleceu, e eu gostava muito de visitá-lo, é muito comum lembrar dele quando passo por esse espaço, das suas histórias e dos cafés a tarde na sua companhia. É esse o tipo de relação que tenho com este local e não está vinculado as memórias da cidade de Campo Mourão, ou das gerações mais antigas.

A Cruz Histórica, a Capela, a Estação Aeroviária Teodoro Metchko e o Carneiro no Buraco, sejam talvez, os que eu não posso comentar, pois, de todos os que foram apresentados são os únicos que não tenho lembranças e nenhum tipo de relação. Minha família nunca comentou nada a respeito, nunca visitei os locais ou participei da festa do carneiro. Imagino que os dois últimos patrimônios, não tenho relações ou a minha família por ser, por exemplo, espaços ou festas que determinadas famílias podiam frequentar. Já a Cruz Histórica, acredito que como meus familiares e eu sempre moramos distantes desse local, ele não fez parte da nossa história.

Como Coreto Alberto Nogaroli e o Chafariz da praça eu já tenho algumas lembranças e já fiz passeios com os estudantes para esse local quando falávamos de patrimônios culturais. A

dificuldade que sentimos em trabalhar esses espaços com os estudantes, é que para eles são lugares que não tem muito sentido, não tem relação com suas histórias.

Esse é um espaço que eu gostava muito quando era criança, achava muito bonito o chafariz quando estava iluminado, sempre pedia para alguém me levar até lá à noite e já aproveitava para tomar sorvete. A minha relação com este espaço não tem nada a ver com a história dele e do motivo de sua construção ou preservação, mas sim com algumas memórias afetivas. Como já disse, eu gostava de visitar o local e tomar sorvete, quem me levava lá era a minha vó e um tio e sempre iam minhas primas. Sempre que tenho oportunidade de ir até lá, de passear pela praça, pela feira, eu fico um pouco nos banquinhos lembrando desses momentos, coisas que não fazemos mais devido as atividades do dia a dia. O tempo passa e nós não paramos mais para ouvir as histórias da nossa família, ou já perdemos essas pessoas.

Assim, esse local desperta essa memória afetiva, muito relacionada a família, a infância, o que difere muito das memórias que esse lugar deveria nos contar. Eu só aprendi sua história depois de adulta, e em nenhum momento imaginei que décadas atrás esse lugar fosse ponto de encontro de famílias e jovens devido as luzes na fonte, ou que fosse um espaço tão antigo na cidade. Acabamos desenvolvendo outros tipos de relações com esses patrimônios que se relacionam mais com nossas vidas, talvez seja esse o objetivo também. Mas a perda da memória em torno desses espaços acaba ocorrendo e percebo que para os jovens, nossos alunos, são lugares em que não desenvolvem nem uma relação afetiva e nem conhecem sua história. Se são patrimônios culturais da cidade, deveriam apresentar algum sentido para a população, mas a impressão é que esses lugares estão perdendo esse aspecto. Talvez se torne um patrimônio com outros tipos de relações, sofram mudanças ao longo do tempo. Mas, para mim, ele remete às memórias da infância e do tempo em que não precisávamos nos preocupar com as horas, com o trabalho ou estudos, quando as coisas aconteciam devagar, o sorvete era eterno e as histórias também.

O Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira também desperta essas memórias, mas não pelo espaço como um patrimônio cultural e sim pelos objetos que estão ali. Cada visita que fiz trouxeram memórias diferentes. Ao ver o fogão a lenha, o moedor de café, a máquina de costura, sempre lembro da casa dos meus avós que moram em outra cidade, mas que preservam costumes presentes em qualquer lugar, como usar ainda o fogão a lenha, assar o pão caseiro ali mesmo, torrar e moer o próprio café. São objetos que novamente associo à memória afetiva, que me faz lembrar da família, e de questionar também porque somente algumas famílias tiveram seus nomes preservados ali, enquanto tantas outras que já moravam na região há décadas não são lembradas. As memórias que surgem, não são, portanto, memórias que se referem propriamente ao museu, mas aos objetos que quando vistos fazem rememorar situações.

[...] Portanto, mais uma vez as memórias e a minha relação hoje com esse espaço estão muito voltadas para uma experiência muito mais com um patrimônio afetivo, devido aos significados que eu atribuo a ele, do que pela sua própria história. Como eu disse, parece que com o passar dos anos esses patrimônios vão mudando, vão sendo ressignificados, o museu, por exemplo, não é valorizado por ser um prédio antigo na cidade, mas pelos objetos que ele expõe e as relações que fazemos com esses objetos e a nossa própria história em Campo Mourão.

(Frida Kahlo)

AS PRAÇAS

As praças na história de qualquer cidade têm um significado muito importante, é o

centro daquele núcleo urbano. Circundam as praças o comércio, a vida cultural e o poder público. Penso que esses patrimônios culturais estão tão impregnados na nossa vida que muitas vezes passam despercebidos. No caso do chafariz quando ele está em funcionamento significa alguma festividade, final de ano, verão, lojas abertas até mais tarde, enfim, é o Natal que se aproxima.

(Clarice Lispector)

NADA RELEVANTE

Paço Municipal: Nada de relevante, exceto pelo fato de simbolizar um signo administrativo (poder executivo) no contexto municipal. Aliás, nem mesmo a arquitetura tem destaque, dado por se tratar de um prédio sem qualquer pretensão arquitetônica ou clássica, passando mesmo a imagem de uma construção feita única e exclusivamente para aquilo que ela se propõe a ser: funcional. Eventualmente, por força da circunstância, adentrei ao prédio para resolver algum problema e demanda administrativa, mas nada além disso.

Cruz Histórica e Capela: Nunca estive neste local. Porém, a julgar pela foto, e em que pese minha grande admiração pela arte católica, achei o local feio e mal concebido, pois passa a impressão de ser abafado e sem graça.

Estação Aeroviária Teodoro Metchko: À semelhança do Paço Municipal, o aeroporto é bastante funcional e parece atender ao que se propõe; mas nada além disso. Ainda, por se tratar de um local onde - pelo menos até recentemente - é utilizado para prática bastante elitizada de aviação (inacessível à maioria da população), o local é bastante indiferente para a maioria das pessoas, sendo difícil ouvir alguém se “orgulhar” ou fazer questão de levar um visitante para conhecer o local. Isso, sem considerar que, mesmo como aeroporto, fica muito aquém de aeroportos regionais consolidados, como os de Londrina e Maringá. A julgar pela foto, o local é igualmente sem graça e pouco tem para “atrair” visitantes, exceto aqueles que necessitam dele por ocasião dos serviços de aviação.

Coreto “Alberto Nogaroli” e Chafariz da Praça Getúlio Vargas: belíssimo conjunto arquitetônico, onde efetivamente as pessoas são instadas a visitar, conhecer e passear, especialmente no período natalino, quando ocorrem feiras de comida e atrações culturais e atividades lúdicas. A junção entre chafarizes e coretos dão sempre a impressão de se tratar de locais bucólicos, limpos e muito antigos, e não deixa de ser um “luxo” possuir estes elementos mesmo numa cidade não tão antiga, como Campo Mourão. Além disso, mais do que evocar passadismo e nostalgia “de cartão postal”, o local é efetivamente frequentado pelas pessoas dos mais diversos setores sociais e econômicos, sendo, portanto, um espaço de fruição do patrimônio e de apropriação, no qual se desenvolve uma interessante dinâmica econômica e social da cidade e da região.

Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira: embora a localização seja favorável (o prédio se situa em pleno centro da cidade) e o casarão efetivamente constitua uma construção antiga de inestimável valor histórico, constato que o museu jamais conseguiu se “entranhar” como um local de memória para a população local, em que pese ser o único museu da cidade. Não é fácil explicar as razões dessa indiferença, mas pode-se pensar que ele não cumpre sua missão de produzir um sentido identitário para a população local, dado que tanto a construção,

quanto o seu acervo, parecem dizer pouco para as identidades e vivências da maioria das pessoas que vivem na cidade. O acervo do local se assemelha a uma triste e empoeirada coleção guardada ao acaso e sem uniformidade, porque estão lá expostos sem um vínculo narrativo que os organize ou lhes dê sentido. É difícil pensar que em plena era de internet, objetos “velhos” expostos ao acaso desperte a curiosidade das gerações mais novas. Para os mais velhos, o local também diz pouco, por evocar apenas o retrato “In loco” de uma casa típica de agricultores do período de formação da cidade, a apenas 50 ou 60 anos atrás. E agricultores que, no limite, tampouco representam a história da grande maioria da população local, constituída majoritariamente por migrantes despossuídos e sem-terra, vindos para trabalhar braçalmente como “peões” nas frentes agrícolas existentes em abundância entre as décadas de 1960 e 70.

Carneiro no Buraco: Um típico caso de “invenção de tradições”, para mencionar o conceito desenvolvido pelo historiador britânico Eric Hobsbawm. A “celebração” constitui nada mais do que um evento gastronômico da cidade, cujo prato “típico” é impossível de ser preparado por qualquer morador da cidade; além disso, o preço geralmente cobrado por refeição (por volta de 40 reais) é inacessível para a maioria das pessoas da cidade e suas famílias. No limite, constitui apenas um evento gastronômico para arrecadar fundos para entidades assistenciais da cidade. Nada além disso. A discussão sobre patrimônio passa bem distante dali.

(Belchior)

ESCOVAMOS A HISTÓRIA A CONTRAPELO

Ao se indagar noções como *patrimônio histórico* e *tombamento*, a tendência é as pessoas recorram àqueles elementos “oficiais” tombados e/ou reconhecidos como tal pelos poderes locais, incluindo o poder público e as elites econômicas e políticas. Essa noção é reducionista e perigosa, pois não apenas exalta e celebra a memória e os bens culturais dos “vencedores” (para usar uma noção de Walter Benjamin), como também segrega, marginaliza e torna invisível outras formas de cultura, memória e vivências de trabalhadores e grupos historicamente marginalizados na cidade. Podemos citar, por exemplo, as companhias de Folia de Reis, existentes até pouco tempo na zona rural da cidade, e que foram marginalizadas pela própria igreja católica local. Nos anos 2000, Campo Mourão era uma referência no cenário do movimento hip-hop do Estado do Paraná. Porém, pelas próprias características deste tipo de arte popular de rua (feita muitas vezes no improviso, em locais públicos “não autorizados” ou recorrentemente visitados pela repressão policial, e muitas vezes de forma clandestina), ficaram poucos registros “materiais” desta arte na cidade, restando, no mais das vezes, apenas os próprios relatos de integrantes deste movimento que ainda estão por aqui. Estes são apenas alguns exemplos de formas de manifestação do patrimônio histórico e cultural que só pode ser acessado quando escovamos a história “a contrapelo”, para usar outra expressão de Benjamin. E ainda deixa claro o quão problemático é, nas discussões de memória e de patrimônio, pressupor que basta apenas “incluir” novos sujeitos, somando-os ao patrimônio (e à memória) oficial já existentes na cidade. Isso porque a existência de um, necessariamente, pressupõe o apagamento do outro.

(Belchior)

GERAÇÕES FUTURAS

A cultura de uma sociedade é construída através do tempo por várias gerações, os quais transmitem seus valores, crenças, culinária, conhecimentos, vestimenta, ou seja, seu modo de viver. É importante a preservação de todos esses traços culturais, pois eles representam toda a história de construção daquele local. O tombamento da praça Getúlio Vargas, do Coreto, Paço Municipal, demais monumentos e prédios é de extrema importância para mantê-los com sua estrutura original e, desse modo, contribuir com a história local, a qual irá contribuir para o conhecimento histórico das gerações futuras.

(Ana Terra)

CAMPO MOURÃO É UM BEM CULTURAL

Com a Cruz Histórica e Capela tenho pouco relacionamento, pois só a visitei uma vez em uma festa local, porém, achei um local de paz e harmonia, onde espiritualmente nos relacionamos com nós mesmos.

Na Estação Aeroviária Teodoro Metchko, desde criança quando visitava o parque de exposição onde ocorria a Expocampo, a festa de aniversário da cidade, a qual é vizinha do aeroporto do local e eu adorava ver as aeronaves pousarem e levantarem voos.

O Coreto “Alberto Nogaroli” e o Chafariz da Praça Getúlio Vargas são locais sagrados em relação às minhas doces lembranças da infância, onde até hoje quando os visito me fazem ligar a um passado que será eternamente lindo e maravilhoso da minha tenra idade.

O Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira é um local fascinante, pois eu, como professor de geografia, levo meus alunos para terem uma noção da mudança do espaço urbano de Campo Mourão, mostrando como eram os modos de vida das famílias pioneiras do município.

O Carneiro no Buraco me remete a década de 90. Quando surgiu esse prato, fiquei extasiado pela iguaria e até fiz em minha casa uma vez, e pensar como os inventores desse prato imaginaram para criá-lo.

O bosque municipal de Campo Mourão é um bem cultural que deveria ser mais valorizado pela administração pública além do Colégio Estadual da cidade e a Faculdade deveriam ser vistos com mais carinho no contexto histórico da cidade.

(Da Vinci)

OUTROS LUGARES

Meu relacionamento com os espaços “oficiais” é quase nulo, embora eu saiba da existência de cada um. Ao longo do tempo em que moro em Campo Mourão, outros lugares foram tendo mais significados para minha existência.

Merecem atenção especial as feiras nos diversos pontos da cidade, além da importância econômica para a cidade e para os produtores da agricultura familiar, as feiras são lugares de convivência e lazer. As praças dos bairros precisam também de atenção uma vez que é lá que acontece boa parte da interação das populações que moram nesses lugares.

(Lua Mee)

NÃO TENHO NENHUMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

O Paço municipal: não tenho nenhuma experiência pessoal com esse local, visto que lá abriga a prefeitura da cidade e eu nunca nem pisei lá, porque quem geralmente resolve assuntos ligados à burocracia, aqui em casa, é meu esposo. Até onde eu sei, lá fica o gabinete do prefeito, é de lá que ele despacha. Já acompanhei pela televisão local algumas passeatas e manifestações dos servidores municipais, cujo destino final era a prefeitura, então sei que lá também é um lugar de luta para o povo mourãoenses. Quando penso no Paço Municipal, só relaciono esse local com as palavras burocracia e protestos.

A capelinha do Santa Cruz somente passei em frente ao local algumas vezes, mas nunca entrei. Admiro a arquitetura do lugar que, mesmo bem pequenino, parece aconchegante. Todas as vezes que passei em frente estava fechada, não sei se é inviável manter uma equipe cuidando do lugar, abrindo e fechando todos os dias, o fato é que todas as vezes que passei em frente, nenhuma delas estava de portas abertas para a população.

O Aeroporto é um local extremamente elitizado, frequentado apenas por participantes de aeroclubes. Somente no final do ano passado começou a operar com voos comerciais, a preços altíssimos (se comparados com os outros aeroportos do estado). Sendo assim, nunca pisei nesse lugar e não sei se tão cedo pisarei... Para falar a verdade, nem lembro que ele faz parte do patrimônio histórico de Campo Mourão, nem o considero como tal.

O Coreto e o chafariz, esses lugares sim, muito têm a ver com minha história em Campo Mourão. Junto com a Biblioteca Municipal e a Catedral de São José, eles formam o complexo patrimonial mais visitado de Campo Mourão. É muito legal sentar em algum banco da praça e ficar observando as pessoas brincando com a água do chafariz e tirando foto. Já fui a vários encontros e palestras na biblioteca, já assisti missa na Catedral, adoro frequentar a Feira da Economia Criativa aos domingos na praça, já fui em vários shows ali naquele lugar e espero ansiosa por todo final de ano, para prestigiar a decoração natalina e os eventos relacionados a esse tema. Adoro passear de trenzinho e considero que ele tem a cara da cidade. É uma tradição que eu sempre sigo, todo dezembro, visitar a decoração natalina, comer comida das barraquinhas, assistir as apresentações do grupo Sou Arte e tirar foto, muitas fotos, da praça toda enfeitada e iluminada pelas luzes do Natal.

O Museu Municipal confesso que, mesmo sendo professora de História do Ensino Fundamental, nunca desenvolvi nenhum trabalho com os meus alunos, que eles tivessem que visitar o museu municipal. Acho o local um tanto quanto ultrapassado e a última vez que eu entrei lá, há mais de cinco anos, certamente não achei nada de muito interessante por lá. As exposições contam a história dos pioneiros e não tinha praticamente nada além disso lá dentro. [...]

O Carneiro no buraco, na minha humilde opinião, esse patrimônio é totalmente forjado. Não sei a história dele, quando e o porquê exatamente o carneiro foi escolhido como o prato típico da cidade de Campo Mourão. Não faz o mínimo sentido, porque a cidade não tem tradição na criação desse animal, muito pelo contrário, eles precisam comprar de fornecedores de outras cidades, quando chega a época do prato típico. No dia a dia, os mourãoenses não consomem essa carne, apenas um restaurante da cidade serve essa iguaria e, mesmo assim, com outra forma de preparo, churrasco, no caso. Não é uma carne encontrada facilmente nos supermercados e não agrada muito ao paladar do povo daqui. Gostaria muito de saber se em outras épocas o carneiro era abundante por essas bandas aqui, se era a principal carne na mesa do povo mourãoense.

Acho interessante o modo como é preparado, já tive a oportunidade de visitar o parque de exposições no dia anterior ao almoço do prato típico, ou seja, no dia da preparação. É bonito

de se ver aquele tanto de buraco com as fogueiras altas e os tachos cheios da iguaria. É colorido, é vibrante! A cerimônia que envolve essa tradição do Carneiro no Buraco chamada Guardiã do Fogo, geralmente encenada na abertura oficial da festa, também é muito bonita, muito bem ensaiada, envolve teatro, música, poesia e traz vários elementos da história da cidade, bem completa. Só não entendo o prato típico da cidade ser uma comida que as pessoas não comem com frequência, que é difícil de encontrar e muito cara para os padrões da cidade. Soa muito caricato para mim.

(Frida)

2.5 Mônadas visuais do segundo Percurso Dialógico

FOLIA DE REIS



Campo Mourão 10 de outubro de 2020

Companhias de Folia de Reis, em Campo Mourão existentes até pouco tempo atrás na zona rural da cidade.

Belchior

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL
MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA



PPGH

(Belchior)

A FEIRA



Campo Mourão 20 de setembro de 2020

A feira da economia criativa acontece todos os domingos, a partir das 9h na praça São José. É uma feira onde o próprio artista/produtor comercializa os seus produtos diretamente com os clientes, sem intermediários. Tem artesanato, plantas e comida

Frida

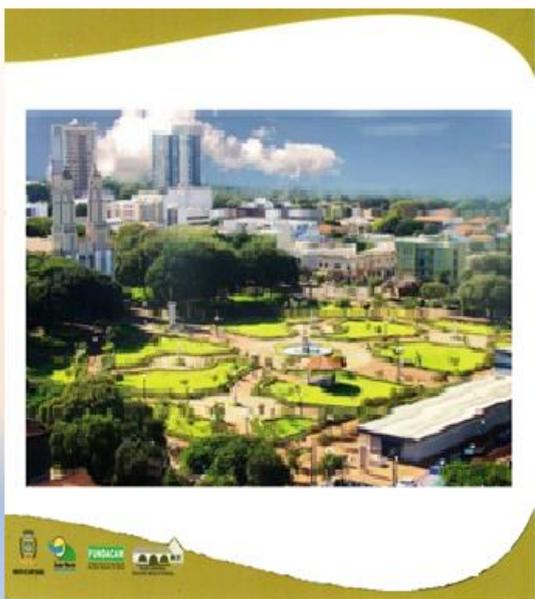
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL
MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA



PPGH

(Frida)

EXISTE O PULSAR DO SANGUE



Campo Mourão 17 de agosto de 2020

Coreto Alberto Nogaroli e praça Getúlio Vargas

" Aos passos vagarosos e descomprometidos, existe o pulsar do sangue de cada homem, mulher e criança que constituem a história de onde pisa"

Alberto Caeiro

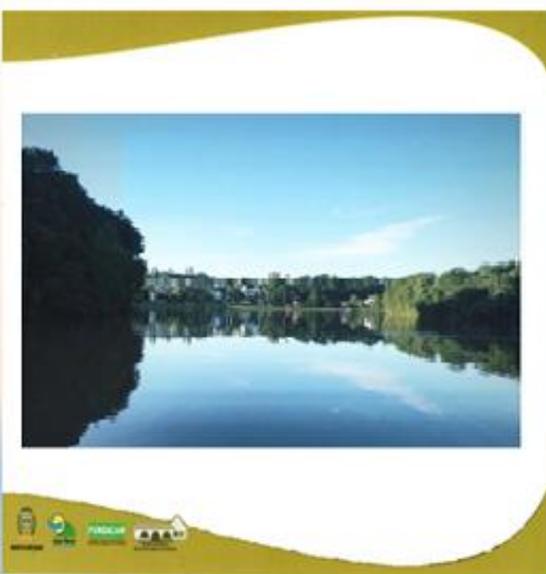
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL

MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA



(Alberto Caeiro)

PARQUE DO LAGO



Campo Mourão 14 de julho de 2020

Querida irmã Elis

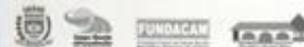
O parque do lago é um local familiar e tranquilo, excelente para se exercitar ao ar livre, muito bom para relaxar e observar a paisagem com a família.

Abraços.

Ana Terra

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL

MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA



(Ana Terra)

UM ESPAÇO MULTICULTURAL



Campo Mourão 13 de julho de 2020

Querida irmã Renata,

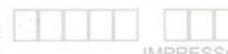
Esse é um período muito bonito aqui em Campo Mourão, a praça é um espaço multicultural com seus artistas de rua e sua culinária diversificada. Vale a pena conhecer.

Abraços

Clarice Lispector

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL

MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA



IMPRESSO

PPGH



(Clarice Lispector)

RUA E CASA DA MINHA VÓ



Campo Mourão 7 de agosto de 2020

Querida Gi

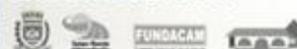
Quando vier nos visitar, gostaria de te levar para conhecer a rua da casa da minha vó e sua casinha onde ainda moram meus familiares. Essa casa e essa rua têm muitas histórias, memórias é um pedacinho da minha vida. De sua amiga Frida.

Para: Rua da Saudade, Jd Lembrança. Curitiba - Pr

Frida Kahlo

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL

MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA



IMPRESSO

PPGH



(Frida Kahlo)

DOCES LEMBRANÇAS



Campo Mourão 15 de agosto de 2020

São locais os quais retrata o fator histórico do desenvolvimento da área urbana de Campo Mourão. Além de me trazerem doces lembranças de minha infância.

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL

MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA

Da Vinci



IMPRESSO



(Da Vinci)

CIDADES DAS ARTES



Campo Mourão 15 de agosto de 2020

Teatro Municipal de Campo Mourão. Sejam bem vindos a cidade das artes.

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL

MUSEU MUNICIPAL
DEOLINDO MENDES PEREIRA

Paulo Autran



IMPRESSO



(Paulo Autran)

2.6 Dialogando com o segundo Percurso Dialógico

Que imagens de patrimônio cultural são desveladas nas mônadas escritas e visuais? Ao trabalhar com imagens monadológicas a partir da perspectiva de rememoração benjaminiana, o entrelaçamento dos tempos do presente e do passado, implica um retrabalho do presente, uma busca atenta de caminhos a serem percorridos no presente e, portanto, no futuro e nesta pesquisa no questionamento dos patrimônios culturais oficializados e as possibilidades de acolher outras imagens de patrimônios culturais no presente. (BENJAMIN, 2007).

Fiz um exercício de entender as relações entre presente e passado, passado e presente, entre passado, presente e futuro, entre o individual e o coletivo, entre racionalidade e sensibilidade, entre o voluntário e o involuntário presente nas imagens monadológicas. Essas relações são importantes para se pensar no papel ativo das memórias na constituição de concepções sobre “uma época, sobre objetos significativos desta época, nas possibilidades de contribuição da memória para as transformações socioculturais que se deseja nesta contemporaneidade, tão marcada pela precariedade de experiências e pelo esvaziamento da noção de sujeito”. (HADLER, 2007, p. 240).

Ao dialogar com as mônadas encontrei diferentes sentidos que os professores atribuíram aos patrimônios culturais da sua cidade, capturei leituras polissêmicas e polifônicas em que o patrimônio cultural pode ser assimilado, questionado, negado, endossado, preservado, valorizado, transmitido e vivido de diferentes maneiras. Procurei indícios de evidências daquilo que foi esquecido, apagado bem como as resistências.

Em uma leitura atenta das imagens monadológicas encontrei narrativas que desestabilizaram os meus sentidos de “certeza”, como na mônada **Nomes que passam pela janela da circular**, em que Alberto Caeiro, ao rememorar a sua história de vida na relação com a cidade, destaca as mazelas sociais como a falta de segurança, busca de melhores condições de moradias e as precárias condições sociais das regiões periféricas da cidade que se contrapõe com as “belezas” e riquezas que são encontradas na região central. A narrativa do professor traz uma cidade com contradições sociais, carregada de camadas de tempo (CAUQUELIN, 1982) e de memórias que convivem não harmoniosamente, mas em tensão, em conflito constante (THOMPSON, 1981). Alberto narra as relações afetivas com alguns patrimônios oficiais da cidade como o Museu Deolindo Mendes Pereira e a Praça Getúlio Vargas, ambos como parte

do itinerário urbano do seu cotidiano desde a infância. Os sentidos que ele atribui às escolhas do que considera como patrimônio cultural estão ligados aos valores afetivos (MENESES, 2002).

Em outras mônadas também foi possível perceber tais sentidos em **Não tenho nenhuma experiência pessoal**, em que a professora atribui valores afetivos ao coreto e ao chafariz da cidade, à Biblioteca Municipal, à Catedral de São José e à Feira da Economia Criativa. A professora Frida, embora não tenha nascido em Campo Mourão (veio de Belo Horizonte), ela conta na epígrafe da abertura deste capítulo que, após dez anos na cidade, sente-se pertencendo a ela, em suas palavras: “É como se eu tivesse ido todos os domingos, após a missa, durante a minha infância inteira, brincar naquele lugar. Mas como pode se eu nem passei a minha infância aqui e nem tinha chafariz na porta da igreja que eu ia lá em Minas”. Esses vínculos afetivos fortalecem o enraizamento do sujeito na cidade e é fundamental para o exercício da cidadania ativa (GALZERANI, 2008).

O valor afetivo aos patrimônios culturais como palco das experiências de vida (MENESES, 2012) é também encontrada na **Minha relação com cada patrimônio**. A professora Frida Kahlo conta que tem outras relações com os patrimônios culturais da cidade, que não necessariamente estão ligados à história local, mas muito relacionados com as experiências familiares e afetivas. A professora vai tateando em sua lembrança as suas lembranças na casa de sua avó, os passeios na sorveteria da praça e as idas ao chafariz. As memórias da professora Frida Kahlo tornam-se um inventário das memórias na cidade onde viveu experiências significativas na sua infância, vemos essas imagens na relação com o Paço Municipal 10 de Outubro, o coreto e o chafariz. Lembro de Benjamin que “tateia com suas lembranças as ruas, lugares públicos e privados de Berlim, avançando com os sentidos (tato, paladar, audição, visão e olfato) por/entre camadas de tempo” (CUNHA, 2016, p. 68). Na mônada visual **Rua e casa da vó**, a professora Frida Kahlo traz uma imagem dissonante daquela que é circulada nas cidades e nos cartões postais locais, a rua e a casa da sua vó, pois para a professora é um lugar que tem muitas histórias, memórias, é um pedacinho da sua vida.

Desvelam ainda sentidos afetivos com o coreto e o chafariz da praça na mônada visuais **Doces lembranças**, em que o professor Da Vinci destaca que, embora sejam patrimônios oficiais, devido ao seu sentido histórico para a cidade, mas os significados que atribui a eles estão ligados à sua infância.

Outras imagens de patrimônios culturais emergem nas mônadas **Campo Mourão é um bem cultural e Doces Lembranças**. Será que nessas mônadas os patrimônios culturais podem também ser lidos como casas de sonho, fantasmagorias da modernidade capitalista? Esse questionamento surge quando percebo algumas frases: “Um passado que será eternamente lindo e maravilhoso”; “Museu é um local fascinante”; “Fiquei extasiado pela iguaria”. Talvez possamos extrair expectativas de continuidade do presente com os seus posicionamentos idealizados, romantizados e saudosistas na sua relação com os patrimônios culturais e, ao mesmo tempo, sonhos não realizados no desenrolar da história urbana da cidade (BENJAMIN, 2007; HADLER, 2007)

Fios de memórias com sentimentos nostálgicos e de continuidade da história prevalecente da cidade de Campo Mourão vieram à tona nas mônadas **Campo Mourão é um bem cultural e Gerações futura**. Em um movimento reflexivo com tais mônadas, problematizo a ideia de continuidade e transmissão ligada à concepção do patrimônio como herança. Mas qual herança? Para quem essa Herança? Sob essa perspectiva, que sentidos de tempo e memória (re)alimentam a visão de patrimônio cultural como herança? Quando assumimos o patrimônio como herança/legado, qual o lugar ou a relação dos sujeitos no presente com os patrimônios culturais?

Retomando o pensamento da historiadora Júnia Sales Pereira e do historiador Ricardo Oriá, a ideia de patrimônio como herança/legado, como transmissão de algo para outra geração está muito ligada a uma noção de sujeito que apenas recebe a cultura material/imaterial e deverá apenas preservar, mas, muitas vezes, não se relacionam com ele. Por conta disso, os sujeitos não se enxergam na relação com o patrimônio, tornam-se apenas expectadores.

A historiadora Galzerani (2008) nos convida a uma relação com o patrimônio, não apenas como um ato de conservação, mas de apropriação, em uma dimensão cultural ampliada, de modo que possamos (re)criar os patrimônios a partir de “questões mobilizadoras situadas no presente, tais como a construção da cidadania participativa, da solidariedade social, de um “novo” nível de consciência coletiva, em torno de algo em comum (sua cidade)”. (GALZERANI, 2013, p. 97)

Foi possível capturar, nas imagens de patrimônio cultural, a praça como um lugar significativo nas experiências vividas pelos professores. A professora Clarice Lispector narra que as “praças na história de qualquer cidade têm um significado muito importante, é o centro daquele núcleo urbano. Circundam as praças o comércio, a vida cultural e o poder público.

Penso que esses patrimônios culturais estão tão impregnados na nossa vida que muitas vezes passam despercebidos”. O “chafariz quando ele está em funcionamento significa alguma festividade, final de ano, verão, lojas abertas até mais tarde, enfim é o Natal que se aproxima”. Muitas vezes não nos atentamos mais aos detalhes, os objetos e os costumes cotidianos, as coisas pequenas “passam despercebidas de tão familiares que são” (GAGNEBIN, 1992, p. 44). Por outro lado, acredito que essa sensação é muitas vezes estimulada pelos ritmos acelerados /frenéticos provocado pelo efeito do avanço das relações de produção capitalista na modernidade (BENJAMIN, 1985; THOMPSON, 1981).

Ainda nesta mônada **As praças**, outras leituras de patrimônio cultural emergem: Será que a visão da professora Clarice aproxima a praça e o chafariz como locais vinculados às práticas mercantis? Percebo nessa mônada imagens ambivalentes, embora as praças sejam espaços públicos e de práticas culturais também são lugares de consumo da mercadoria. Não podemos esquecer que as elites acabam construindo espetáculos com interesses econômicos em que os patrimônios culturais são consumidos como mercadoria pelo público visitante, especialmente, em Campo Mourão, nas datas festivas, como o Natal. Assim, parte da população local tem a “cultura como um domínio à parte na vida”. [...] São espaços, tempos e comportamentos desejáveis e prescritos, embora descontínuos e, em regra, excluídos do cotidiano e do universo do trabalho (...). (MENESES, 2012, p. 28). Ulpiano vai chamar de cultura-cólica, ou seja, a cultura dos produtos culturais, dos produtores, consumidores, dos mercados, entre outros. Nesse sentido, “ao invés de estabelecer uma interação das representações e das práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas. O simbólico substitui as condições concretas de produção e reprodução da vida” (MENESES, 2012, p. 29).

Outra imagem ambivalente do patrimônio cultural é trazida à tona na mônada visual **Um espaço multicultural**, quando Clarice Lispector não compreende a praça apenas em seus aspectos econômicos, mas numa dimensão cultural, como um patrimônio que acolhe o multiculturalismo pelas manifestações artísticas e a culinária diversificada. Ela destaca as práticas simbólicas em torno dos patrimônios que compõem a Praça Getúlio Vargas, no qual os sentidos atribuídos interferem nos usos práticos e vice-versa, nas dinâmicas sociais de invenção e construção deles, orientadas pelos interesses de quem as movem (MENESES, 2012).

Não só a professora Clarice Lispector, mas Lua Mee, Belchior e Frida, em suas mônadas, nos possibilitam compreender que a praça é um lugar plural, de (des)encontros, de

manifestações das práticas socioculturais da vida em comunidade, de intercâmbios de experiências, de circulação livre da palavra e dos corpos, na perspectiva benjaminiana é um espaço de partilha de experiências coletivas (BENJAMIN, 1985). Nas palavras do Belchior, a praça é um “espaço de fruição do patrimônio e de apropriação, onde se desenvolve uma interessante dinâmica econômica e social da cidade e da região”, frequentada pela maioria da população. Aqui o patrimônio cultural é integrado aos costumes e ao cotidiano (MENESES, 2012).

Ao flunar pelas mônadas, chamou a minha atenção o fato de que os professores atribuem sentidos diferentes para as praças da cidade (MENESES, 2012). Isso fica claro ao compreendermos que as experiências são singulares, polissêmicas e coletivas. No mesmo espaço coexistem diferentes sociabilidades, sujeitos e práticas culturais, marcado por tensões, confrontos das diferenças e disputas simbólicas, nesse caso, em torno do patrimônio cultural. (BENJAMIN, 1985; 2007; THOMPSON, 1981).

Sobressaem mônadas que questionam os patrimônios culturais e não estabelecem relação com muitos patrimônios culturais. Na mônada **Nomes que passam pela janela da circular**, Alberto, com a frase “não escorre em sua essência” alguns patrimônios culturais da cidade, amplia a reflexão olhando o espaço museológico com seu olhar de adulto, reelaborando seus sentidos. Para o professor, a história pública narrada pelo museu identifica-se com os vencedores e em uma leitura a contrapelo, o professor não esquece daqueles que estão invisíveis em Campo Mourão e podemos conhecê-los por meio da oralidade e em espaços coletivos da cidade, expondo seus artefatos culturais. Para ele, são pessoas que desejam ser vistas e ouvidas. Tece a crítica questionando por que esses sujeitos comuns não estão presentes no museu da cidade, apenas os pioneiros e a maioria da população permanecem relegada ao esquecimento.

Aproximando-se dessa leitura, o professor Belchior, na mônada **Nada Relevante**, vê o museu da cidade como um espaço que não contempla em seu acervo as memórias da maioria da população local, visto que ele não constrói laços identitários, já que o acervo e o prédio pouco têm a ver com as identidades locais e com as histórias da maioria das pessoas que vivem na cidade.

Agora eu pergunto: qual a função do museu da cidade como patrimônio cultural? Em diálogo com as ideias do historiador Ulpiano Meneses (1985, p. 197) o museu da cidade é um espaço que não deve ser um mistificador do passado e nem mesmo um diluidor das contradições

sociais. Para que seja considerado um “patrimônio cultural de todos os cidadãos deve conter tudo que seja significativo para a construção e a transformação da cidade”.

Embora fique indignado pelo fato do museu não acolher as memórias plurais da cidade, esse cenário faz parte de outras realidades brasileiras e internacionais. Sem desconsiderar essa problemática e para movimentar outros deslocamentos em torno da reflexão sobre o espaço museológico, questiono: é possível uma leitura pelas brechas do acervo museológico da cidade?

Ainda que não seja o interesse da pesquisa discutir a questão do museu, a professora Frida Kahlo pode oferecer algumas pistas quando narra que as suas memórias afetivas são despertadas ao se relacionar com os objetos que estão expostos no museu, objetos que disparam lembranças da sua infância na casa de sua avó. Assim, a professora traz à baila algumas brechas possíveis de fazer uma leitura a contrapelo dos objetos museológicos, à medida que compreendemos que esses “artefatos culturais do passado”, ainda estão presente no cotidiano de muitas famílias “[...] estilhaçando a visão de progresso, evidenciando que o que existe não é uma linearidade, mas uma complexa relação entre os tempos” (HADLER, 2018, p. 80)

Mesmo que Frida Kahlo em suas lembranças em **Minha relação com o patrimônio** questiona os objetos expostos no museu como pertencentes a algumas famílias da cidade, ainda assim, a professora promove leituras a contrapelo com o acervo museológico no diálogo com as suas experiências vividas. Em uma leitura mais atenta da mônada, compartilho com a professora de que com o passar dos anos os patrimônios culturais “vão mudando, sendo ressignificados, o museu, por exemplo, não é valorizado por ser um prédio antigo na cidade, mas pelos objetos que ele expõe e as relações que fazemos com esses objetos e a nossa própria história em Campo Mourão.” O foco não está no objeto museológico, mas nas relações que estabelecemos com eles, nos sentidos que atribuímos a partir das nossas experiências vividas e no entrecruzamento de tempos (BENJAMIN, 1985; MENESES, 2012).

Ainda buscando encontrar outras imagens de patrimônios culturais, foi possível perceber aquelas que são questionadoras e trazem práticas de resistências (THOMPSON, 1988), como a do Belchior na mônada **Nada Relevante**. O professor não estabelece vínculos de relacionamento com os patrimônios oficiais da cidade e com as dinâmicas de formação de subjetividades individuais e coletivas que se constroem na relação com os patrimônios culturais oficializados. Mas, o patrimônio cultural não precisa encontrar ressonância nas pessoas como condição de sua existência?

Entendo que é preciso fortalecer a relação entre o objeto patrimonializado e as dinâmicas socioculturais que o produziu, isto é, manter o vínculo entre o objeto significado e aquele que o significa. Longe está de ser um patrimônio se ele não tem sentido e/ou não está acessível às pessoas que habitam o local. Como nos lembra Ulpiano Meneses (2012), pode um patrimônio cultural ser ignorado pela população local?

O Carneiro no Buraco é um desses patrimônios que não é reconhecido pelos professores. A Frida, na mônada **Outros Lugares**, não entende esse prato típico como um patrimônio cultural da cidade, pois ele não apresenta características de uma comida do cotidiano dos mourãoenses: é um prato que não é consumido com frequência e, além disso, é difícil encontrar a criação de ovinos na região. Sem contar o preço caro desse prato para a maior parte da população local, o “patrimônio passa bem distante dali”, como lembrado pelo professor Belchior. Benjamin (1985) também se preocupava: qual o valor do patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós?

Será que o Carneiro no Buraco como festa regional busca aproximar da via da mercantilização, do consumismo e do turismo e não das experiências das pessoas da localidade em que ele surgiu? Entendo que a cultura como cortejo de despojos dos vencedores, produz apatia diante de um patrimônio que a população não se reconhece (BENJAMIN, 1985).

O professor Belchior aproxima-se das memórias de Frida sobre o Carneiro no Buraco e entende-o com um patrimônio cultural que faz parte de uma “invenção de tradições” (HOBSBAWN, 1990). Sabemos ainda que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas sim uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo [...] quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que se passa” (LE GOFF, 1996,p.69).

Portanto, a Festa Nacional do Carneiro no Buraco não se dá de maneira neutra e sim impregnada de uma escolha de uma determinada parcela da sociedade mourãoense, que compartilha a ideia de perpetuação de patrimônios de poucos. No entanto, Belchior ressalta que apenas “incluir” novos sujeitos, somando-os ao patrimônio (à memória) oficial já existentes na cidade não basta, isso porque a existência de um, necessariamente, pressupõe o apagamento do outro. Em diálogo com o professor e pensando na concepção benjaminiana de cultura e problematizando a reflexão, não seria uma

história “popular” da cultura tal como os partidos comunistas puderam exprimir em sua política cultural. A atitude revolucionária de Benjamin dirige-se a algo mais radical: a uma intervenção dialética cujos objetivos constituem-se na destruição do fetichismo burguês dos “tesouros culturais” e no

desvendamento do lado bárbaro escondido nas produções culturais; e a uma ruptura materialista da continuidade histórico-cultural, a fim de procurar “no passado a chama da esperança”, de encontrar momentos da cultura passada portadores de uma afinidade secreta com os perigos de hoje. (LOWY, 2010, p. 24).

Continuando ainda esse diálogo, Belchior preocupa-se com o apagamento e silenciamento das memórias dos moradores comuns na cidade de Campo Mourão. Aproximo-me desse incômodo do professor, pois acredito que estamos diante de um passado presente, em que a exclusão social se repete no tempo e no espaço. Ao ler a mônada “**Nada Relevante**” e “**Escovando a história a contrapelo**”, tive a sensação de receber um convite do professor a um posicionamento no presente, em busca de trazer à tona outras memórias, histórias, patrimônios e múltiplas temporalidades. Belchior rompe em sua narrativa com aquela história que continua a perpetuar-se nas mãos de uma determinada parcela da população e patrimônios culturais que representam uma minoria local e ainda outros que não são considerados patrimônios culturais pelos poderes locais (poder público e elites econômicas e políticas). Mais do que isso, entende como uma visão simplista e, ao mesmo tempo, perigosa esse tipo de história hegemônica, pois celebra a memória e a cultura dos vencedores, como nos lembra Walter Benjamin:

[...] se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participaram do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (1994, p. 225)

Aproximando-se das ideias de Benjamin, a tarefa do materialista histórico é a de “quebrar”, de explodir, de romper o fio conformista desse *continuum* da história da cultura. Como uma das alegorias benjaminianas, penso nas imagens dos desfiles/cortejos triunfais presente no museu da cidade, em que podemos ver prefeitos, famílias pioneiras e políticos em

plena glória como os únicos construtores da cidade em detrimento do trabalho da população indígena, afro-brasileira, mulheres e da população local formada de sujeitos comuns que contribuíram e contribuem na constituição da cidade. Esse seria um espaço como um documento de cultura, mas também de barbárie (BENJAMIN, 1985). Benjamin traz uma concepção dialética da cultura. Em vez de a cultura e a barbárie estarem colocadas como dois polos dicotômicos que se excluem mutuamente, ao contrário, ele os enxerga como uma unidade contraditória. A barbárie em relação aos patrimônios culturais de Campo Mourão não está apenas na natureza do edifício, mas também nas práticas socioculturais que elas continuam representando ou representaram.

Mesmo diante da barbárie, da história prevalecente da cultura, Benjamin acreditava que é possível “escovar a história *contrapelo*”. Como fazer isso? Ele nos convida a acolher a cultura dos vencidos, a tradição cultural dos oprimidos, a cultura popular ignorada pela cultura da elite. O professor Belchior oferece algumas pistas para esse percurso em sua mônada **Escovar a História a contrapelo**, especialmente, ao acolher a **Folia de Reis e o Hip-Hop** como seus patrimônios culturais. É possível perceber que as barbáries em relação ao descaso das práticas culturais populares não são apenas algo que passou, mas que permanecem no tempo e no espaço (BENJAMIN, 1985; 2007). Num trabalho dessa natureza que construímos com os professores buscamos justamente resistir aos apagamentos e esquecimentos de outras possíveis relações sociais na cidade de Campo Mourão e acolher outros patrimônios culturais que fazem sentido para as pessoas.

Ainda percebo que a mônada visual **Folia de reis** suspende o tempo cronológico ao mergulhar no mundo das culturas populares expressa pela Folia de Reis, que acontece na zona rural da cidade e que seus integrantes resistem a diluição de suas práticas socioculturais expressas pela via da oralidade. Há uma preocupação latente do professor Belchior em trazer as diferentes culturas locais, que não está vinculada à ideia de preservação, mais do que isso, como o direito à cidade das pessoas que moram e vivem suas experiências, mas que ficam à margem das representações patrimoniais oficiais.

Outras mônadas visuais enxergo uma história que pode ser lida a contrapelo como em **Existe o pulsar do sangue**. Alberto Caeiro traz uma imagem panorâmica da cidade e com o título o Coreto e a Praça remete a ideia da história construída por diferentes sujeitos que habitam a cidade ao destacar que vidas pulsam e correm pelo chão de onde pisam as mulheres,

as crianças e os homens. Ao ler esse cartão postal fui instigado a pensar no espaço urbano. Como é constituída a cidade de Campo Mourão?

Compreendo o espaço urbano constituído de culturas plurais, em que emergem diferentes histórias e memórias e que sem esse reconhecimento fica difícil para um cidadão ter o sentimento de pertencimento a uma comunidade, construir laços identitários e conceber a existência de um mundo compartilhado e comum, entre si e as demais pessoas com as quais convivem bem como colocar em exercício a alteridade. O cidadão que não teve a sua história contemplada pela historiografia oficial poderá sentir um desenraizamento e dificuldades para entender a existência de um passado e de experiências vividas coletivamente no espaço urbano. Mais do que isso, construir laços identitários e reconhecer suas relações sociais, situadas num dado tempo e espaço. Não desconsideramos que esquecer e apagar as múltiplas memórias, temporalidades e histórias significa excluir o universo plural e ambivalente da cultura material e imaterial. No entanto, será que se ampliássemos o nosso olhar no presente, seria possível entender que a “qualidade de vida em uma cidade pressupõe, também, atentar para a diversidade de suas histórias e memórias, para seus patrimônios culturais? Acreditamos que uma “cidade precisa ser reconhecida, contemplada e esteticamente fruída por sua população”. (PAIM; PAIM; GUIMARÃES E GALZERANI, 2002, p. 7)

Nesse sentido, compartilho com o professor Caieiro que uma cidade acolhe múltiplas identidades, com diferentes espaços de memórias e constroem diferentes práticas socioculturais. Flagramos também na mônada **Outros Lugares** Lua Mee contando sobre as feiras dos produtores da cidade que acontecem nos bairros periféricos e ainda as praças públicas da cidade nas regiões periféricas, considera-os como lugares em que os moradores locais partilham coletivamente as suas experiências vividas. Percebo ainda uma relação afetiva da professora com o local de trabalho, em um colégio periférico de Campo Mourão. É uma rememoração que faz o movimento dinâmico de lembrar e esquecer, “em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2006, p. 55), como as feiras e as praças das regiões periféricas, espaços multifacetados que dão sentido à existência das pessoas que habitam aquele local.

Trazer lugares que estão à margem em relação aos patrimônios culturais oficializados não é um ato de resistir ao apagamento das singularidades locais, espaciais e temporais? Também não é um outro modo de percepção temporal e espacial na relação com a

cidade? Fico pensando que a Lua Mee nos convidou a olhar as feiras dos produtores e a praça do bairro como uma forma de provocação e rompimento com a propagação de uma cultura hegemônica na cidade, imposta a nós de forma massificadora (BENJAMIN 1994) que nos deixa “sujeitos fora do solo, que tende a tornar as pessoas desoladas ou ainda des-solada, sem solo sem chão e sem pertencimento no mundo” (GALZERANI, 2004, p. 27). A professora Lua Mee, ao trazer os lugares que são significativos para sua existência em detrimento aqueles patrimonializados oficialmente, se enraíza no tempo e no espaço. Não podemos esquecer que o enraizamento favorece o surgimento de ações coletivas, colocando-os sujeitos na “condição de sujeitos políticos, capazes de tomar as ideias, tradições e realizações passadas para reinventá-las em nossas práticas cotidianas” (GUIMARÃES, 2015, p. 95).

A praça também é escolhida pela Frida, mas aquelas do centro da Cidade, na mônada **A Feira**. A professora reconhece que existem lugares plurais que fazem parte das práticas socioculturais nas tramas urbanas da cidade.

Ao me relacionar com as mônadas escritas e visuais desse segundo percurso dialógico, foi possível entender que os campos de percepção de sentidos do patrimônio vão muito além do valor mercadológico ou da cultura elitizada, acolhem as múltiplas memórias, histórias, temporalidades, os enraizamentos culturais bem como permite a (re)aproximação de nossas experiências vividas.

Sem encerrar as possibilidades de reflexão que as memórias dos professores nos ofereceram, endosso a potencialidade de trabalhos que envolvem as memórias abarcando as racionalidades e as sensibilidades, as voluntárias e as involuntárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como escrever em tão poucas palavras uma pesquisa que foi realizada durante dois anos, com tantas experiências vividas e memórias compartilhadas com os professores que compõem não apenas as páginas deste trabalho, mas constroem esta pesquisa e passam a fazer parte da vida deste pesquisador. Como não se emocionar com memórias perturbadoras em minha cabeça e que me provoca a todo momento encontrar esperanças para seguir a vida, especialmente aquelas ligadas à pandemia do coronavírus.

Início uma pesquisa com os professores em maio de 2020, quando tínhamos perdido 30.000 vidas pelo covid-19 e terminar esse trabalho junho de 2021, em um momento em que nosso país se torna um dos epicentros da pandemia, com a morte de 550 mil pessoas. Não é algo fácil de partilhar e elaborar alguma narrativa que possa, nesse momento, expressar essa experiência coletiva traumática. Especialmente quando essas vidas foram ceifadas pelo descaso do Governo Federal em não adquirir vacinas em tempo hábil para que a pandemia não se alastrasse no país de forma descontrolada e não bastasse o seu negacionismo diante do reconhecimento da gravidade do vírus, ainda virou as costas para as desigualdades sociais tão latente nesse momento em nosso país.

Além disso, sinto-me tão pequeno neste momento de pandemia desfrutando de um programa de pós-graduação público, haja vista que o ensino superior no país ainda é algo alcançado por poucos, devido as várias mazelas sociais que nos empurra cada vez mais cedo para o mercado de trabalho para manter um mínimo de condições para nossa sobrevivência e a questão educacional fica para um outro momento de nossa vida.

Buscando amenizar essa angústia, inquietudes e refletindo como a minha pesquisa pode retornar para o público, entendo e me reconheço como uma pessoa que sempre estudou e defendeu o Ensino Público, me considero um trabalhador da Educação e defendo uma educação libertadora e transformadora das realidades sociais. Nesse sentido, talvez eu não consiga mudar as grandes desigualdades sociais que margeiam a vida de milhares de estudantes com quem já trabalhei, mas sinto sair do mestrado mais fortalecido para “ensinar e aprender” com os estudantes, de modo a instigá-los a lutarem por seus direitos, “talvez” seja essa a retribuição que possa oferecer neste momento para amenizar a minha dor e a alma e o retorno de ter estudado em uma instituição pública de ensino superior.

Neste final da pesquisa, gostaria de compartilhar que as pessoas estão sendo vacinadas, embora lentamente, por conta da ineficácia do Governo Federal, mas já somos capazes de encontrar esperanças, para que, logo, todos possam se reencontrar presencialmente.

Aguardo uma conversa/orientação com minha orientadora para que eu possa olhar nos olhos da dela e dizer que entendi os seus conselhos nesse percurso trilhado juntos, partilhados com afetividade. Gostaria ainda, eu e ela, nos reunirmos com os professores protagonistas desta pesquisa para conversar, matar a saudade das coisas simples da vida como aquelas que só podem ser feitas na relação com o outro, presencialmente e conversar da possibilidade de um futuro próximo construirmos um caderno de memórias como havia contado para eles no início da pesquisa, mas devido aos problemas da pandemia nesse momento não foi possível realizar.

Divido ainda às experiências da pandemia compartilhando as memórias das professoras Frida, Clarice Lispector e Frida Kahlo que narraram¹⁵ como perceberam e sentiram esse período de isolamento social, principalmente o cerceamento das experiências coletivas na relação com os patrimônios culturais e como tem feito para a reinvenção de outros modos de viver na pandemia.

O mundo foi pego de surpresa por esse vírus e, de repente, nos vimos cerceados de todos os nossos direitos e liberdades. Ficar em casa se tornou a única opção segura e minimamente eficaz nesse momento. Passeios, viagens, feiras, manifestações religiosas, festas, de repente tudo foi paralisado e todo o nosso lazer e divertimento passou a ser do portão pra dentro (da nossa casa, é claro!) Ao mesmo tempo que tenho o sentimento de que as relações/trocas se empobreceram, por causa do distanciamento social, também me parece que estreitamos laços com nossos semelhantes e passamos a valorizar mais os momentos e também os espaços de sociabilidade. (FRIDA, JULHO 2020)

É um momento atípico, o ser humano é um ser social por natureza, podemos observar isso ao longo da História. Precisamos nos relacionar para nossa saúde mental, o direito de ir e vir nos foi tirado e com isso também nos trouxe a capacidade de voltarmos a nós mesmos, nos enxergarmos de verdade como nunca e ao mesmo tempo ver e o outro o coletivo com outros olhos, enxergar o mundo, a sociedade com um olhar mais humano. Com relação aos bens culturais e o cerceamento das experiências coletivas nos traz uma sensação de impotência, fica bem claro esse isolamento que estamos vivendo, são espaços de convivência coletiva que estão fechados, talvez o exemplo mais claro seja a praça Getúlio Vargas, o coração da cidade onde a população se reúne para manifestações culturais, políticas e religiosa (CLARICE LISPECTOR, junho/2020)

¹⁵ Essas narrativas escritas foram produzidas na relação com o terceiro Percurso Dialógico da pesquisa.

Acredito que nenhum de nós esperava passar por um momento como esse em que precisamos (ao menos os que acreditam na gravidade da covid-19) nos isolar, nos afastar de nossos amigos, familiares, colegas de trabalho, de estudos. Nos afastar de todas as experiências coletivas e procurar reinventar formas de termos contatos com todas essas pessoas. Não é fácil, pois, somos a relação com os outros sujeitos, precisamos disso.

Nesse momento vemos essas experiências coletivas desaparecerem, não podemos realizar protestos como o exemplo no paço municipal, realizar missas, cultos, ou qualquer outro tipo de cerimônia religiosa, independente da religião ou crença, não podemos fazer visitas aos museus com nossos alunos [...] Se é assim, qual o sentido de todos esses lugares ou saberes? Se o significado atribuído a estes patrimônios é da sociedade, são das pessoas, do coletivo, então como manter esses valores em um período em que não é possível essa presença física nesses locais?

Muitas formas de manter a relação com esses espaços ou saberes foram apresentadas. [...] as missas de capelas como a do Santa Cruz, realizadas e transmitidas online, as manifestações que antes ocorriam em frente ao passo municipal não acontecem, só vemos as manifestações nas redes sociais diante de tentativas do governo de retornar às aulas em meio a pandemia, mesmo os servidores do passo municipal estão fazendo home office, ou escalonamento. As aulas no museu, ou as visitas, o trabalho com esse espaço e seus objetos também precisam ser reinventados em atividades com alunos fotografando os objetos de suas casas, compartilhando com os colegas em grupos de whatsapp, contando suas histórias.

O grande problema de tudo isso é que as experiências coletivas, presentes, da relação vivida entre os sujeitos com esses patrimônios acaba não existindo. [...] Para mim parece muito difícil pensar e se relacionar com tudo isso sem conseguir promover esse compartilhamento de experiências coletivas, sem a presença, a energia de todas essas pessoas. [...] como construir conhecimentos por meio das relações, das trocas, dos diálogos, das experiências? O que é esse espaço ou esses saberes sem as comunidades, sem a sociedade? Parece que perdem todo o sentido se não temos essas experiências coletivas. Assim, me parece que embora as pessoas busquem se reinventar, busquem maneiras de não deixar que esses patrimônios sejam esquecidos, o fundamental deles, que os mantém vivos, que carrega a tradição que é a relação entre as pessoas com eles, não é possível. Por isso, esperamos ansiosos o momento em que poderemos de novo nos reunir, [...] pois, nossa história não é a mesma sozinhos dentro de nossas casas e nem a de nenhum desses locais da nossa cidade. (FRIDA KAHLO, AGOSTO 2020).

Reconheço também não ter sido fácil para os professores construírem essa pesquisa colaborativa comigo, pois, com a pandemia, eles estavam sobrecarregados de atividades pedagógicas pelo fato de terem que buscar meios de reinventar as suas aulas pela via remota, e muitos deles sequer tinham contato com essas tecnologias. Ainda estavam pressionados pelas políticas públicas estaduais e federais de retorno às aulas bem como o medo de serem contaminados.

Nesse momento arrebatador no qual vivemos com um vírus que vem dilacerando vidas e nos mostra a todo tempo que cuidar do próximo é cuidar de si mesmo, realizar um trabalho de pesquisa que rememorou as experiências dos professores na relação com os

patrimônios culturais da cidade é fundamental para pensarmos como nos constituímos nas experiências coletivas vividas nos espaços públicos da cidade. Os professores, ao rememorarem a sua experiência vivida nessa pesquisa, trazem imagens potentes para pensarmos que os “Percurso Dialógicos” propostos contribuíram para que eles se reconhecessem como sujeitos históricos e reelaborassem as suas percepções sociais, temporais- espaciais na interface com os patrimônios culturais.

Nesse sentido, endosso a potencialidade de uma produção de conhecimento coletiva, tecida por relação dialógica e colaborativa como a que colocamos em ação nesta pesquisa (BENJAMIN, 1985; THOMPSON, 1981). Foi uma maneira de produzir conhecimento pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016).

No diálogo com as memórias dos professores, procurei trazer à tona as memórias dissonantes, as esquecidas, as rejeitadas na relação com os patrimônios culturais, problematizando as memórias ufanistas, saudosistas e fantasmagóricas que, ao escolher e celebrar um determinado patrimônio cultural, privilegiam ou perpetuam na maioria das vezes apenas uma pequena parcela da população (BENJAMIN, 1985; GALZERANI, 2015).

Emergiram memórias voluntárias do patrimônio cultural e da cidade que foram se cruzando com as involuntárias. Nesse percurso formativo, esse pesquisador acolheu ambas as memórias das experiências singulares dos professores que foram durante a sua vida constituindo a sua existência. Percebo que os professores, no ato voluntário de lembrar trazem disputas de memórias e histórias, encontram fios de memórias ligadas a uma história oficializada da cidade delineando muitas vezes a “preservação” do passado patrimonial e emergem as memórias involuntárias entrecruzadas as memórias voluntárias, especialmente aquelas carregadas de afetividade e de patrimônio culturais esquecidos.

No percurso desta pesquisa enveredei pelos caminhos da memória benjaminiana que, no exercício historiográfico de lembrar e esquecer, a memória dos professores ao se “chocarem” com a historiografia oficial não apenas estimulou outra reescrita da história bem como trouxe à tona memórias e histórias plurais na/da cidade de Campo Mourão.

Atentei-me para trazer nesta pesquisa em imagens monadológicas justamente aquilo que é esquecido pela chamada história oficial da cidade acolhendo diferentes tempos, espaços e sujeitos.

Entendo que a nossa proposta alcança o objetivo inicial proposto, ao abriremos pequenas rupturas, no sentido de outras possibilidades de se construir uma história que parte do presente

na relação com o passado, histórias que vão sendo ressignificadas pelos professores em prol de um passado, presente e futuro que se encontra aberto (BENJAMIN, 1985).

As memórias expressas em mônadas escritas e visuais pode ser vista como uma fagulha para despertar as “centelhas da esperança” (BENJAMIN, 1985), ou seja, contra o apagamento dos professores no tempo e no espaço e de suas práticas socioculturais na relação com a e na cidade e seus patrimônios culturais.

Nos processos de rememoração foi mobilizada uma concepção de tempo que rompe com uma história linear e progressista, pois os professores, ao entrar em contato no presente com as imagens do passado, a partir das suas experiências vividas na cidade de Campo Mourão, os seus sentidos foram reelaborados,

passado e presente não ficam intactos no processo de rememoração. Ambos se modificam por um novo elo entre os hiatos do tempo (passado e presente), pois rememorar, para Benjamin, não é um exercício de divagação em direção ao passado; ao contrário, é um ato político e de resistência, pois o passado vivido é trazido para questionamentos das relações sociais e visões de mundo no presente, e uma busca para a construção de outros futuros, ou seja, em uma sociedade mais promissora, inclusiva, igualitária e humana. Por isso, na rememoração, amplia-se a possibilidade de vida (GALZERANI, 2013^a, p. 83-94).

Nos fios de memórias, outros modos de vida na cidade de Campo Mourão e outras relações com os patrimônios culturais são trazidas à baila de forma fragmentária e descontínua, sem preocupação com uma abordagem de tempo linear, etapista, progressista, estruturada temporalmente acerca do tempo vivido.

Se este é o nosso presente e se concordamos que a “História é objeto de uma construção, cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturados de ágoras” como disse Benjamim, precisamos fundar um conceito sobre esse presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “fazedores de história” em todos os níveis e concepções (FENELON, 1992, p. 6).

Em diálogo com as memórias dos professores, encontrei várias camadas de tempo que perpassaram memórias aquelas ligadas à infância, à sua convivência com seus familiares e até mesmo a entes queridos que já se foram dessa vida, colocando em ação um conceito de memória “capaz de ampliar dinamizar a visão de conhecimento entrecruzando diferentes espaços e diferentes temporalidades, diferentes sujeitos e visões do mundo [...]”. (GALZERANI, 2021, p. 21).

As memórias dos professores traziam camadas de tempos repletas de imagens da infância (brincadeiras na rua, no rio, quintais), ressignificados como lugares afetivos. Outras memórias foram evocadas com nostalgia e delineando um sentimento de perda de “referenciais de significação do espaço urbano” (HADLER, 2007, p. 199).

Outra relação que podemos endossar nesse trabalho com os professores é a potencialidade da memória involuntária, seja nas narrativas escritas ou visuais, pois é na:

memória involuntária que se inscrevem experiências profundas, capazes de promover deslocamentos na percepção de nós mesmos. Ela nos coloca em contato com “[...] sensações únicas e experiências que dão sentido a nossa existência e permite o estabelecimento de uma relação entre passado e presente com vistas a um futuro mais aberto, com certezas desestabilizadas” (CUNHA, 2016, p. 20).

Foi possível perceber que “não existem memórias involuntárias que não venham carregadas de afetos e aquilo que “[...] retorna vem inteiro, íntegro com suas tonalidades emocionais e ‘charme’ afetivo” (SEIXAS, 2004, p. 47). Isso pudemos ver nas imagens que os professores trouxeram ao rememorar um lugar, uma comida, um passeio, um cheiro, reelaborando os sentidos no presente. Irromperam memórias que já haviam sido apagadas pelo volume de informações e pela falta de tempo, fruto dos efeitos do avanço da modernidade capitalista presente em uma cidade do interior do estado do Paraná.

Nas imagens monadológicas, encontramos um tom afetivo, evidenciando a dimensão sensível da memória. Não reconstituímos a totalidade do cotidiano urbano dos professores, mas é possível capturar as evidências históricas de práticas socioculturais plurais, contraditórias e conflituosas nas experiências urbanas dos professores (GALZERANI, 2008).

Os professores entrecruzaram as memórias voluntárias e involuntárias quando rememoram a sua relação com a cidade e seus patrimônios culturais e não cansaram de questionar insistentemente os patrimônios culturais consagrados que perpetuam a memória de apenas uma parcela da população e que não encontra ressonância na vida das pessoas comuns de Campo Mourão. Nessa rememoração, os professores partem do presente no questionamento dos patrimônios culturais da cidade, mas rapidamente se deslocam em outro movimento, no qual passado, presente e futuro se misturam em busca de um presente que rompa com a imagem de patrimônio como “legado” de poucos e ao mesmo tempo, tece um futuro aberto ao acolher outros patrimônios culturais ligados às experiências das pessoas comuns.

Percebo que as memórias dos professores trazem seus engajamentos nas lutas coletivas, defendem identidades e lutam pela inclusão de outros patrimônios culturais. Compreendem ainda que os patrimônios culturais oficiais da cidade representam uma pequena parcela da população, assim, apagam, excluem, esquecem e silenciam as memórias e histórias plurais. Então, os professores não deixaram de problematizar os patrimônios e ao mesmo tempo construir narrativas a contrapelo.

Nesse sentido, a rememoração dos professores desfaz com a naturalização de que os patrimônios culturais devem representar apenas uma parcela elitizada da população mourãoense, promove questionamentos no presente e pequenas rupturas na continuidade da história hegemônica local.

Acredito que a relação com os patrimônios culturais acontece em diferentes vias, que se intercambiam, indo desde narrativas oficiais à abertura de histórias plurais; desde uma visão de passado como continuidade a um convite à ruptura de memórias hegemônicas. Foi importante dialogarmos com a noção de patrimônios culturais com um olhar crítico e desnaturalizado de narrativas homogêneas, ao mesmo tempo que acolhemos os fragmentos de memórias dos professores como potencialidades de construções de outras leituras possíveis da cidade de Campo Mourão.

É possível construirmos experiências coletivas mais significativas com os patrimônios culturais na contemporaneidade que tiram da natureza as naturalidades? Fica o convite, caro (a) leitor (a) a continuar em outras pesquisas e práticas educativas a “desformar” os patrimônios culturais no diálogo com as memórias das pessoas comuns que constituem e são constituídas nas tramas urbanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BENJAMIN, Walter. **“O narrador”**, in Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. ROUANET, São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Passagens**. Belo horizonte, ed. UFMG/Imprensa Nacional do estado de São Paulo, 2007.

_____. **Sobre o conceito de história**. In Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1985.

_____. **Infância em Berlim por volta de 1900**. In Obras Escolhidas II. Rua de Mão única. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 71-142, 1987.

_____. **“Experiência e Pobreza”**, in Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política, trad. S.P. ROUANET, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre Nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas. A terceira Infância**. São Paulo, Editora Planeta do Brasil: 2008.

BARROS, Manoel de. **“Olhos Parados”**, In Jornal. 08/10/44.

BORGES, Viviane Trindade. **O Patrimônio Cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos**. Revista Nupem, v, 11, n 23 (2019: Dossiê: História Pública.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938- 1990**. Tese de doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CALVO, C. R. Sobre Cidades, Culturas, Memórias e Histórias: Perspectivas de investigação social. Notas de uma pesquisa. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo Social, n, 2013, Natal. RN. **Anais Eletrônicos do XXVII. Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo Social**. Natal, 2013. v. 1. p. 1-14.

CAUQUELIN, Anne. **Essai de Philosophie Urbaine**. Presses Universitaires de France, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CHAGAS, Mario. **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CONTRERAS, J. **Autonomia de professor**. São Paulo. Cortez, 1994. [Microsoft Word - 1364858919_ARQUIVO_TextocompletoAnaisanpuhNatal2013.doc](#)

CORRÊA, Bianca Rodrigues. **Ensino de História e narrativa: potencialidades de uma imagem constelar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CUNHA, Nara Rúbia de C. **Primaveras Compartilhadas: (re)significando a docência na relação com cidade, memórias e linguagens**. (Tese de Doutorado Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

FENELON, Déa R. et al.(org.) **CIDADES**, São Paulo: Olho D'Água, 1999

FENELON, Déa R. et al.(org.) **MUITAS MEMÓRIAS, OUTRAS HISTÓRIAS**, São Paulo. Olho D'Água, 2005.

_____. **O historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?** In História & Perspectiva. Universidade Federal de Uberlândia, nº6, 1992.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O Canto da Odisseia e as narrativas docentes: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico-educacional**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 2016.

FRISCH, Michael. **A História não é uma via de mão única ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio Cultural**. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: www.propipi.uff.br/turismo. (Acesso em 25/07/2011).

FUNARI, Pedro Paulo e Sandra A. Pelegrini. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Col. Ciências Sociais Passo a Passo, 66 Editora Zahar, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano? **Revista USP**, n.15, p. 44-47, set-nov. 1992.

_____. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

_____. **Verdade e memória do passado**. In: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Lembrar. Escrever. Esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin.** São Paulo: Editora 34, 2014.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Contar a aula, reencantar a escola, (re)inventar a imagem de produção de saberes docentes.** In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; CAMPOS, Cristina Maria. (orgs.). Pipocas Pedagógicas: narrativas outras da escola. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b. p.83-94.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério e LOPES. **Memória, história e (re)invenção educacional: uma tessitura coletiva na escola pública.** In: MENEZES, Maria Cristina (org) Educação, Memória e História. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2004.

_____. **Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento em Walter Benjamin.** In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de. DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri e PRADO, Patrícia Dias. Por uma cultura de infância: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias.** In: FERREIRA, Antonio Celso - BEZERRA, Holien Gonçalves - LUCA, Tania Regina de (Orgs.) O Historiador e seu tempo. São Paulo: Ed. UNESP, p. 223-235, 2008 (B).

_____. **Memória, história e tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história.** Cadernos do CEOM, v.21, n.28, p. 15-32, jun.2008 (C).

_____. **A cidade como espaço de aprendizagem da História: em foco um projeto de educação patrimonial.** SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão [et al] (Orgs). Convergências e tensões no campo de formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais.** Revista Pró-Posições, Campinas, v. 24, n. 1 (70), jan./abr. 2013 A.

_____. **Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos.** Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistências Y educación, Buenos Aires-Argentina, v. 1, p. 53, 2013b.

GAY, Peter. **A Experiência Burguesa: da Rainha Vitória a Freud - A Educação dos Sentidos.** São Paulo-SP: Cia das Letras, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos** IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: D.P&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais**. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, s.n., 2007, p. 117-138.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007a.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Patrimônio Cultural e Ensino de História: problematizando a colonização do presente pelo passado. In: Ernesta Zamboni; Maria Carolina Bovério Galzerani; Caroline Pacievitch. (Org.). Memória, sensibilidades e saberes. 1ed. Campinas: Editora Alínea, 2015, v. 1, p. 90-102.

HADLER, Maria Silvia Duarte. **Trilhos de Modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos**. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

HADLER, Maria Silva Duarte. **Modernização urbana, patrimônio e história**: algumas considerações. In: RABÊLO, Jinielle; MENESES, Sônia. (org.). **História Pública e debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. Cidade e Ensino de História. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina Bovério; PACIEVITCH, Caroline. (org.). **Memória, sensibilidades e saberes**. Campinas: Editora Alínea, 2015. p. 225-232.

HADLER, Maria Silva Duarte; Bernardes, Maria. Elena.. Memória e escola: olhares sensíveis para um patrimônio cultural. **Revista Horizontes**, nº 35, (1), 59-70. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.2020. Disponível em: <http://www.mapas.ibge.gov> Acessado em 12 ago.2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômica e Social.1989. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acessado em 13 ago.2020.

KRAMER, S. Leitura e escrita de professores: da prática da pesquisa à prática de formação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 7, jan./abr. 1998.

LARROSA, Jorge B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n.19, p.20-28, 2002.

LIDDINGTON, Jill. **O que é História Pública? Os públicos e seus passados**. In: ALMEIDA, Jinielle Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LE GOFF, Jacques. Introduction des Entretiens du patrimoine IN: LE GOFF, Jacques (sous la présidence de). **Patrimoine et passions identitaires**. Paris: Fayard, 1998.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996

LÖWY, Michael, *Walter Benjamín: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'*, São Paulo, Boitempo, 2005

MATOS, Olgária Chain Feres. **Desejo de evidência, desejo de vidência**: Walter Benjamin. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. In: Y ÁZAGI, Eduardo et alii (eds.), **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 88-9

PAIM, Elison Antonio. Histórias da educação brasileira: uma busca (necessária) pelas Memórias e Experiências outras. **Práticas educativas na tessitura do tempo. Cristiano Ferronato, Ane Luise Mecenas Santos** - Aracaju: EDUNIT, 2019.

PAIM, Elison Antônio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas-SP, 2005.

PAIM, Elison. A.; PAIM, Aida Rotava; BUENO, M. F. G.; GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Tessitura de Memórias e Histórias Educacionais: Projeto Marcos Históricos e Geográficos da Cidade de Campinas/SP. **Revista Memória em Rede**, v. 2, p. 1-22, 2012.

PETRUCCI-ROSA, M. I. Currículo como Narrativa: inspirações teóricas a partir de Walter Benjamin e Michel De Certeau. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; GABRIEL, Carmen Teresa; AMORIM, Antonio Carlos (Orgs.). **Teóricos e o Campo do Currículo**. 1. ed. Campinas: FE/UNICAMP, 2012. p. 141-151. v. 1.

PIRES, E.G. **Experiência e linguagem em Walter Benjamin**. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 21, n. 2, p. 245-274, maio/ago. 2016.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 34** / 2012, p. 27-44.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALES, PEREIRA, Júnia. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio*. Resgate: **Revista interdisciplinar de cultura, RESGATE** - vol. XX, Nº 23 - jan./jun. 2012 - Pereira, Júnia Sales; Oriá, Ricardo - p. 161-171.

SANTHIAGO, Ricardo. **Duas palavras, muitos significados - Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. S. M.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 37-53.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Elizabeth Salgado de. Saberes e Fazeres do Patrimônio Imaterial de Ouro Preto. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, ano 84, v. XLIII, jan-mar. 2007.p. 99-105.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1981.

VIEIRA, Bruno Felipe. **A agonia do patrimônio imagens ambivalentes na cidade de Amparo (década de 1980)**. 2011. p. 236 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo.

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acessado em 30/12/2020.

ANEXO 1

CONVITE

Queridos professores e queridas prezadas, trabalhadores (as) da educação, convido vocês para participar da minha pesquisa de mestrado intitulada (provisoriamente): Com (partilhando) as experiências dos professores com os patrimônios culturais de Campo Mourão, desenvolvida no programa de mestrado em História Pública, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), em Campo Mourão, sob a orientação da professora Dr^a Cyntia Simioni França.



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira Praça de Campo Mourão -1970

AS Lições de R. Q

*“(...) O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.
É preciso transver o mundo.*

Isto seja:

Deus deu a forma. Os artistas desformam.

É preciso desformar o mundo:

Tirar da natureza as naturalidades. Fazer cavalo verde, por exemplo.

Fazer noiva camponesa voar – como em Chagall.

Agora é só puxar o alarme do silêncio que eu saio por aí a desformar. (..)”

BARROS, Manoel. Livro sobre nada. Rio de Janeiro: Record; 1996.

Entendo que o patrimônio cultural não está apenas presente nos lugares: nas ruas, em nossas casas, igrejas, santuários, praças, parques, feiras, mercados- mas ele expressa todas as manifestações culturais, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver, por isso, patrimônio é vida. Ele também abarca as danças, músicas, artes, esculturas, rezas, crendices, cantigas de roda, celebrações, manifestações artísticas, causos, lendas, poesias e as festas populares, precisamos transver nosso mundo. Os modos de fazer, os saberes e dizeres populares fazem parte de nossas experiências cotidianas e nos constituem como pessoas na relação com as experiências coletivas.

Gostaria de dialogar com vocês sobre suas experiências com os patrimônios culturais (tombado ou não) da cidade, com o intuito de compreender como vocês se relacionam com os patrimônios e os sentidos que atribuem a eles.

Ao encontro dessas reflexões, convido queridos professores e professoras, trabalhadores da educação, narrarem suas experiências vividas na relação com os patrimônios culturais da cidade e produzirmos conhecimentos históricos, tecido por relações dialógicas e colaborativas.

Ao final da pesquisa, quero tecer um caderno de memórias, (com) partilhando os fragmentos de memórias de suas experiências vividas na cidade de Campo Mourão. Escutar as suas narrativas mergulhadas nas memórias individuais e coletivas será uma oportunidade de aprendizagem para a minha trajetória acadêmica e pessoal.

O narrador figura entre os mestres e os sábios. [...] recorre ao acervo de toda uma vida [...]. Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. [...] conta o que ele extrai da experiência — sua própria [...] E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem sua história”. Walter Benjamin

Um abraço!

Fabio

ANEXO 2**TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO PARA UTILIZAÇÃO DE MATERIAL INTELLECTUAL**

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo(a) _____, CPF n.º _____, declaro estar ciente dos objetivos e encaminhamentos metodológicos da pesquisa, adotando o incentivo à produção de narrativas verbais, verbo-visuais e iconográficas, como meio de expressão das relações entre experiências de vida, realizada durante os meses de junho/2020 a agosto/2020, que na data da assinatura deste documento, apresenta como proposta de título “ **(provisório):(Com) partilhando as experiências dos professores na relação com os patrimônios culturais de Campo Mourão**”, do mestrando **Fabio Vedovato**, aluno regular do Programa de Pós-Graduação em História Pública- PPGHP, da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR, na área de concentração: Memórias e espaço de formação, sob a supervisão da professora **Dr^a Cyntia Simioni França**. Declaro, ainda, que aceito e cedo, gratuitamente, por prazo indeterminado, todo o material por mim produzido, tais como as narrativas escritas, narrativas iconográficas as quais foram construídas em nos encontros, com recursos digitais via e-mail, podendo ser transcrito de forma parcial ou total, e a biografia educativa, desde que seja sempre preservada a minha identidade, como sujeito da pesquisa, e autorizo a utilização de um **pseudônimo** por mim indicado neste momento, denominado _____, o qual é fundamental para fazer referência à autoria das minhas falas. Desta forma, concordo em contribuir com a pesquisa acadêmica e a sua divulgação, cedendo e consentindo que sejam utilizadas todas narrativas já mencionadas para compor o conjunto documental da pesquisa de mestrado, podendo ser citadas em parte ou na íntegra, em artigos científicos, textos, caderno de memória, publicações de livros, entre outros.

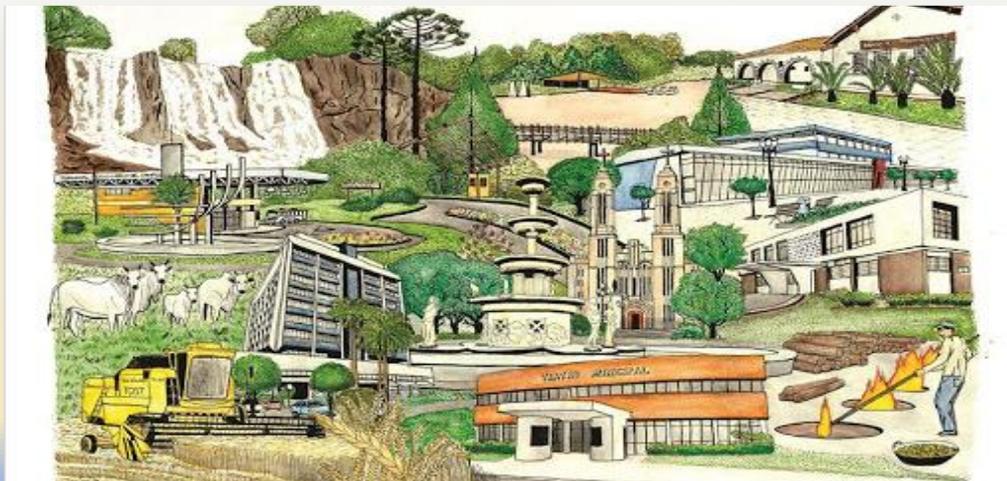
Tenho conhecimento que as dissertação defendidas e aprovadas na Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/PR, ficam disponíveis no banco de teses da Biblioteca Digital da UNESPAR e podem ser acessadas por qualquer leitor, via internet, no site: <http://campomourao.unespar.edu.br/menu-principal/biblioteca>.

Campo Mourão, 10 de agosto de 2020.

Assinatura professor(a)

ANEXO 3

2º PERCURSO DE DIÁLOGOS

Patrimônios Culturais de Campo Mourão

Fonte: Jornal Tribuna do Interior



2º PERCURSO DE DIÁLOGOS

Patrimônio Cultural de Campo Mourão: relação entre sujeitos e objetos

Prezados professores e professoras, espero que estejam bem.

Nesse 2º percurso de diálogos, trouxemos as imagens dos patrimônios culturais de Campo Mourão com o intuito de compreender como você se relaciona com esses bens culturais.



Paço Municipal 10 de Outubro



Fonte: Adaptado do acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Localização: Rua Brasil com Avenida Manoel Mendes de Camargo.

Data da construção: 1962.

Data da inauguração: 29 de junho de 1964.

Tombamento: Aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio, 2004.

O tombamento prevê a preservação da fachada do prédio e piso.

Construído: na administração de Antônio Teodoro de Oliveira e concluída na gestão de Milton Luiz Pereira.



Cruz Histórica e Capela



Fonte: Acervo Paróquia Santa Cruz



Localização: Praça Pedro Paulo Walker, Jardim Santa Cruz.

Data da construção: Década de 1940.

Tombamento: Lei Municipal N°887 dezembro de 1994, de autoria do vereadora Maria das Doiores Borriouveau Alves.

Construído pelas primeiras famílias que aqui se radicaram unidas na fé. Campo Mourão .

Estação Aeroviária Teodoro Metchko



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira



Localização: Aeroporto Municipal "Cel. Geraldo Guia de Aquino".

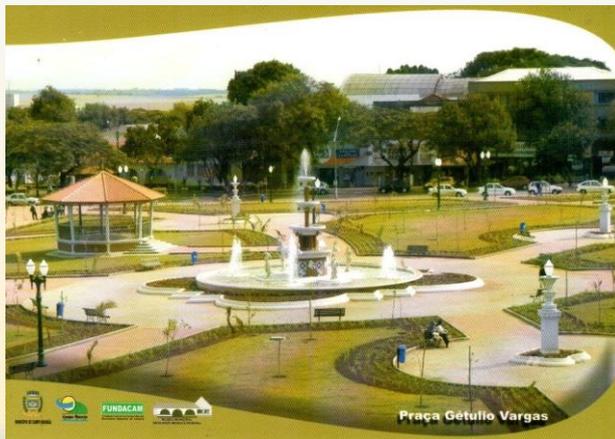
Data da construção: Década de 1950.

Data da inauguração: 4 de dezembro de 1955.

Tombamento: Lei n° 2027, no ano de 2008, de autoria do vereador Eraldo Teodoro de Oliveira e Edson Silva Lima.

A obra foi construída sob o comando de Teodoro Metchko, primeiro cidadão honorário de Campo Mourão, e com o auxílio de um mestre de obras Paulo Tibarch.

Coreto "Alberto Nogaroli" e Chafariz da Praça Getúlio Vargas



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Localização: Praça Getúlio Vargas, entre as Avenidas Capitão Índio Bandeira e Irmão Pereira e as Ruas Brasil e Francisco Ferreira de Albuquerque.

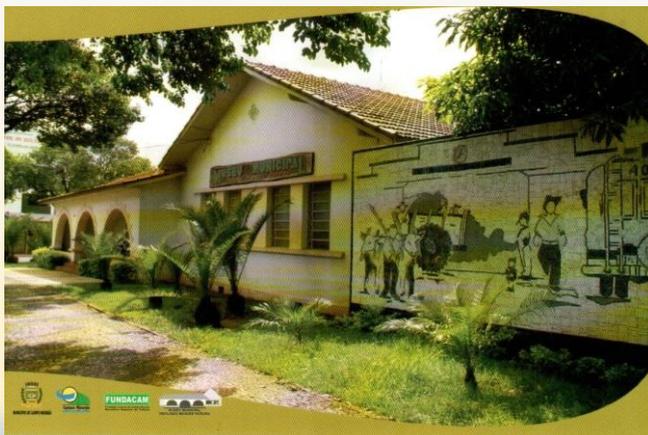
Data da construção: década de 1950;

Tombamento: Coreto e Chafariz- Lei 1742, de 28 de outubro de 2003, de autoria dos vereadores Barbara Raymundo Couto Piacentini, José Turozi e Idevlaci Ferreira Maia.

Construído na administração: do Prefeito Roberto Brzezinski 1955-1959.



Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Localização: Avenida Capitão Índio Bandeira Com a Rua Francisco Albuquerque- Lotes nº 12 e 13 da quadra nº 23 da Planta geral do Município de Campo Mourão.

Data da construção: Década de 1940.

Tombamento: Lei nº 1362/2001, de 8 de maio de 2001.

Construída em 16 de outubro de 1948 pela Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas e Divisão de Projetos e Construções. A Empresa de Construção Brasil de Londrina foi a responsável pela execução da obra.





Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Carneiro no Buraco

Localização: Parque de Exposição Getúlio Ferrari Campo Mourão.

Data da construção: 1962 começa os primeiros ensaios da construção do prato típico e consolida-se na 1ª Festa do Carneiro no Buraco, realizada no dia 14 de Julho de 1991.

Tombamento: Lei nº2501, 26 de outubro de 2009. Declara o prato típico "Carneiro no Buraco" como patrimônio cultural de Campo Mourão.

Quem construiu: Ênio Queiroz, Joaquim Teodoro de Oliveira e Saul Ferreira Caldas, Tony Nishimura.



Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural não depende exclusivamente do desejo e decisão das políticas públicas patrimoniais, mas do significado que os bens culturais têm para a comunidade/moradores que o constituiu.

O patrimônio não está apenas presente nos lugares: nas ruas, em nossas casas, igrejas, santuários, praças, parques, feiras, mercados- mas ele expressa todas as manifestações culturais, a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver, por isso, patrimônio é vida. São maneiras vivas de se olhar, sentir, saborear, contar, escutar, de diferentes maneiras.



O patrimônio abarca as danças, as músicas, as artes, as esculturas, as crendices, as cantigas de roda, as celebrações artísticas, os causos e lendas. Não podemos esquecer também os livros que escrevemos, a poesia que declamamos, as brincadeiras que organizamos, as rendas que tecemos, as rezas, benzimentos e cultos, rituais religiosos que professamos e as festas populares que participamos.

Os modos de fazer, os saberes e dizeres populares fazem parte de nossas experiências cotidianas, nos constitui como pessoas na relação com as experiências coletivas. Essas experiências do vivido podem ser rememoradas pelas lembranças afetivas que estabelecemos com o patrimônio cultural.



Ao falar de patrimônio cultural não nos restringimos à preservação do bem em si mesmo, mas consideramos os múltiplos sentidos que a comunidade atribui aos bens culturais. Nesse sentido:

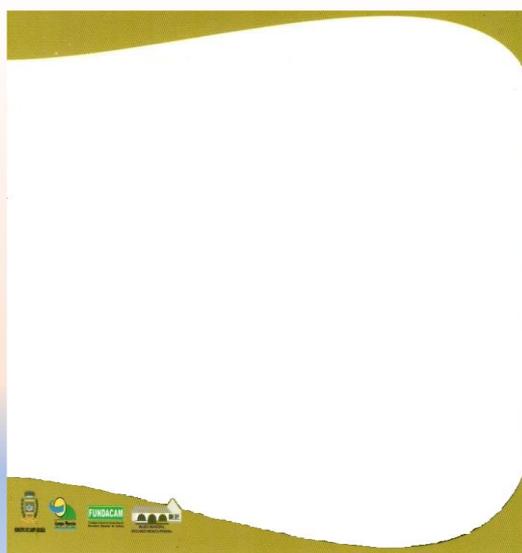
- a) Após as imagens dos cartões postais, conte como você se relaciona no seu cotidiano com cada patrimônio cultural apresentado e qual o sentido que ele traz para você.?



b) Além desses bens culturais tombados ou em processo de tombamento apresentados nas imagens anteriores, há outros que também merecem ser valorizados.

Considerando uma variedade de bens culturais apresentado no texto anteriormente, se você fosse enviar um cartão postal a um amigo, o que você escolheria enquanto bem patrimonial material ou imaterial para destacar.

Construa o seu cartão postal e conte a história do bem cultural que é significativo para você ao seu amigo.



ANEXO 4

3º PERCURSO DE DIÁLOGOS

3º Percurso de diálogos**Patrimônio Cultural de
Campo Mourão:
experiências vividas****Patrimônio Cultural de Campo Mourão**

"[...] qual o valor do patrimônio cultural se a experiência não mais se vincula a nós?" (Benjamim 1993. p,115).



Paço Municipal 10 de Outubro



Fonte: Ta Sabendo, 2019

Greve dos servidores municipal- 13 de junho 2019



Cruz Histórica e Capela, da paróquia Do Jardim Santa Cruz



Fonte: Acervo Paróquia Santa Cruz, 2018



Estação Aeroviária Teodoro Metchko



Fonte: Acervo Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira



Chafariz



Fonte: site Boca Santa, Índiozinhos de Manoel Ribas se refrescando em Campo Mourão



Coreto



Fonte: Jornal Tribuna do Interior, Papai Noel e apresentações artísticas na área central, 2014



Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

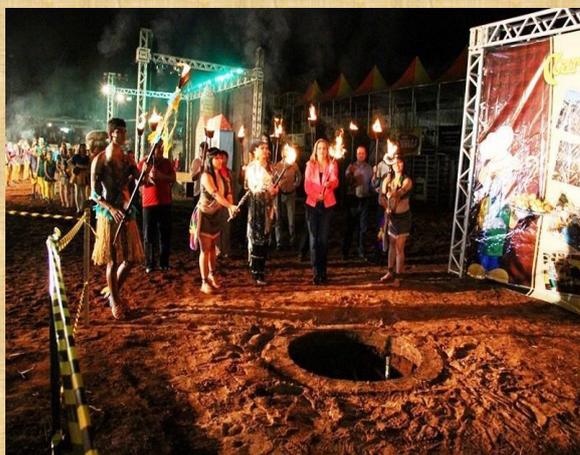


Fonte: Núcleo Regional de Educação, 2016

PPGH

UNESPAR

Festa Nacional do Carneiro no Buraco



Fonte: Site Tá sabendo, 2014. 1ª Fase do Ritual do Fogo - Acendimento do Primeiro Buraco na Arena de Rodeios de

PPGH

Ritual de Retirada dos Tachos



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, 2014

UNESPAR

Queridos professores e queridas professoras, espero que estejam bem nesse momento da pandemia.

Estamos passando por uma grave crise no Brasil, por conta de uma pandemia provocada pelo novo vírus Corona, denominado Covid-19 e para vencermos essa fase crítica de contágio estamos vivendo em isolamento social. Nesse sentido é latente a percepção do quanto a relação com o *outro* nos constitui, a importância das experiências coletivas e do viver nos espaços públicos da cidade.

Após analisar as fotografias, conte como tem percebido, sentido e vivido nesse período de isolamento social, principalmente, o cerceamento das experiências coletivas na relação com esses bens culturais apresentados nas fotografias.



ANEXO 5

4º PERCURSO DE DIÁLOGOS
CIDADES E EXPERIÊNCIAS: RELEITURAS DO VIVIDO

Imagine que você recebeu a carta da professora Flor de Lótus contando como é a sua relação com a sua cidade de Ouro Preto, ou seja, como ela é tocada pela cidade que habita.

Flashes... cheiros...gostos...sons...saudades

Quando a cidade me toca ou como sou tocada pela cidade? Pergunta capciosa essa, não? A mente divaga... Mas as imagens surgem e acumulam-se, formam-se quadros, *flashes...* cheiros... gostos ... sons... saudades!!

Manhã com brumas em Ouro Preto, este quadro, pintura cinza com raios dourados apolíneos, toca-me com leveza e fresca trazendo esperança, paz.

A imagem da minha mãe na casa velha do Antônio Dias em sua velha cozinha, o “cuador” de pano e o cheiro de café recém-feito. Assim, a cidade toca-me.

Manhã de brumas meu velho pai descendo a ladeira de Santa Efigênia, cantando “Boemia”, toca-me.

Festa de Santa Efigênia, sinos festivos anunciando a princesa Núbia, toca-me e me acaricia, torno-me novamente criança nos braços carinhosos de minha vó (...).

Sinos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição nos domingos pela manhã, como anjos anunciando Maria a nos cobrir com seu manto azul-estrela, toca-me.

Tocar, ser tocado ou tocarmo-nos? Sigo assim, sendo tocada e tocando na maioria das vezes sem perceber que esse ato é contínuo em minha vida (um eterno ir e vir como um rosário de bênçãos onde cada conta representa sons, perfumes, gestos, saudades!

Flor de Lótus, Ouro Preto, março de 2013.

Fonte: CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. **Primaveras compartilhadas:** (re)significando a docência na relação com cidade, memórias e linguagens. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

Gostaria que escrevesse uma carta endereçada a professora Flor de Lótus contando como a cidade de Campo Mourão te toca.